UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

MAYARA CRISTINE MENDONÇA DA SILVA

VIDA E MORTE ESCRAVA: UM ESTUDO SOBRE A MORTALIDADE CATIVA NA BELÉM OITOCENTISTA (1850-1859).

BELÉM
2024

MAYARA CRISTINE MENDONÇA DA SILVA

VIDA E MORTE ESCRAVA: UM ESTUDO SOBRE A MORTALIDADE CATIVA NA BELÉM OITOCENTISTA (1850-1859).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPHIST-UFPA) como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: Etnicidade, territorialidade, usos e representações.

Orientador: Prof. Dr. José Maia Bezerra Neto.

Banca Examinadora

Prof. Dr.José Maia Bezerra Neto– Orientador
Presidente / PPHIST-UFPA

Prof. Dra. Sidiana da Consolação Ferreira de Macêdo
Examinador Interno / PPHIST-UFPA

Prof. Dr. Benedito Carlos Costa Barbosa
Examinador Externo / (UFRR)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará

Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586v Silva, Mayara Cristine Mendonça da.
Vida e Morte Escrava : um estudo sobre a mortalidade cativa na Belém oitocentista / Mayara Cristine Mendonça da Silva. — 2024.
IX,103. f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. José Maia Bezerra Neto Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós- Graduação em História, Belém, 2024.

1. Escravidão. 2. Epidemias. 3. Mortalidade Cativa. I. Título.

CDD 614.498115

Dedico este trabalho à minha amada mãezinha Selma (in memorian), ao meu esposo Ricardo e ao meu sobrinho Cesar.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por me permitir chegar até aqui, por abrir portas que nem eu mesma acreditava que poderiam existir para mim. Eu, filha de empregada doméstica e criada no ensino público.

A construção desse trabalho não seria possível sem o apoio de três pessoas. Meu orientador, professor José Maia Bezerra Neto, em todas as etapas da seleção, seu auxílio e apoio foram de extrema importância. Desde a graduação, ele me orientou e ajudou da melhor forma possível, com tamanha paciência e dedicação. Quando não tinha dinheiro para comprar livros, ele me fornecia cópias de tudo. Quando meu computador falhava, ele não media esforços para me auxiliar. O senhor foi um verdadeiro anjo na minha vida. Obrigada por não ter desistido de mim.

Meu esposo, Ricardo Garcia, às vezes digo que este sonho é mais dele do que meu, pois ele tanto me incentivava a não desistir. Confesso que, quando você comprou aquela cadeira confortável, eu já havia desistido mais uma vez, por medo, ansiedade e desespero. Obrigada por tudo, amo-te.

E minha amiga Viviane Frazão, que considero minha coorientadora, lia tudo o que eu escrevia desde a graduação, com muita paciência (apesar de toda a impaciência!), atenção e cuidado, como a excelente historiadora que é. Você ajudou a corrigir alguns erros no início desta dissertação.

Agradeço também aos professores Benedito Barbosa e Sidiana Macedo pelas excelentes contribuições durante minha qualificação, com importantes debates e valiosos apontamentos para a construção deste trabalho. Também agradeço ao professor Erico Muniz, que ministrou a disciplina “Cidade, floresta e sertão”, na qual me indicou várias pesquisas na área da história da saúde e das doenças dos escravizados.

RESUMO

O estudo da saúde e das doenças é de grande importância para a história da humanidade, pois está intimamente ligado ao contexto social, econômico, político, cultural e até mesmo religioso, com significados que vão além das suas características biológicas. O presente trabalho tem como objetivo analisar a mortalidade cativa em Belém oitocentista, a partir do levantamento das principais causas dessa mortalidade na população escravizada entre 1850 e 1859, período de incidência de três epidemias na província do Pará. Pretende-se identificar padrões de mortalidade entre livres e escravos, analisar o cotidiano da saúde desses cativos, a propagação de determinadas enfermidades que assolavam a província, os motivos da sua maior exposição a essas enfermidades, e averiguar se existiu alguma política pública ou iniciativa por parte dos senhores para o tratamento das suas enfermidades, tendo em vista que os escravos constituíam a principal mão de obra. As fontes utilizadas serão os registros de sepultamento do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade, relatórios e discursos dos presidentes da província do Pará, a obra Epidemias no Pará de Arthur Vianna, a coleção de leis do período e anúncios de jornais.
Palavras-chave: Escravidão, Epidemias, Mortalidade Cativa.

ABSTRACT

The study of health and disease is of great importance to the history of humanity, as it is closely linked to the social, economic, political, cultural and even religious context, with meanings that go beyond their biological characteristics. This study aims to analyze captive mortality in nineteenth-century Belém, based on a survey of the main causes of this mortality in the enslaved population between 1850 and 1859, a period when three epidemics occurred in the province of Pará. The aim is to identify mortality patterns among free and slave slaves, analyze the daily health of these slaves, the spread of certain diseases that ravaged the province, the reasons for their greater exposure to these diseases, and determine whether there was any public policy or initiative on the part of the masters to treat their illnesses, given that slaves constituted the main labor force. The sources used will be the burial records of the Nossa Senhora da Soledade Cemetery, reports and speeches by the presidents of the province of Pará, the work Epidemias no Pará by Arthur Vianna, the collection of laws from the period and newspaper advertisements.

Keywords: Slavery, Epidemics, Mortality in Captivity.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Figura 1 – Vista da Baía do Guajará 18
Figura 2 – Movimento das Embarcações e Produtos Estrangeiros..... 21
Figura 3 – Fundamentos da Varíola 71
Figura 4 – Mulher com Cólera na Europa em 1831 78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Mapa de Enterramentos por condição social, gênero e epidemia 49
Tabela 2- Mapa de Enterramentos de pessoas livres 49
Tabela 3- Mapa de Enterramentos de pessoas escravizadas 50
Tabela 4- Mapa de estrangeiros acometidos por febre amarela..... 52
Tabela 5- Senhores que perderam escravos em 1855 91
Tabela 6- Morte por Cólera por gênero e faixa etária 93

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10
CAPÍTULO 1- COMÉRCIO, ESCRAVIDÃO E DOENÇAS..... 17
1.1 Uma breve introdução sobre o porto de Belém..... 17
1.2 Portos: a porta de entrada dos vírus, bactérias e outros parasitas..... 22
1.3 Doenças dos escravizados ou doenças africanas?..... 38
CAPÍTULO 2- FEBRE AMARELA E VARÍOLA NA CIDADE DE BELÉM 46
2.1 Febre Amarela.....48
2.2 Varíola..... 61
CAPÍTULO 3- EM TEMPOS DE CÓLERA 76
3.1 A epidemia reinante de cólera morbus 76
3.2 A cólera e a perda de mão de obra escrava..... 88
CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 102
FONTES..... 104
REFERÊNCIAS 106

INTRODUÇÃO

Em março de 2020, a pandemia de COVID-19 atingiu o Brasil. Causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) e declarada pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a doença provocou uma grave crise humanitária devido à sua alta transmissibilidade e impactos sociais e econômicos. A enfermidade afetou profundamente uma sociedade que desconhecia a gravidade da situação, provocando caos social. Como veremos adiante, a pandemia de COVID-19, tal como ocorreu no século XIX, reavivou preocupações sociais semelhantes e medidas profiláticas análogas, como o isolamento social e a quarentena[1], que interromperam diversas atividades produtivas e sociais, resultando num importante impacto económico[2].

Para Arthur Vianna, em períodos epidêmicos, por vezes de causas desconhecidas, a sociedade como um todo é desestruturada. A doença tem fortes implicações sociais, econômicas, culturais e religiosas, transcendendo as suas características biológicas. Segundo Viana, as doenças foram introduzidas no Brasil principalmente via marítima, o principal meio de intercâmbio com outras regiões do mundo. A criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará intensificou o tráfico de escravizados, levando a um aumento significativo de doenças nos portos brasileiros. O intenso comércio escravagista resultou num intercâmbio não só de pessoas, mas também de enfermidades, que atingiram proporções epidêmicas, afetando profundamente a estrutura social. Outro fator crucial foi a intensificação do tráfico após a política pombalina, que, ao retirar o poder dos jesuítas e colonos sobre os indígenas e libertar estes, reduziu significativamente a mão de obra disponível nas lavouras. Essa escassez de mão de obra levou à intensificação do tráfico de africanos.

A historiadora Katia Matoso, por sua vez, aponta que muitos comerciantes, na maioria das vezes, para obterem bons lucros, permitiam a saída de seus navios para o tráfico sem prévia revisão. Essa prática, segundo a autora, estendeu-se pelos séculos XVIII e XIX[3]. O transporte de africanos para o Brasil era precário: amontoados nos porões dos navios, frequentemente ultrapassavam a lotação permitida. A escassez de alimentação, água potável e higiene, aliada ao longo tempo de viagem, contribuía para o surgimento de agentes infecciosos que dizimavam

[1] [Medicina] Isolamento de certas pessoas, lugares e animais que podem acarretar perigo de infecção, o período de quarentena é relativo e depende do tempo necessário para proteção contra a propagação de uma doença determinada.
[2] Moreira MF, Meirelles LC, Cunha LAM. Covid-19 no ambiente de trabalho e suas consequências à saúde dos trabalhadores. SAÚDE DEBATE | RIO DE JANEIRO, V. 45, N. Especial 2, P. 107-122, DEZ 2021.
[3] MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. 2º Ed. São Paulo. Brasiliense. 1998.

tripulantes e se espalhavam pelos portos, pelas cidades, por vezes atingindo proporções epidêmicas.

Por outro lado, a autora chama a atenção para a necessidade de se evitarem generalizações, pois nem todas as embarcações tinham a mesma atividade. O tratamento destinado aos africanos escravizados no Brasil variava de navio para navio, assim como as condições a que se viam submetidos. A partir de 1684, algumas leis foram promulgadas para regular esses transportes, obrigando os donos das embarcações a cuidarem melhor dos escravizados trazidos do continente africano para o Brasil, talvez devido ao alto custo desses indivíduos como mercadorias. Era obrigatória a prestação de três refeições diárias, a manutenção de medicamentos a bordo para tratar os doentes; no entanto, nem sempre essas obrigações eram cumpridas.

Para além das condições sanitárias das embarcações, outros fatores contribuíram para a proliferação de doenças endémicas e epidêmicas: o contato entre diferentes povos e o estado sanitário precário dos portos e cidades, muitas vezes agravado pela própria disseminação das doenças. Algumas políticas públicas de combate às moléstias foram implementadas, como a proibição de enterros em igrejas e a construção de cemitérios em áreas afastadas dos centros urbanos. Acreditava-se que os enterros em igrejas aumentavam o risco de contágio. Em Belém, por exemplo, a proibição dos enterros em igrejas ocorreu após a epidemia de febre amarela, tendo sido construído o Cemitério de Nossa Senhora da Soledade numa área mais afastada[4].

Na segunda metade do século XIX, a província do Pará, mais especificamente a cidade de Belém, passou por períodos epidêmicos que afetaram a sociedade como um todo: brancos, negros, indígenas, pobres e ricos. Os anos de 1850 a 1859 foram bastante significativos no que diz respeito à disseminação de doenças de caráter epidêmico, tais como a febre amarela, a varíola e a cólera. Essas doenças causaram verdadeiro transtorno na saúde da população, em especial na população escravizada, que, por não possuir os mesmos recursos que a população livre, estava entregue à própria sorte, dependendo da caridade dos senhores ou de curandeiros.

Na segunda metade do século XIX, o Brasil ainda utilizava a mão de obra escrava como força motriz de sua economia. Surtos epidêmicos eram economicamente desvantajosos, pois a aquisição de escravos tornava-se cada vez mais difícil. Pressões internas e externas, incluindo o movimento abolicionista e a diplomacia internacional, visavam abolir o tráfico de africanos, culminando com a Lei Eusébio de Queirós (1850), que proibiu o tráfico atlântico de escravos.

[4] Ver: PINTO, Maria Roseane Corrêa. **Organizando a Vida e Preparando a Morte:** cotidiano, morte e enterramentos de negros em Belém (1850-1888). Monografia. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Segundo Katia Matoso, as dificuldades impostas pela intensificação das fiscalizações levaram à alta do preço dos escravos. O preço dos escravos atingiu seu ápice entre 1860 e 1870[5].

Seguindo o mesmo raciocínio, Ângela Porto afirma que a perda de mão de obra poderia levar os senhores a se preocuparem mais com a saúde dos seus cativos. A análise das doenças, portanto, é fundamental para o estudo da escravidão, pois permite expor diversos aspectos interligados, como os padrões de vida e saúde dos escravos, as condições de vida e trabalho, a expectativa de vida e a existência de medidas profiláticas para os cativos. Nos últimos anos, segundo Carolina Bitencourt Becker[6], cresceu o interesse de estudiosos dedicados ao tema, como Ângela Porto[7], que analisa o sistema de saúde dos escravos no Brasil, seus padrões de vida e as condições de transporte, trabalho e moradia que afetavam sua saúde. Suas fontes incluem arquivos hospitalares, cartoriais e eclesiásticos.

No que diz respeito à historiografia sobre as doenças na província do Pará, o trabalho do historiador Rafael Chambouleyron debate os surtos de varíola e sua interferência no desenvolvimento da sociedade paraense durante a colonização do Maranhão e Grão-Pará. Segundo o autor, duas grandes epidemias de varíola irromperam no século XVII, uma na década de 1660 e outra em 1690, acarretando séria crise no sistema produtivo, pois vitimavam diretamente os indígenas, que então constituíam a principal força de trabalho. A epidemia de 1690, segundo o autor, foi a mais grave, tendo chegado por meio de um navio que transportava africanos para o Maranhão. Nessa mesma linha de pesquisa, destaca-se o trabalho do historiador Benedito Barbosa[8], que analisou as relações entre os diferentes grupos sociais durante os períodos de epidemias de varíola no Grão-Pará, no século seguinte (1755-1819).

Neste trabalho, utilizamos como bibliografia e fonte Arthur Vianna, que, em seu livro "Epidemias no Pará"[9], analisa as quatro principais epidemias que assolaram a população paraense no século XIX: febre amarela, cólera, varíola e peste bubônica. O autor faz um levantamento da mortalidade da população geral, analisando como essas doenças modificaram a sociedade e como as autoridades buscaram combatê-las por meio da implantação de políticas

---

[5] MATTOSO, *Op. Cit*. 1998.p. 117.
[6] BECKER, Carolina Bitencourt. **Os escravos e sua relação com a história da saúde na fronteira meridional do Rio Grande do Sul do século XIX**. Santa Maria, X Encontro Estadual de História.ANPUHRS.2010.
[7] PORTO, Ângela. **O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX**: doenças, instituições e práticas terapêuticas. História, Ciências, Saúde- Manguinhos, Rio de Janeiro, v.13, n.4 ,p.1019-27, out-dez.2006.
[8] BARBOSA, Benedito Carlos Costa. **No tempo das bexigas: rastros de uma epidêmica moléstia no Grão-Pará Colonial** (1755-1819). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2019.
[9] VIANNA, Arthur. **As Epidemias no Pará.** 2º Ed. Belém: UFPA, 1975.

públicas e da mobilização social. A historiadora Roseane Pinto[10], em seu estudo sobre o cotidiano de negros escravizados e forros na província do Pará, analisa a mortalidade desses indivíduos, seus enterros e a expectativa de vida, comparando a população livre e a escravizada. Sua pesquisa, que abrange o período de 1850 a 1888 — últimos anos da escravidão no Brasil —, discute ainda a influência da etnia e as causas da morte.

O historiador Márcio Couto Henrique[11], o analisar a experiência dos escravizados no leprosário do Tucunduba, em Belém, aponta que muitos foram abandonados ali pelos seus senhores. Estes carregavam nos corpos a marca da lepra, o que os estigmatizava ainda mais. Os cativos desenvolveram estratégias de sobrevivência e de enfrentamento às políticas da época, que procuravam mantê-los à margem da sociedade, presos naquele espaço de segregação. Ali conviviam escravos doentes e pessoas sem recursos para tratar a lepra, entregues à própria sorte e à caridade do leprosário.

Concordando com a historiografia apresentada até aqui, que aponta os portos como a principal porta de entrada de agentes infecciosos e ambientes propícios à sua propagação, este trabalho buscou mostrar como a falta de estrutura estatal, aliada às precárias políticas sanitárias de higienização das cidades e portos, e ao pouco desenvolvimento da medicina, que desconhecia a etiologia das doenças, contribuiu para a proliferação de enfermidades epidêmicas. No caso dos negros escravizados, objeto deste estudo, outros fatores também contribuíram para a sua morte, como a insegurança alimentar, a falta de higiene, as precárias condições de moradia, entre outros.

Nesse sentido, o presente trabalho visa analisar a mortalidade da população cativa, focando no impacto das doenças nos escravos, nos padrões de mortalidade entre eles, na perspectiva dos senhores sobre a mortalidade, nas marcas físicas das doenças, no cotidiano escravo através da análise das enfermidades, e na existência de políticas públicas e de preocupações dos senhores com a saúde dos cativos, considerando-os como principal mão de obra. Esta pesquisa objetiva contribuir para a historiografia da escravidão amazônica, no âmbito da história da saúde, doença, vida e morte.

As fontes utilizadas para esta proposta de pesquisa são os registros de sepultamento do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade, os relatórios e discursos dos presidentes da província do Pará, a obra "Epidemias no Pará" de Arthur Vianna, a Coleção de Leis do período e os

[10] PINTO, Maria Roseane Corrêa. **Organizando a Vida e Preparando a Morte**: cotidiano, morte e enterramentos de negros em Belém (1850-1888). Monografia. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

[11] HENRIQUE, Marcio Couto. **Escravos no Purgatório: o leprosário do Tucunduba** (Pará, século XIX. História, Ciências, Saúde- Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 19, supl., dez. 2012, p.153-177.

anúncios de jornais. A partir dos registros de sepultamento do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade[12], encontrados no IHGP[13], foi criado um banco de dados que permitirá analisar as principais informações dessas fontes, como nome, filiação[14] (se caso fossem escravo), idade, cor, naturalidade, nacionalidade, ocupação, condição social, estado civil, moléstia, dia, mês e ano do enterro e, em alguns casos, o valor pago pelo sepultamento. Esses documentos são de grande importância para a pesquisa, pois sua análise permite perceber o cotidiano da mortalidade em Belém nesse período, especialmente a dos negros (escravos e forros).

A principal dificuldade na análise dos registros de sepultamento reside no fato de muitos não conterem todas as informações anteriormente citadas, ou mesmo só conterem o nome do sepultado. Outra questão de grande importância, a salientar, é que, em alguns casos, o campo destinado à moléstia não foi preenchido ou não foi possível definir a "moléstia", aparecendo designações como anazarca, cicatriz no joelho, crónica, entrevada, antiga, lombrigas, estupos, entre outras, o que dificulta a análise, pois não é possível identificar a doença a que se referem.

Os relatórios provinciais, ao contrário dos registros de sepultamentos, são documentos que permitem compreender o posicionamento das autoridades face às epidemias que assolaram a sociedade, bem como as medidas tomadas para o combate às moléstias que chegavam à província: medidas profiláticas, saneamento de espaços públicos e as orientações que as pessoas deveriam seguir para evitar a propagação das doenças. Por fim, os jornais revelam-nos os impactos de determinadas doenças na sociedade como um todo, através da denúncia do estado sanitário da cidade e da movimentação dos portos, com a entrada e saída de mercadorias, pessoas e agentes infecciosos. Segundo os autores Kátia Abud, André Silva e Ronaldo Alves[15], ao narrar os factos, a imprensa também contribui para a História, pois os historiadores analisam essas notícias e convertem-nas em fontes, para as cruzar com outras fontes. Assim, constituem mais uma, entre muitas, formas de estudar as sociedades do passado e as suas formas de relacionamento, representações, conflitos, jogos de forças e significados presentes na memória.

---

[12] Eram listados escravos e livres no mesmo livro de sepultamento, no entanto, existia uma hierarquia com relação aos locais de sepultamentos, como podemos perceber no trabalho de Maria Roseane Corrêa Pinto. Organizando a Vida e Preparando a Morte: cotidiano, morte e enterramentos de negros em Belém (1850-1888). A autora nos mostra que, com funcionamento do Cemitério da Soledade algumas confrarias eram responsáveis pelos enterros da população. Foi possível perceber, ainda, uma hierarquia nos enterros: quem detinha maior poder aquisitivo tinha um funeral e um túmulo especial, enquanto a população cativa e mais pobre, que não participava de nenhuma confraria, tinha um funeral e um túmulo bem mais simples. (p.48).

[13]Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

[14] Nas fontes analisadas, o termo filiação e usado para designar o nome do dono do escravo.

[15] ABUD, Kátia Maria; SILVA, André Chaves de Melo; ALVES, Ronaldo Cardoso. **Ensino de História**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

Para a construção da presente proposta de pesquisa, foram analisados os jornais que mais circulavam na cidade de Belém, *Treze de Maio, Correio dos Pobres, Colono Nossa Senhora do Ó, O Velho Brado do Amazonas e Gazeta Oficial*. Dos periódicos citados, somente o *Treze de Maio* possuía uma coluna específica para falar sobre o enterramento no Cemitério da Soledade. Os jornais são excelentes fontes para a investigação de acontecimentos históricos. Levando em consideração a linha editorial, é possível entender como era transmitido as notícias ao público a partir da seleção das informações, a importância atribuída a um fato em detrimento de outros, determinam um tipo de leitura da realidade feita pelo leitor. Os historiadores Jorge Ferreira e Ângela Gomes comentam que:

> Os periódicos são fontes magníficas para os historiadores que quase sempre utilizam, com abundância, quando fazem suas pesquisas. Diversos jornais e revistas, com posições políticas diferentes, permitem ao historiador avaliar como importantes veículos de formação de opinião noticiavam determinado evento, em um dado momento, principalmente quando ele tem a envergadura de uma rebelião ou de uma revolução, ou seja, pela seleção do vocabulário, pelo ângulo e tamanho das fotos, pelas manchetes e sumários, é possível analisar o que os editores desejavam informar aos leitores[16].

Essa questão da escolha das notícias e de como seriam publicadas pela imprensa é evidente quando se analisa as informações das epidemias e os impactos que tiveram na cidade de Belém. Os jornais que foram analisados em determinados momentos apresentam divergências em relação às notas de determinadas epidemias, ora procurando amenizar, ora buscando aterrorizar a população. Com isso as notícias passam a ideia, de que poderiam de alguma forma tomar partido do interesse de alguém, mostrando ainda a diferença das posições dos jornais. Serão essas também questões analisadas a partir das informações retiradas de determinados jornais, registros de sepultamentos e demais fontes a serem analisadas. Por fim, ressalto que busquei atualizar a grafia de alguns trechos documentais para auxiliar na leitura e compreensão das fontes.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *Portos: comércio, doenças e escravidão,* apresentamos uma discussão sobre a importância do Porto de Belém no contexto do século XIX, o seu crescimento e estruturação, e a sua extrema importância para a modernização da província, funcionando como porta de entrada para a

[16] FERREIRA & GOMES, 2014, p.12

civilização, na medida em que por ele transitavam todos os bens consumidos na cidade. Nesse sentido, tornou-se também via de acesso para vírus, bactérias e outros parasitas, sendo o ponto de partida de muitos surtos epidêmicos. Faremos ainda uma análise das políticas profiláticas implementadas pelas autoridades após a chegada de numerosas doenças através dos portos, e, por fim, mostraremos a condição de saúde dos escravizados a partir da análise dos anúncios de fugas publicados nos periódicos que serviram de fonte para este trabalho.

No segundo capítulo, designado *As Epidemias de Febre Amarela e Varíola na Cidade de Belém*, buscamos apresentar ao leitor uma análise das epidemias de febre amarela e varíola que afetaram a cidade de Belém, bem como os seus impactos na população. Veremos que a febre amarela, embora não tenha apresentado grande incidência na população escravizada, é de extrema importância para o trabalho, pois a partir dela foram criadas muitas medidas profiláticas para evitar novos surtos, como, por exemplo, a criação do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade. No contexto da varíola, analisaremos as marcas que a doença deixou na população escravizada e como esse estigma auxiliou muitos senhores de escravos na busca incansável por seus escravos fugidos na capital e no interior da cidade.

No terceiro capítulo, *Em Tempos de Cólera*, analisaremos isoladamente a epidemia de cólera morbus, pois, dos três surtos epidêmicos, foi a doença que mais vitimou a população escravizada. Diferentemente das epidemias recorrentes, esta era inédita, e a população do Império brasileiro só conhecia as devastações da cólera no mundo. Analisaremos a incidência da cólera na sociedade, especialmente na população escravizada. Abordaremos os fatores que tornaram essa população mais vulnerável à doença, as medidas profiláticas adotadas pelo poder público e as consequências da perda de mão de obra escrava para os senhores. De fato, muitos senhores sofreram perdas acentuadas de escravizados no mesmo ano. Com base nas referências teóricas e fontes citadas, esta dissertação analisa a vida e a morte na escravidão em Belém no século XIX.

CAPÍTULO I

PORTOS: COMÉRCIO, DOENÇAS E ESCRAVIDÃO.

1.1 Uma breve introdução sobre o porto de Belém.

> O porto da capital de Santa Maria de Belém é, depois do da capital do Império, o mais animado, o mais pitoresco, e sob o aspecto da navegação comercial, o que maior diversidade de produtos indígenas fornece ao comércio dos estrangeiros. A todas as horas do dia e da noite inúmeros navios, desde os mais alterosos paquetes transatlânticos ou fluviais até a modesta igarité dos habitantes do sertão do grande estuário, sulcam aquelas águas em que se fundem milhões de tributários da maior bacia fluvial do mundo. Encontradouro de navios de tão diferentes procedências, o porto do Pará é também o ponto de junção de todas as nacionalidades, a Babel de todas as línguas da terra[17].

Os portos foram importantes centros comerciais no século XIX, e as cidades com localização geográfica favorável destacaram-se como importantes entrepostos comerciais, como Belém. O fluxo comercial marítimo intensificou-se ainda mais durante o período joanino, quando D. João VI abriu os portos brasileiros às nações amigas de Portugal. O Porto de Belém destacou-se desde o período colonial, intensificando sua atividade ainda mais durante o Império. Sua localização geográfica privilegiada propiciou a Belém um dos portos mais movimentados do país, refletindo em sua intensa vida comercial[18]. O naturalista inglês Henry Bates destacou, em sua visita à cidade em 1848, que "a cidade foi construída no local mais indicado para servir de porto de entrada para a região amazônica, e com o tempo provavelmente se tornará um vasto centro comercial"[19], o que de fato ocorreu em anos posteriores, como veremos a seguir.

Um evento de extrema relevância para a história portuária de Belém, até então protegida por políticas protecionistas, foi a criação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, por meio do decreto nº 1.037, de 30 de agosto de 1852. Segundo Roberta Brito, o objetivo da companhia era encurtar distâncias, dinamizar o comércio, facilitar as comunicações,

---

[17] FURTADO, apud PARÁ (Província). Dados estatísticos e informações para os imigrantes publicados por ordem do Exm. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, presidente da província. Pará: Typographia do Diário de Notícias, 1886, p.199-200.

[18] PENTEADO, Antonio Rocha. **O Sistema Portuário de Belém**. 1973.p.26.

[19] BATES, Henry Walter**. Um naturalista no rio Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979. p.22.

defender e povoar regiões distantes[20], além de controlar o comércio fluvial. Para El-Kareh, a introdução da navegação a vapor proporcionaria transportes mais rápidos e eficientes de mercadorias e passageiros, estimulando o comércio, o turismo e as migrações, bem como a difusão de valores, costumes e ideologias[21]. Bezerra Neto destaca a navegação a vapor no Rio Amazonas como fator importante para o incremento e a dinamização das atividades comerciais nas províncias amazônicas, integrando-as entre si e com o restante do Império[22]. Outro acontecimento que impulsionou o crescimento do comércio portuário na província foi a abertura do Rio Amazonas à navegação internacional, decretada pelo governo brasileiro em 1866. Esses eventos marcaram a integração de Belém à economia global[23].

De acordo com Antonio Penteado, com o ciclo da borracha veio um grande desenvolvimento econômico e demográfico. Na segunda metade do século XIX, as linhas de navegação no interior começaram a ser ampliadas, abrindo-se novas perspectivas para o comércio de Belém, e o porto viu-se invadido por uma série de trapiches[24]. Segundo Bates, os costumes rapidamente se modificaram depois que os navios a vapor começaram a navegar no Amazonas em 1853, trazendo consigo uma onda de novas ideias e novos modos à região[25].

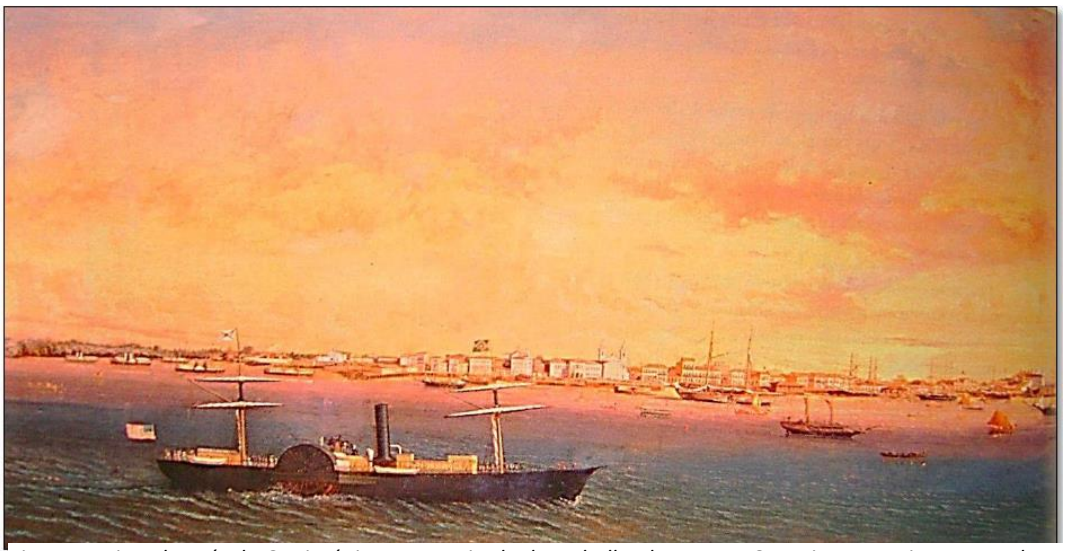


Figura 1: Vista da Baía do Guajará. imagem retirada do trabalho de FURTADO, Luciana Martins. Nas Pedras do Caes: cidade, cotidiano e trabalho Belém do Pará (1852-1912).

[20] *BRITO, Roberta Kelly Lima* de. **A Introdução da navegação a Vapor na Amazônia no século XIX**: o processo de formação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. 2017. p. 2.

[21] EL-KAREH, Almir Chaiban. **A Companhia brasileira de paquetes a vapor e a centralidade do poder monárquico.** Revista História econômica & história de empresas/ABPHE, São Paulo, vol.2, 2002.

[22] BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão Negra no Grão-Pará (século XVII-XIX).** –Belém: Paka Tatu, 2001. p.79.

[23] FURTADO, Luciana Martins. **Nas Pedras do Caes: cidade, cotidiano e trabalho Belém do Pará (1852-1912).** Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2015.p.29.

[24] PENTEADO, Op. Cit. 2012. p. 60.

[25] BATES, Op. Cit. 2012. p.141.

Nesse contexto, Mábia Sales ressalta a importância deste porto não só pelo viés econômico, mas também como importante propiciador de trocas culturais, a partir de novas práticas e releituras na sociedade que dava os seus primeiros passos na província. Segundo a autora, as navegações permitiram a circulação, de um lugar para o outro, dos modos de sentir, vestir, conhecer, pensar e até de se alimentar[26]. Seria a ideia de porto como "vetor civilizador" das cidades, sendo os portos elementos fundamentais para receber essas novas influências[27], costumes e estilos, bem como noções de higiene e modernidade.

Conforme a autora, o movimento portuário corrobora a intensa relação da província com diversos países, tais como Inglaterra, França e Estados Unidos. Mábia Sales observa que embarcações dessas nacionalidades aportavam repetidamente no cais belenense, trazendo vestimentas, medicamentos, alimentos, ferragens e outras mercadorias que compunham o cotidiano — doméstico, laboral e de lazer — de parte da população[28]. Como podemos observar no anúncio abaixo, sobre a entrada de uma embarcação na província de Belém:

> Entrada de embarcações;
>
> Dia 6 de maio, Brigue Inglez Goerge Glen, vindo de Liverpool em 38 dias e viagem- Carga- 153 toneladas de carvão, 15 ditas de sal, 1 caixa com miudezas, 127 barris com manteiga, 1 caixa com laãs, 40 gigos de louça, 12 queijos, 1 fardo de linhas, 3 caixas de cobre, 10 barricas de barrilha, 15 caixas com queijos, 49 barricas com farinha, 8 feixes de arame, 1 barril com arsênico, 1 caixa com suspensório, 25 caixas com folha de flandes, 30 barricas com cerveja, 20 latas de óleo, 3 fornos de ferro[29].

Os produtos elencados no jornal proviam de uma nação considerada civilizada. A importância da chegada dessas mercadorias estava diretamente ligada ao seu valor intrínseco: utilizar produtos europeus significava, para a sociedade belenense da época, aproximar-se do moderno e do civilizado. Pelo porto, entravam não apenas mercadorias, mas também modelos de vida, hábitos alimentares e costumes. Além da entrada de novas práticas, observa-se também a saída de muitos produtos da província para portos estrangeiros.

---

[26] SALES, Mábia Aline Freitas. **Viagem das coisas e das ideias**: O movimento das embarcações e produtos estrangeiros nos meados da Belém oitocentista. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2012.p.30.

[27] ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

[28] SALES, Mabia Aline; FARIAS. Willian Gaia; MOURÃO. Leila. **O Movimento do Porto: A entrada de embarcações estrangeiras nos meados da Belém oitocentista**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • (p.1-17). São Paulo, julho 2011.

[29] Jornal Treze de Maio, 09 de maio de 1849. p.5.

Sidiana Macêdo destaca o porto do Pará como o mais importante e movimentado da Amazônia, com intensa circulação de mercadorias e pessoas de todos os lugares[30]. Mábia Sales aponta o porto de Belém como o sexto mais importante do Império no período analisado. Esse fluxo fica evidente em periódicos como o *Treze de Maio*, que dedicava uma seção específica à movimentação de embarcações.

Entrada;

> "Dia 22- Brigue Inglês Windsor, vindo de Liverpool em 42 dias de viagem, consignou-se aos Negociantes Singlehurst e Miller & Cº- carga: 60 caixas com queijos; 200 barris com pólvora; 205 ditos de manteiga; 6 barricas com ferragens; 38 gigos com louça; 100 barricas com cerveja; 35 barris com chumbo; 70 latas de óleo de linhaça; 556 barris com tintas".[31]

Saída;

> "Dia 30- Para New Yorck o Patacho Americano Nebo, carga- goma elástica fina 1581 arrobas e vinte e oito libras, dita grossa 440 arrobas e 6 libras, Sernamby 188 arrobas e 2 libras, castanhas da terra 525 alqueires, cacau 1;218 arrobas e 27 libras, cumaru 76 libras, couro salgados 17;723 libras, urucú 34 arrobas; no valor de 48;440$640 réis".[32]

É perceptível o intenso fluxo de mercadorias estrangeiras, com a entrada de diversos produtos ingleses, como descrito na primeira notícia, e, na segunda, a saída de uma embarcação com mantimentos para Nova Iorque. Os periódicos mostram a frequência dessa intensa movimentação nos Portos de Belém, principalmente no período analisado (1850-1859). As notas do jornal *Treze de Maio* sobre embarcações que partiam nesse período destacam principalmente a borracha e o cacau. De acordo com Luciana Batista, durante a década de 1850 a província do Pará se tornou a principal praça exportadora da borracha na Amazônia, momento em que a goma elástica teve maior destaque no comércio da região[33]. O cultivo e o comércio do cacau, conforme ressalta Alden[34], já ocorriam desde o século XVII e foram importantes para a exportação para Portugal durante todo o século XVIII. No século XIX, ele se consolidou ao lado da borracha[35].

---

[30] MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. **Daquilo que se come: Uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2009.p.33.
[31] Jornal Treze de Maio, 23 de outubro de 1853. p.4.
[32] Jornal Treze de Maio, Dia 31 de Outubro de 1853. p.4.
[33] BATISTA, Luciana Marinho. **Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c.1850- c. 1870**. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2004.p. 50.
[34] ALDEN, Dauril. **O significado da produção de cacau na região Amazônica no fim do período colonial; um ensaio de História Econômica comparada**. Belém: UFPA/NAEA;1974.
[35] MACÊDO, Op. Cit. 2009.p.76.

Mábia Salles salienta que, no período da Cabanagem (1835-1840), houve uma diminuição no número de embarcações que entraram no Pará. Em 1835, o comércio estava em ponto morto, e os navios não se aventuravam a entrar num porto dominado por rebeldes[36]. O cenário mudou após o movimento cabano, com o restabelecimento da paz na província do Pará. Os portos voltaram a receber embarcações nacionais e de diversos países. Como podemos observar no gráfico abaixo:

Figura 2 Gráfico retirado do trabalho de SALES, Mábia Aline Freitas. Viagem das coisas e das ideias: O movimento das embarcações e produtos estrangeiros nos meados da Belém oitocentista.

O fato de Belém comercializar os mais variados produtos com outros países nos faz refletir que as transações comerciais não se davam apenas entre Belém e Portugal, apesar das estreitas relações comerciais entre ambas. O estudo sobre a História da Alimentação de Sidiana Macêdo analisa essas relações comerciais de abastecimento da cidade de Belém com outros países e outras províncias do Império. Nesse trabalho, a autora analisa a movimentação de mercadorias que chegavam e saíam de Belém para outros portos do Império e do estrangeiro. Segundo Macêdo, o Porto era um centro altamente cosmopolita e de importantes relações comerciais. Tal como os produtos eram distribuídos para o interior pelo porto do Pará, a cidade era por ele abastecida[37].

Após a adesão do Pará à independência, os laços comerciais com Portugal permaneceram fortes. A província mantinha relações mercantis com países da Europa; o

[36] SALES, *Op. Cit*. 2012. p. 33.
[37] MACÊDO, *Op. Cit*. 2009.p.33.

movimento portuário demonstra a intensa relação da província com Inglaterra, França e Estados Unidos. Embarcações dessas nacionalidades frequentemente aportavam nos portos de Belém, trazendo diversos produtos, principalmente alimentícios. Embora boa parte das importações se destinasse ao suprimento de necessidades básicas, como a alimentação, muitos produtos contribuíam para a crescente modernização da cidade e dos estilos de vida[38].

Nesse contexto — segunda metade do século XIX —, é importante ressaltar que, devido ao fluxo constante de embarcações, pessoas e mercadorias, o estudo das doenças não pode ser dissociado das estruturas e condições dessas embarcações. Tendo em vista que elas constituíam o principal meio de transporte da época, para pessoas, alimentos e enfermidades, o porto tornou-se a principal via de acesso a muitas doenças, sendo o ponto de partida da maioria das epidemias que assolaram a população.

1.2 Os portos: a porta de entrada dos vírus, bactérias e outros parasitas.

> As doenças, em seus aspectos epidêmicos, modificaram através dos tempos, em oportunidades marcantes, estruturas de governos, causaram devastações graves, influenciaram no desenvolvimento econômico de regiões e, até certo ponto, contribuíram para a dispersão dos povos[39].

A análise das doenças é de grande importância para o estudo da escravidão, pois permite expor vários aspectos diretamente relacionados, como os padrões de vida e saúde dos escravizados, as condições de vida e trabalho, entre outros. No entanto, a historiografia sobre a escravidão, no que concerne às doenças, era pouco debatida. Somente após o trabalho de Kátia Mattoso, *Ser Escravo no Brasil*, foi possível observar um revisionismo na historiografia da escravidão. Segundo Carolina Bitencourt Becker[40], nos últimos anos surgiu um crescente interesse de estudiosos pelo assunto, como Ângela Pôrto[41], que analisou o sistema de saúde dos escravizados no Brasil e os padrões de vida por eles desfrutados, abordando também as condições de transporte, trabalho e modo de vida que impactam a sua saúde. Para tal análise, utilizou fontes como arquivos hospitalares, cartoriais e eclesiásticos.

---

[38] SALLES, *Op. Cit*. 2012.p.41.
[39] VIANNA, Arthur. **As Epidemias no Pará.** 2º Ed. Belém: UFPA, 1975.
[40] BECKER, Carolina Bitencourt. **Os escravos e sua relação com a história da saúde na fronteira meridional do Rio Grande do Sul do século XIX.** Santa Maria, X Encontro Estadual de História.ANPUHRS.2010.
[41] PORTO, Ângela. **O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX**: doenças, instituições e práticas terapêuticas. História, Ciências, Saúde- Manguinhos, Rio de Janeiro, v.13, n.4,p.1019-27, out-dez.2006.

Outro trabalho de grande importância sobre esta temática é o de Márcia Amantino[42], ao estudar e analisar o trabalho de negros escravos a partir de anúncios de fugas nos jornais[43], consegue abordar as condições de saúde dos cativos. A autora reconstrói o perfil do fugitivo a partir das variadas informações presentes nos anúncios, incluindo as condições de saúde, objetivo central de seu trabalho.

Na década de 1850, a província do Pará passou por períodos epidêmicos que afetaram a sociedade como um todo: brancos, negros, índios, ricos e pobres. O período de 1850 a 1859 foi marcado por surtos epidêmicos - febre amarela, varíola, cólera e outras doenças - que afetaram toda a população paraense. Os escravos, sem os recursos da população livre, estavam à mercê da sorte, dependendo da caridade dos senhores ou de curandeiros.

O conceito de doença é complexo e varia consoante o período analisado. Neste trabalho, utilizo o conceito de Roy Porter[44], para quem "a doença é uma coisa objetiva, frequentemente desencadeada por um patógeno, como um bacilo ou vírus, e marcada por uma constelação de sintomas - erupção cutânea ou febre, por exemplo". É importante ressaltar que muitos autores associam a questão da doença à natureza. Segundo Kenneth F. Kiple,[45], por exemplo, a invenção da agricultura levou os humanos a adquirir certas doenças; neste estudo, a cólera serve como exemplo, pois é uma doença causada pela ingestão de alimentos mal conservados.

O processo de expansão marítima para o continente americano foi o principal responsável pela disseminação de muitas enfermidades, episódio marcado pelo genocídio de vários povos ameríndios. Algumas doenças, até então desconhecidas por essas sociedades, tornaram-se importantes armas biológicas no processo de submissão desses povos pelos europeus. Kenneth Kiple evidencia que "onde quer que o europeu tenha pisado, a morte parece ter seguido o aborígene"[46]. De acordo com Crosby, durante o século XVI e os seguintes, a varíola teve um papel mais importante que a pólvora no avanço do imperialismo branco

---

[42] AMANTINO, Marcia. **As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no Jornal do Comercio** (RJ) em 1850. Rio de Janeiro, História, Ciências, Saúde- Manguinhos, v.14, n.4, p.1377-1399out-dez.2007.
[43] Jornal do Comércio do Rio de Janeiro em 1850.
[44] PORTER, Roy. **Cambridge História da Medicina**. Livraria e Editora Revinter Ltda. 2008.p. 75.
[45] KIPLER. F, Kenneth. **História da Doença.** PORTER, Roy. Cambridge História da Medicina. Livraria e Editora Revinter Ltda. 2008.p. 75.
[46] KIPLER, Op. Cit. 2012. p.34.

ultramarino[47], tendo em vista que os europeus já estavam habituados àquela doença, enquanto os ameríndios, por desconhecimento, foram exterminados. Segundo André Oliveira:

> Com o processo de expansão marítima europeia, iniciado nos séculos XV e XVI, ocorreu um significativo aumento na circulação de mercadorias e contatos entre os povos, mas também houve uma verdadeira "união microbiana" com um novo trânsito de doenças entre territórios distintos[48].

É consenso que as cidades portuárias foram a porta de entrada de várias moléstias desde o início da colonização do Novo Mundo. Com o passar dos anos, esses portos se transformaram em importantes centros de comercialização, como Portugal e o Brasil, após a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional em 1808, como vimos anteriormente. Com este fato, atrelado à independência, a antiga colônia portuguesa passou a ser administrada com o objetivo de se transformar numa nação desenvolvida, moderna e civilizada. Para isso, era necessário afastar as enfermidades da população e garantir a sua saúde[49]. Neste sentido, era necessário institucionalizar os meios de fiscalização das práticas de cura e da produção de conhecimento em políticas de saúde na capital imperial, criando mecanismos para cuidar da população, através de provedores de saúde responsáveis pela fiscalização de portos, embarcações, mercadorias e passageiros que chegavam à cidade do Rio de Janeiro[50].

Esta política estatal de interferir na vida de cada indivíduo, na tentativa de promover melhorias públicas e privadas, ficou conhecida como "medicina social". A política visa controlar a vida, principalmente, dos trabalhadores, que constituem a principal força de trabalho de uma sociedade. Indivíduos saudáveis são responsáveis pelo progresso de uma sociedade. Foucault explica que:

> A medicina produz efeitos de controle no cotidiano das pessoas, por via de seus estatutos científicos sobre doença e saúde, normalidade e patologia. A medicina social surge como reguladora da higiene pública com vistas à salubridade da cidade, mas seu alcance é bem maior que o preventivo/curativo[51].

---

[47] CROBY, Alfred. W. **Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa**, 900-1900/ tradução José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari- São Paulo: Companhia das Letras, 1993.p. 209.
[48] OLIVEIRA, André Luiz. **História da saúde no Brasil**: **dos primórdios ao surgimento do SUS**. Encontros Teológicos nº 61 Ano 27 / número 1 / 2012. p.32.
[49] MATTOS, Débora Michels. Do que eles mais padeciam...Doenças e escravidão na Ilha de Santa Catarina 1850-1859. *In:* PIMENTA, Tânia Salgado;GOMES, Flávio. (org). **Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil. Rio de Janeiro:** Outras Letras, 2016.p.64.
[50] EDLER, Flávio Coelho. FREITAS, Ricardo Cabral de**. A "realidade do saber e da habilidade que se inculca": clima, médicos e saúde pública no Brasil,** 1808-1835. Fundação Oswaldo Cruz. Centro de Documentação em História da Saúde, Manguinhos. p. 3410.
[51] FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1979.

Nesse contexto, com a ampliação das cidades, o aumento demográfico e o crescimento econômico, as cidades portuárias ganharam destaque no cenário comercial. Começaram a receber embarcações de diversos países, tornando-se espaços de sociabilidade e centros da vida moderna, como analisado inicialmente. Porém, não circulavam apenas pessoas, ideias e mercadorias; as doenças também transitavam pelas províncias, tornando necessário que o Estado criasse políticas públicas para evitar o declínio do comércio local.

Devido ao desconhecimento de meios eficazes de tratamento na segunda metade do século XIX, o poder público se apoiou na teoria dos contagionistas. A principal medida profilática, então endossada, foi a intensa fiscalização das principais cidades portuárias, supervisionando o tráfego das embarcações. Acreditava-se que o trânsito entre lugares poderia disseminar microrganismos, ocasionando graves surtos epidêmicos.

De acordo com Ricardo Schmachtenberg, o desenvolvimento econômico, político e social das cidades está diretamente ligado ao processo de urbanização[52]. As cidades, em especial as portuárias, podiam proporcionar condições favoráveis ao desenvolvimento de um ambiente insalubre; foi necessário regulá-las para sanar tais desvios[53]. Considerando esse espaço como meio propagador de enfermidades, medidas profiláticas começaram a ser implementadas na tentativa de inibir a disseminação de doenças, como podemos observar no periódico abaixo:

> Melhoramento sanitários na Capital e n'outras povoações do Império.
>
> Além da definitiva fundação dos cemitérios extramuros, da criação de hum hospital marítimo, e do estabelecimento de enfermarias publicas permanentes nos pontos extremos desta capital; bem como de outras providencias sanitárias, de que já vos dei conta nos artigos.
>
> Sendo a remoção deste incessante foco miasmáticos hum dos mais urgentes benefícios reclamados pela salubridade publica, tem o governo procurado obter os mais minuciosos e seguros esclarecimentos sobre o mérito das diferentes propostas, que tem sido apresentada, tendentes a conseguir aquele fim e nutre maiores esperanças de poder em breve realizar muitos e importantes melhoramentos[54].

A necessidade de cuidar das cidades tornou-se evidente a partir de meados do século XIX, pois elas se tornaram ainda mais propícias à proliferação de doenças, como ilustra o caso

[52] SCHMACHTENBERG, Ricardo. **Código de Posturas e Regulamentos: Vigiar, Controlar e Punir**. IX Encontro Estadual de História. Seção Rio Grande do Sul. ANPUH-RS. p.2.
[53] Ibidem, p.2
[54] Jornal Treze de Maio, Dia 12 de Novembro de 1853, p.1.

de Belém, que, a partir de 1850, sofreu grandes surtos epidêmicos de febre amarela, varíola e cólera. Em resposta, políticas públicas foram implantadas tanto na capital do Império quanto nas províncias com intenso fluxo portuário. Na Corte, a febre amarela chegou por volta de 1849. Após debates entre os defensores das teorias do contágio e da infecção, foram estabelecidas medidas profiláticas, como a fiscalização dos portos, a construção de enfermarias e lazaretos, e a criação de uma comissão de saúde pública.

De acordo com Maria Fonseca, as comissões formadas tinham como incumbência velar, durante a epidemia, pela observância das leis, ordens e providências relativas à saúde pública[55]. Segundo Fonseca, mesmo com todas essas medidas, o índice de mortalidade da época foi consideravelmente alto devido à febre amarela na corte brasileira. Sidney Chalhoub aponta que mais de um terço da população do Rio de Janeiro teria padecido da febre amarela (ou do mal amarelítico), porém os números podem ter sido bem maiores. Nas décadas seguintes, a doença causaria transtornos às atividades comerciais[56].

Ao longo da história, a bibliografia documenta a ocorrência de numerosas epidemias em sociedades brasileiras e estrangeiras. A crescente necessidade de cuidar da saúde pública levou o Estado a se preocupar com o assunto, sobretudo em razão dos prejuízos causados à política e à economia. Com a propagação das doenças, o comércio declinava, pois, muitos navios evitavam os portos afetados por surtos epidêmicos.

Sendo assim, os problemas relacionados à falta de saúde passariam a ser regulados pelo poder público, uma vez que indivíduos saudáveis seriam considerados essenciais para o desenvolvimento e o progresso económico da sociedade. Segundo Magda Costa, a problemática da falta de saúde passaria a ser regulada pelo governo, o qual, sob a influência da medicina em ascensão, acreditava poder assegurar os mecanismos necessários para evitar a propagação das enfermidades que assolavam as civilizações na metade do século XIX[57].

Para Foucault, existem na sociedade mecanismos disciplinares e mecanismos reguladores do corpo e da população, que se articulam. Os primeiros atuam sobre o indivíduo

---

[55] FONSECA, M.R.F. A saúde pública no Rio de Janeiro Imperial. In: PORTO, Â. SANGLARD, G.,FONSECA, M.R.F., and COSTA, R.G.R., orgs. **História da saúde no Rio de Janeiro**: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958) [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008, p.40.

[56] CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.61.

[57] COSTA, Magda Nazaré Pereira da. **Caridade e Saúde Pública em Tempos de Epidemia. Belém 1850-1890**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2006. p.16.

— como, por exemplo, o controle policial —, enquanto os segundos atuam na comunidade, como as regras de higiene. O autor afirma que "nessas condições, o saber médico e a higiene serão de considerável importância no século XIX, sobre a população e o corpo ao mesmo tempo; a medicina será uma técnica política de intervenção, com efeitos de poder próprios"[58], sendo assim, o Estado irá poder controlar a sociedade através desse mecanismo.

Neste cenário, Ricardo Schmachtenberg, ao estudar os códigos de posturas do século XIX, ressalta a importância da regulação da vida social através da constante vigilância dos atos e comportamentos individuais. Nesse contexto, as posturas podem ser caracterizadas como uma forma de prevenção e controle do espaço urbano, um mecanismo regulador que impedia que este espaço se tornasse um ambiente infeccioso, minimizando as possibilidades de ocorrência de problemas relacionados à saúde pública[59].

Desta forma, a fiscalização portuária tornou-se instrumento de extrema importância para controlar epidemias em muitas cidades portuárias brasileiras. Tendo em vista que algumas doenças eram desconhecidas dos médicos da época, e principalmente os métodos de prevenção, a inspeção portuária constituiu-se, inicialmente, na principal medida profilática. Portos eram, afinal, o ponto de entrada de pessoas, mercadorias e, consequentemente, enfermidades.

Os estudos sobre a disseminação de doenças devem considerar os laços comerciais entre a Europa e a América, pois estes intensificaram a movimentação nos grandes portos. Nesses locais, circulavam não só mercadorias e pessoas, mas também agentes patogénicos capazes de desestruturar economias e dizimar populações. Alisson Eugênio, em seus estudos sobre as reflexões médicas acerca da saúde da população escravizada no século XIX, ressaltou o tráfico transatlântico como um fator que amplificou a disseminação de doenças. Essa atividade comercial tornou-se um ciclo vicioso[60], gerando crescente preocupação médica com o passar do tempo.

No século XIX, os portos foram destaque por serem entrepostos comerciais, mas assim como eles levavam e traziam mercadorias, ideias e pessoas, também transportavam micro-organismos que "passeavam" silenciosamente e mais tarde seriam responsáveis pelos grandes alastramentos de doenças e grandes surtos epidêmicos na província. As cidades portuárias brasileiras eram, na maioria das vezes, reconhecidas como locais insalubres, ficando propensas

[58] FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. 2005. p.299-300.
[59] . SCHMACHTENBERG, Ricardo. **Código de Posturas e Regulamentos: Vigiar, Controlar e Punir**. IX Encontro Estadual de História. Seção Rio Grande do Sul. ANPUH-RS. p.6
[60] EUGÊNIO, Alisson. **Reflexões Médicas Sobre as Condições de Saúde Escrava no Brasil no Século XIX**. Afro-Ásia, 42 (2010), 125-156. p.127.

a doenças devido à falta de um sistema sanitário adequado, o que resultou no surgimento e propagação de muitas epidemias.

Nesse sentido, as primeiras ações de saúde pública implementadas globalmente, e subsequentemente no Brasil, concentraram-se na proteção e no saneamento das cidades, particularmente as portuárias, responsáveis pela comercialização e circulação de pessoas e produtos exportados[61]. Consequentemente, a preocupação das autoridades locais com esses espaços tornou-se perceptível nos principais meios de comunicação da época, os jornais.

> Dito a Comissão de Higiene Publica exigindo lhe informação sobre o estado sanitário desta Província, compreendendo especialmente tudo o que tiver ocorrido a respeito da febre amarela ou de qualquer outra epidemia que se tenha aqui manifestado, o número de Hospitais, lazaretos e mais estabelecimentos de caridade e seus respectivos movimentos e recursos[62].

Com o avanço das grandes movimentações portuárias, impulsionadas pelo comércio, tornou-se necessário adotar medidas profiláticas para conter a proliferação de doenças que se disseminavam com o tráfego de pessoas e mercadorias. Nesse contexto, o porto passou a ser visto como um foco de contágio, um organismo potencialmente vulnerável a febres, epidemias e infecções, dada a constante chegada de embarcações que poderiam transportar doenças. Urgia, portanto, controlar a situação por meio da inspeção sanitária[63], como se observa a seguir:

> Recomendo a V.V. Mcs. Muito positivamente que deem as necessárias providencias, a fim de que dos Vapores da Companhia não desembarque passageiro algum, e nem a eles se encoste outra embarcação antes que estejam feitas as visitas competentes. Deus Guarde a V.V Mcs. Palácio do Governo da Província do Pará. 30 de novembro de 1855.Sebastião do Rego Barros. Senr. Agentes da Companhia de Paquetes a Vapor. Igual ao Gerente da Companhia de Navegação e Comercio do Amazonas a respeito dos Vapores da Dita Companhia[64].

O saneamento e a fiscalização dos portos, considerados por alguns médicos da época a principal via de acesso de pessoas, mercadorias, vírus e outros agentes infecciosos, foram as primeiras medidas tomadas. Essa medida representou a primeira iniciativa de profilaxia nas

---

[61] BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria. História das Políticas de Saúde no Brasil: a trajetória do direito à saúde (capítulo 1 do livro: **Políticas de saúde: a organização e a operacionalização do SUS**). FIOCRUZ e Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2007. Organizadores: Gustavo Corrêa Matta e Ana Lúcia de Moura Pontes. p.32.

[62] Jornal Treze de Maio, Dia 1 de dezembro de 1855. p.2.

[63]MATOS, Maria Izilda Santos de. **Santos: porto, deslocamentos e representações.** Revista Porto. n. 02. 2012.p. 102.

[64]Jornal Treze de Maio, Dia 1 de dezembro de 1855. p.1.

cidades portuárias, como Rio de Janeiro, Bahia e Belém, entre outras. A limpeza, o tratamento de esgoto e água minimizaram o ambiente propício à manifestação e transmissão de doenças. A reforma urbana, que incluiu a limpeza de ruas e o tratamento de esgoto e água, seguiu-se, conforme se observa no Relatório Provincial abaixo:

> Consultei logo os médicos desta capital sobre as causas que no seu entender podiam alterar a saúde pública, e especialmente contribuir para se alimentar a epidemia. Prestando-me prontamente o meu pedido, indicaram, como sendo as principais; o nenhum asseio de algumas praias e lugares da cidade, sendo o maior e mais pernicioso foco de exalações pertilentes a doca denominada- ver-o-peso- pela acumulação de grande de matéria orgânica em putrefação, que eram nella diariamente são lançadas, o mau estado em que se achavam as grandes valas, que cortam em diferentes direções os terrenos baixos, que cercam a Cidade, as quais tendo sido, há muitos anos, abertas para darem esgoto as aguas pluviais que, acumulando-se nesses terrenos, ahi formam tremedaes extensos, não preenchiam o seu fim por se terem danificados e obstruído, tornando-se, por este motivo, fontes perenes de emanações perigosas- a existência desses pântanos nas vizinhanças da Cidade, cujos miasmas alteram o estado normal da atmosfera[65].

A preocupação com o estado sanitário da cidade surge com frequência nos relatórios provinciais e meios de comunicação. Cuidar do meio social revestir-se-á de extrema importância, principalmente no período analisado, tendo em vista que, neste período, as epidemias (febre amarela, varíola e cólera) assolavam grande parte das províncias brasileiras. Para além da fiscalização dos portos, outra medida de salubridade bastante requisitada pelos órgãos de saúde pública, pela sua eficácia comprovada em outros países, foi o isolamento dos doentes.

Para Foucault, o modelo de quarentena foi aplicado em todos os países europeus como plano de urgência, acionado sempre que uma pessoa ou uma doença epidêmica grave surgia numa cidade. Esse plano consistia em várias etapas: os doentes permaneciam em casa; as pessoas eram vigiadas pelas autoridades; eram elaborados relatórios para informar a população sobre o estado da cidade; os inspetores vigiavam as casas para avaliar a condição de saúde de cada doente; e, por fim, procedia-se à desinfecção das casas[66]. Para este autor, a quarentena representou o ideal político-médico de uma organização sanitária das cidades, desde o século XVIII.

---

[65] Relatório do presidente da Província do Gram-Pará, o exmo. Sr. Dr. Fausto Augusto d'Aguiar, na abertura da segunda sessão ordinária da sétima legislatura da Ass. Provincial no dia 15 de agosto de 1851. Pará, Typ. De Santos & filhos, 1851. p.18.

[66] FOUCAULT, Michel. **Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. Rio de Janeiro: Forence Universaitária, 2011. p.413.

Sendo uma profilaxia antiga, utilizada desde a antiguidade, a quarentena foi uma das medidas sanitárias empregadas para tentar evitar a propagação de enfermidades. No Rio de Janeiro, por exemplo, logo no início dos primeiros surtos de febre amarela, em 1849, o governo imperial criou mecanismos para combater as doenças que poderiam ser introduzidas pelos portos. Além da fiscalização, lazaretos e hospitais provisórios foram criados em alguns pontos específicos da cidade[67]. Em Belém, o Relatório Presidencial demonstra preocupação com o estado sanitário da cidade, reclamando principalmente da falta de um lazareto adequado.

> A falta de um lazareto regular neste porto é outra necessidade higiênica, que dia a dia se torna sensível o rápido e brilhante progresso que tem sido o comercio, certamente não para de atrair a este porto, o tornará em um futuro próximo um dos mais frequentados do Império. É tempo de cuidar do estabelecimento onde se possam tornar efetivas as medidas sanitárias aconselhadas pelas ciências, tendentes a evitar a importação de moléstias contagiosas que possam ser trazidas por esses navios, aliando ao dever higiênico com o do comercio, e com os deveres da humanidade".[68]

A construção dos lazaretos[69] será assunto bastante debatido no contexto analisado. A necessidade dessa profilaxia estava diretamente ligada à necessidade de cuidado com os portos, principal meio de translado de mercadorias e pessoas. Era preciso garantir que o porto atraísse cada vez mais negociantes; seguir as medidas profiláticas era demonstração de progresso para a província. Em 1854, o presidente da Comissão de Higiene Pública, criada pelo Regulamento de 29 de setembro de 1851, Dr. Francisco da Silva Castro, voltou a requisitar a construção de um lazareto nas proximidades da capital.

> Desde os primeiros dias da minha administração reconheci a necessidade da fundação de um lazareto em algum ponto dos subúrbios da capital. Neste sentido pedi providencias ao Governo imperial e com quanto não tenha tido ainda solução alguma, é com tudo de esperar-se, que atenda as reflexões que nessa ocasião lhe dirigi[70]

O regulamento para a construção do lazareto foi aprovado em 1851. Nos anos seguintes, vários anúncios em jornais reclamavam da não conclusão da obra. Em março de 1854, o jornal *Treze de Maio* ressaltou que foram aprovadas verbas para a conclusão do lazareto na Ilha de

---

[67] FONSECA, M.R.F. **A saúde pública no Rio de Janeiro Imperial**. In: PORTO, Â. SANGLARD, G.,FONSECA, M.R.F., and COSTA, R.G.R., orgs. História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958) [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008, p.40.

[68] Relatório de Presidente, do ano de 1851.p.27-28. Apresentado pelo presidente Dr. Fausto Augusto de Aguiar, na abertura da segunda sessão ordinária da sétima Legislatura da Assembleia Provincial. Ver em http://brazil.crl.edu.p.27-28.

[69] Estabelecimento existente junto aos portos, ao qual se recolhem viajantes procedentes de países onde grasse moléstia epidêmica ou contagiosa; hospital de quarentena.

[70] Jornal Treze de Maio, Dia 31 de Agosto de 1854. p.4.

Tatuoca. Este, porém, só foi concluído em 1855, quando a epidemia de cólera acometeu a província, sendo a quarentena realizada naquela ilha, como podemos observar na exposição apresentada pelo presidente Rego Barros:

> Um pequeno lazareto está pronto na ilha de Tatuoca, não é ele como os poucos que existem na Europa, e nem como deseja a comissão de Higiene Pública, é porem como os que existem entre nós, que só devem servir para recolher os acometidos de qualquer epidemia que aportarem a província está também fornecido de quanto pediu a Comissão de Higiene Publica por uma relação exigida pela Presidência, e para este fornecimento incumbir no ativo e prestimoso Inspetor da Thesouraria de Fazenda desta Província Manoel Rodrigues de Almeida Pinto, sendo tudo entregue ao cidadão Victorio de Figueredo Vasconcelos, que de bom grado prestou-se a guarda-los.[71]

A circulação de pessoas intensificava-se com o avanço do comércio. Esse fato tornou o porto propício a um maior deslocamento de doenças entre a população, como supracitado. Assim, o porto tornou-se um local de grande facilidade para a propagação de moléstias. Magda Costa[72], em seu estudo sobre a saúde pública em Belém, ressalta que foi por via marítima que a maioria das doenças chegou, não só a Belém, mas também a outras províncias do Império. Depois que algumas enfermidades atingiram a capital no início da década de 1850, surgiu a preocupação de que elas retornassem. Logo, a fiscalização nos portos intensificou-se nos anos posteriores. No jornal, abaixo, podemos observar algumas instruções do Império a respeito dos cuidados com os portos:

> Medidas Preventivas que devem ser seguidas nos Portos do Brasil.
>
> 1ª Todo navio que chegar ao Brasil procedendo de porto em que reine a Cholera - morbus, ou tendo tocado em algum infeccionado de tal enfermidade será admitido a livre pratica, salvo se tiver tido, pelo menos 25 dias de viagem, contados do ultimo d'aqueles portos, e não haver-se manifestado durante o seu trajeto caso algum da mesma enfermidade.
>
> 3ª Se houver ou tiver havido abordo de qualquer navio algum caso de cholera-morbus, além de desinfecção do mesmo navio, das mercadorias e mãos objetos, serão os passageiros sujeitos a uma quarentena por tantos dias de observação, quantos forem necessários para os dias marcados[73].

Mesmo após a diminuição dos surtos epidêmicos, alguns viam a necessidade de manter a vigilância nos portos das províncias. As quarentenas foram impostas em boa parte das cidades portuárias como tentativa de frear o avanço das epidemias reinantes. Especialistas da época

[71] Exposição apresentada pelo Emxº Senr. Conselheiro do Rego de Barros, presidente da Província do Grão-Pará, ao Exmº Senr. Tenente Coronel d' Engenheiros Henrique de Beaurepaire Rohan, no dia 29 de maio de 1856, por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província. p.11.
[72] COSTA, *Op. Cit.* 2006. p.*35*.
[73] Jornal Treze de Maio, 24 de julho de 1855. p.1.

afirmavam que, mesmo que não houvesse epidemia, era necessária a quarentena como medida para aliviar as preocupações da população[74]. Em Belém, a comissão de higiene solicitou ao presidente, em 1856, quando a cólera já estava em seus momentos finais, que as quarentenas continuassem.

> Quando a capital se achava desassombrada da epidemia, recebi um oficio da Comissão de Higiene Pública em data de 15 de fevereiro, pedindo que esta presidência mandasse pôr em quarentena de observação os navios chegados de lugares que estavam infectados[75].

Durante a fiscalização, poderia ocorrer o isolamento da tripulação que aqui desembarcava, principalmente dos suspeitos de alguma doença, até que fossem liberados pela Comissão de Saúde, evitando assim o contágio epidêmico e o aumento de enfermos. Ainda que alguns especialistas acreditassem que o isolamento fosse um meio eficaz, havia, por outro lado, quem se preocupasse com os efeitos das quarentenas, pois estas poderiam prejudicar o comércio local. Segundo Sidiana Macedo, o fato de haver epidemia dificultaria a agricultura e a produção, bem como a manutenção das relações comerciais. As regiões com epidemias ficavam em quarentena, ou seja, tornava-se arriscado comercializar com esses lugares[76]. Nesse sentido, havia discursos sobre a ineficácia da quarentena.

> Tendo eu observado pouca eficácia de tais quarentenas, principalmente entre nos, e sem querer entrar em questão de suas vantagens em geral, julguei que os dignos membros da comissão haviam feito este pedido tão somente para afastar qualquer responsabilidade que daí lhes pudesse provir, avista do que, não recuei ante ela e nada providenciei a tal respeito, e sobretudo pelos vexames que traria ao comercio, que tão poucas transações tem com as provinciais do Império, pela dificuldade na sua execução em razão da grande distância em que deviam ficar os navios quarentenários, pela impossibilidade de serem ali visitados em uma estação tempestuosa por não haver para esse fim embarcações apropriadas[77].

A exposição apresenta como principal inquietação, em relação à prática da quarentena, as dificuldades do comércio local. Essa questão já era debatida há muito tempo pelos opositores da medida profilática, que argumentavam que o isolamento prejudicava a comercialização, uma vez que muitos lugares deixavam de negociar com a região, tanto em períodos epidêmicos como

---

[74] COSTA, *Op. Cit*. 2006. p.38.
[75] Exposição apresentada pelo Emxº Senr. Conselheiro do Rego de Barros, presidente da Província do Grão-Pará, ao Exmº Senr. Tenente Coronel d' Engenheiros Henrique de Beaurepaire Rohan, no dia 29 de maio de 1856, por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província. p.10.
[76] MACÊDO, *Op. Cit*. 2009.p.99.
[77] Exposição apresentada pelo Exmº. Senr. Conselheiro Rego Barros, Presidente da Província do Grão-Pará ao Exmº Senr Tenente Coronel de Engenharia Henrique de Beaurepaire Rchan, no dia 29 de maio de 1956, por ocasião de passar-lhe a Administração da mesma Província.

fora deles. No entanto, esse argumento pode ser refutado pela análise do trabalho de Mabia Sales. Ao comparar a entrada e saída de embarcações nacionais e estrangeiras entre 1850 e 1859, percebemos que não houve enfraquecimento do comércio local[78].

Assim como na província do Pará, em Portugal também houve preocupação da população com as quarentenas e os cordões sanitários, por estes atrapalharem o comércio. Na região do Porto, havia grande interesse nas teorias anticontágio, pois estas defendiam a liberdade individual e comercial.

> O Porto, uma cidade liberal, mercantil e em pleno desenvolvimento industrial e comercial, reagiu violentamente contra a autoridade da capital, que o obrigou ao cordão sanitário em todas as epidemias do século XIX. E os seus jornais, por lealdade política e dependência económica, fizeram sempre uma campanha forte e persistente contra as medidas autoritárias impostas pela capital[79].

É consenso que as enfermidades acompanhavam os navios; por isso, os relatórios e periódicos mostram a preocupação com o estado sanitário da cidade: saneamento, tratamento de ruas e esgotos, e principalmente a fiscalização dos portos. Analisemos se, de fato, havia fiscalização apropriada nos portos, embarcações e lazaretos. Uma vez que, considerando a ordem cronológica das epidemias posteriores à febre amarela de 1850, observa-se que ambas aportaram em Belém mesmo com medidas profiláticas em vigor. Exemplo disso: o retorno da varíola em 1851, que perdurou até 1852. Mais tarde, em 1855, a Comissão de Higiene Pública informou que, "*a bordo do vapor Tocantins, chegaram à cidade uma mulher e sua filha, enfermas de bexigas"*[80], o que demonstra a precariedade da fiscalização em certas ocasiões.

Caso semelhante ocorreu em maio de 1855, com o aparecimento da cólera na província. Novamente, os serviços sanitários mostraram-se insuficientes para conter a propagação da doença, chegada por via marítima na embarcação *Galera Deffensor*. Conforme demonstra a exposição abaixo:

> Em fins de Maio ultimo observaram nesta capital vários casos de uma moléstia de caráter maligno, que ainda até hoje não tem sido bem qualificada, por discordarem as opiniões dos Facultativos acerca da sua origem e espécies, entendendo uns que é endêmica, e pela irregularidade da estação, falta de bons alimentos, e por outras causas

---

[78] SALES, Mábia Aline Freitas. **Viagem das coisas e das ideias:** O movimento das embarcações e produtos estrangeiros nos meados da Belém oitocentista. Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2012.p.53-55.

[79] ALMEIDA, Maria Antónia Pires de. **As epidemias nas notícias em Portugal:** cólera, peste, tifo, gripe e varíola, 1854-1918. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.21, n.2, abr.-jun. 2014, p.687-708.

[80] COSTA, Magda Nazaré Pereira da. **Caridade e Saúde Pública em Tempos de Epidemia. Belém 1850-1890**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2006. p.24.

> se tornara mortífera, e sustentado outros que é *cholera morbus asiático* que fora importado pela Galera Deffensor, que aqui chegou com colonos no dia 14 do referido mês, procedente da Cidade do Porto, em cujas imediações constava ter aparecido.
>
> Seja, porém, o que for, o certo é, que foi depois da entrada da dita Galera, que essa terrível moléstia apareceu entre nós com caráter mortífero, e assolador, e que em seu rápido desenvolvimento invadiu e acometeu vítimas a quase todas as povoações da Província, fazendo vítimas e estragos, que por muito tempo teremos de lamentar[81].

O caso da cólera seguiu um curso semelhante ao da febre amarela. Pelas regras de profilaxia vistas anteriormente, as embarcações que chegassem com doentes suspeitos deveriam ficar em quarentena. No caso de Belém, o lazareto ainda estava sendo construído na ilha de Tatuoca. Somado a isso, a falta de estrutura sanitária e o desconhecimento da moléstia propiciaram a propagação da doença. Segundo Jane Beltrão, o provedor de saúde Camillo Guimarães reconheceu a impossibilidade de cumprir as normas de saúde, especialmente as quarentenas, devido à difícil situação dos passageiros[82].

É importante ressaltar que, além de serem territórios de troca de mercadorias, os portos também se constituíam como lócus de deslocamento de pessoas: viajantes, comerciantes, homens de negócios, e imigrantes, com suas múltiplas identidades, em constante movimento, atuando e trabalhando[83]. As fontes revelam carência de mão de obra qualificada em algumas localidades. Por exemplo, na província do Amazonas, um jornal da época anunciava a contratação de mão de obra de outras províncias para suprir as necessidades locais, conforme se observa a seguir:

> Poderia ter dado grande impulso as ditas obras, se não encontrasse o maior dos obstáculos na quase absoluta falta de pedreiros e carpinteiros, de serventes, de alguns materiais, e até de ferramentas para o serviço. Quanto aos pedreiros e carpinteiros é bem notório que os poucos que residem nesta capital são procurados com o maior empenho para as obras particulares, e não as podem vencer. Com demora de alguns meses e maior despesa será possível contrata-los no Pará, ou em outras províncias, mas ainda assim continuará muito lento o progresso das obras públicas[84].

A carência de trabalhadores especializados fazia com que muitos viessem do exterior, como, por exemplo, "os colonos portugueses que se deslocavam para o Pará em regime de

---

[81] Exposição apresentada pelo Exmº. Senr. Doutor. João Maria de Moraes 4º Vice-Presidente da Província do Grão-Pará, Por ocasião de passar a Administração da mesma Província ao 3º Vice- Presidente o Exmº Senr. Coronel Miguel Anotonio Pinto Guimaraes. Typ. De Santos & Filhos. 1855.p.3.

[82] BELTRÃO, Jane Felipe. **Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará. Belém**: Museu Paraense Emilio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004.p. 82.

[83] MATOS, *Op. Cit.* 2012. p. 97.

[84] Jornal Treze de Maio, Dia 3 de janeiro de 1854. p. 4

engajamento"[85]. Esses colonos trabalhavam em diversos empreendimentos na Amazônia, sendo a maioria engajada na Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas e em diversas obras públicas que necessitavam de mão de obra qualificada. Como se observa abaixo:

> Por conta da companhia de navegação e comercio do Amazonas, chegaram no dia 27 deste mês vindo da Cidade do Porto em Patacho Português Cruz terceiro, para a nova Província 41 colonos, sendo 32 Portugueses e 9 Espanhóis; dos quais são 10 carpinteiros, 1 serralheiro, 1 ferreiro, 5 pedreiros 1 canteiro, 1 padeiro e 22 trabalhadores[86] .

Os trabalhadores que vinham para as obras públicas aumentavam a população já existente na província. Caso não viessem doentes, contraíam doenças na província, como aconteceu com alguns colonos do Engenho Boa Vista.

> Notícia sobre a compra do engenho Boa Vista em 4 de maio de 1855, para fundar uma lavoura de cana e engajou parte dos colonos vindos pela Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas. Alguns colonos portugueses foram vítimas da febre amarela e do cholera, que interrompeu o começo dos trabalhos, acometendo quase todos, assim como outros brasileiros; outros rescindiram ou fugiram e diferentes épocas, sendo dos últimos em maio do corrente, e nenhum deles cumpriu o ônus do contrato a quem se tinham sujeitado assinando[87].

Durante o ano de 1855, uma epidemia de cólera atingiu grande parte do Império. Em Belém, a doença fez muitas vítimas naquele ano, como veremos no terceiro capítulo. Percebemos que as doenças impactaram o engenho, fazendo cessar os trabalhos, pois muitos colonos, mesmo não tendo sido atingidos, decidiram afastar-se por medo de contrair as moléstias.

No entanto, havia quem agisse de forma diferente; nem mesmo a fiscalização e a epidemia reinante impediam que continuassem na sua empreitada por trabalho, chegando mesmo a tomar medidas drásticas, como burlar a quarentena. Tal como foi o caso denunciado em outubro de 1855 pelo jornal *Treze de Maio*: "*Dito ao mesmo (chefe de polícia), envio a relação dos colonos portugueses que se evadiram do lazareto da Companhia do Amazonas, para que tome as providências necessárias à sua captura"*[88]. A necessidade de trabalho poderá ter sido o motivo de tamanha fuga.

---

[85] BELTRÃO, *Op. Cit*. 2004. p. 62.
[86] Jornal Treze de Maio, dia 31 de Outubro de 1853. p.2.
[87] Jornal Nossa Senhora do Ó, dia 30 de julho de 1856. p.2.
[88] Jornal Treze de Maio, dia 18 de outubro de 1855. p.1.

Nesse contexto de prevenção, importa ainda ressaltar a retirada dos enterros do interior das igrejas, alternativa adotada pelo Estado na época do início dos surtos da epidemia de febre amarela que afetou a província a partir de 1850. Na cidade de Belém, assistiu-se à construção do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade, criado durante o governo do Presidente Jerônimo Francisco Coelho, como medida preventiva no período da epidemia de febre amarela, quando os enterros nas igrejas foram proibidos. Os relatórios do presidente da província mostram que, desde 1840, já havia pedidos para a construção de um cemitério na província, por se considerar crucial para a saúde pública.

> A Capital, senhores, reclama a construção de um cemitério, para o qual já existe o terreno designado, e pelo Poder Legislativo aprovado, como se vê da Lei nº 52 do anno findo. Eu vos farei remeter um oficio da Câmara cobrindo a correspondência havida com o governo á semelhante respeito, e dela conhecereis que a falta de meios tem obstado à continuação de uma obra, que muita influência exerce sobre a saúde dos habitantes da Cidade [...] É necessário decidir, se convém para toda a Cidade a edificação de um cemitério, ou se se deve a construir uma para cada uma das freguesias [...][89].

Cinco anos depois, ainda se solicitava a construção de um cemitério para transferir os enterramentos das igrejas, prejudiciais à saúde pública.

> Precisa de alguns auxílios que só de vós dependem; suas vistas são de construir um cemitério com precisas acomodações, e conveniente decência, que além da vantagem publica de com ele oferecer um meio de desinfetar as igrejas dos cadáveres que nelas se entulham com notável danificação da Saúde Pública[90].

Arthur Vianna nos mostra que a epidemia de febre amarela encerrou o assunto e apressou a criação de um cemitério público na província. O estado mostrou-se incansável em acudir os flagelados, mesmo com os parcos recursos da província. Segundo o autor, os cadáveres das vítimas da febre amarela deveriam ser enterrados na nova necrópole. Houve protestos, não por parte do povo — que viu a medida atingir todas as classes sociais —, mas por parte das autoridades eclesiásticas e das corporações religiosas, que demonstravam

[89] Discurso Recitado pelo Exmº. Snr. Doutor. João Antonio de Miranda Presidente da Província do Pará, na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial. No dia 15 de agosto de 1840. Pará na Typographia. Santos & Menor, Rua d' Alfama N. 15-1840.p.30.

[90] Discurso Recitado pelo Exmº. Snr. Dr. João Maria de Moraes Vice-Presidente da Província do Pará, na Abertura da Segunda Sessão da Quarta Legislatura da Assembleia Provincial. No dia 15 de agosto de 1845. Impresso no Pará na Typographia. Santos & Filho, Rua de S. João, conto na Estrada de S. José-1845.p.45

profundo preconceito[91]. A Igreja opôs-se à medida, por temer a perda dos seus privilégios, pois controlava os enterramentos até então.

Devido ao novo cenário de horror que se propagava pela cidade e ao medo da rápida disseminação das epidemias, tornou-se necessária a construção de um novo cemitério. A febre amarela, trazendo consigo novos mitos e medos, exigia a separação total entre os mundos dos vivos e dos mortos[92]. Jerônimo Francisco Coelho, não poupou esforços para combater a epidemia. O presidente declarou:

> Entre as medidas que adotei na ocasião da intensidade da epidemia, foi uma das mais importantes a proibição absoluta dos enterramentos nas Igrejas, o que principiou a executar-se de 25 de março em diante, e foi preciso cuidar desde logo com maior diligência na prontificação de um Cemitério[93].

A retirada dos enterros das igrejas não foi tarefa fácil; assumiu uma dimensão cultural na vida da sociedade, afetando os costumes da época. Para além dos enterros nas igrejas, havia rituais e cerimónias fúnebres que faziam parte do cotidiano da sociedade belenense. Porém, em épocas de epidemia, estes acabavam por não ocorrer devido ao medo de contágio.

O enterro nas igrejas representava grande preocupação entre os médicos adeptos da teoria infeccionista[94]. Esses médicos defendiam que os enterros nos templos e na cidade, assim como outros costumes funerários, eram altamente prejudiciais à saúde dos vivos. A aproximação dos entes queridos com o morto nos ritos fúnebres propiciaria a infecção. Em 9 de dezembro de 1850, a resolução nº 180 transferiu a administração do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade para a Santa Casa da Misericórdia. O presidente Jerônimo Coelho estabeleceu então um regulamento para o cemitério, que previa: "*O terreno do Cemitério será dividido em quartéis, cada um deles destinado a monumentos particulares, a catatumbas e a sepulturas de pessoas livres e escravos*"[95].

O Cemitério de Nossa Senhora da Soledade foi criado no período de surto da febre amarela. A sua criação marcou a secularização dos enterros, retirando das igrejas o papel de

---

[91] VIANNA, *Op. Cit.* 1992. p. 184.
[92]RIBEIRO, Kátia Maria Coimbra. **Primeiros Momentos do Cemitério da Soledade (1848-1858)**. Monografia. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.p.13.
[93] Relatório. *Op. Cit. 1850*. p. 13.
[94] Para estes, os miasmas seriam os responsáveis pelas infecções que alteravam as condições do ar, propagando assim as moléstias.
[95] SILVA, Érika Amorim. **O Cotidiano da Morte e a Secularização do Cemitérios em Belém na Segunda Metade do Século XIX *(1850-1891)*.** Dissertação apresentada a Pontifica Universidade Católica de São Paulo. 2005.p. 74.

guardar os mortos. O terreno foi destinado a particulares, pessoas livres, pessoas pobres e pessoas escravizadas, refletindo assim a divisão social que persistia mesmo após a morte.

Ao contrário da Bahia, onde os protestos culminaram na Cemiterada[96], em Belém a reação da sociedade e da Igreja Católica limitou-se à indignação. A principal aversão da população referia-se à proibição dos enterros nas igrejas, transferidos para espaços a céu aberto, o que afetava um antigo costume. Acreditava-se que o enterro nas igrejas os aproximava da salvação[97]. Como observou Erika Silva, a Igreja considerava a mudança prejudicial, pois estava encarregada dos ritos funerários; com a transferência, perderia os proventos associados. Houve um pequeno conflito entre a Igreja Católica e o Estado até que o Presidente da Província transferiu a administração do cemitério para a Santa Casa da Misericórdia.

A historiografia mostra que os portos tiveram extrema importância na compreensão da proliferação de várias epidemias, sendo este um dos fatores que impulsionou o início das políticas de saúde pública. Apesar da escassez das medidas de prevenção por parte do poder público para evitar a propagação de moléstias, estas foram importantes no combate ao desenvolvimento de enfermidades em determinados contextos. Importa recordar que se tratavam de doenças até então desconhecidas, e o poder público, na maioria das vezes, fez o que estava ao seu alcance para combater as epidemias. A seguir, analisaremos as doenças para além do tráfico negreiro, examinando as condições de vida e saúde dos escravizados a partir dos anúncios de fuga, na tentativa de compreender a vida desses escravos no contexto doentio a que estavam submetidos.

1.3 Doenças dos escravizados ou doenças africanas?

> Somos testemunhas oculares do quanto a espécie humana sofre na inumerável multidão dos negros, principalmente aqueles que, sendo de seu país natal transportados como escravos, no Brasil, se empregam nos trabalhos da agricultura. A mudança de clima, a diferença de tratamento, um trabalho contínuo e desmedido, e até a fome são outras causas de singulares e gravíssimas enfermidades[98].

[96] Em 25 de novembro de 1836, ocorreu a Cemiterada, foi um movimento que ocorreu devido a uma lei que proibia o tradicional enterro nas Igrejas, dando a uma companhia privada o monopólio dos enterros em Salvador, foi organizada pelas irmandades e ordens terceiras de Salvador, organizações católicas leigos que cuidavam dos funerais.

[97] REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e a revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 13.

[98] JARDIM, David Gomes. **Algumas Considerações sobre a hygiene dos escravos**. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1847. p.1.

Por muito tempo, a historiografia postulou que a maioria das doenças introduzidas no continente americano originava-se no território africano, sendo os principais responsáveis os escravizados transportados compulsoriamente de sua terra natal para outros continentes, a fim de trabalharem em diversas tarefas como cativos. Médicos e estudiosos do século XIX atribuíram a eles a responsabilidade pela introdução no Brasil da maioria das enfermidades, inclusive as epidêmicas, como o sanitarista Otavio de Freitas em sua obra "*As Doenças Africanas no Brasil".* O autor chegou a afirmar que, sem os africanos, as epidemias no território brasileiro seriam mais escassas e amenas"[99]. Segundo Diana Carvalho, o trabalho de Freitas, é permeado de preconceito e desprovido de argumentos pertinentes, deixou de ser utilizado para análise da saúde dos africanos no Brasil[100].

A chegada dos europeus durante a colonização é crucial para a análise das enfermidades que atingiram o Novo Mundo. Tanto indígenas quanto africanos, a partir do século XVI, tornaram-se vítimas do imperialismo ecológico. Embarcações que chegavam aos portos do Império brasileiro disseminaram epidemias que dizimaram grande parte da população, introduzindo vírus, bactérias e parasitas que aniquilaram grandes contingentes populacionais[101].

O Porto de Belém era um dos mais importantes do período, com intenso fluxo de navios durante todo o ano, tanto interprovincial como internacional, sendo este último mais acentuado. Mábia Salles aponta que embarcações de diversas nacionalidades aportavam frequentemente no cais belenense, trazendo vestimentas, medicamentos, alimentos, ferragens e outras mercadorias que compunham o cotidiano de parte da população[102]. Essa circulação de navios, pessoas e produtos era o ambiente propício para a proliferação de doenças.

Para Arthur Vianna, as moléstias foram importadas para o Brasil via marítima. Porém, no caso da Província do Pará, como vimos anteriormente, sua intensificação se deu por alguns

---

[99] RODRIGUES. Jaime. **De Costa a Costa: escravos e tripulantes no tráfico negreiro** (Angola-Rio de Janeiro, 1780-1860). Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. SP. 2000.p. 301.

[100] CARVALHO, D.M. **Doenças dos Escravizados, Doenças Africanas?** XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006. p.1.

[101] Sobre isso ver: BELTRÃO, Jane Felipe. **Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará**. Belém*:* Museu Paraense Emilio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004. CHAMBOULEYRON, Rafael. **"Formidável Contágio":** epidemias, trabalho e recrutamento na Amazônia Colonial (1660-1750). História, Ciência e Saúde- Manguinhos, Rio de Janeiro v.18, n.4, out-dez. 2011, p. 987-1004. CROBY, Alfred. W. **Imperialismo Ecológico**: a expansão biológica da Europa, 900-1900/ tradução José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari- São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

[102] SALES, Mábia Aline Freitas. **Viagem das coisas e das ideias:** O movimento das embarcações e produtos estrangeiros nos meados da Belém oitocentista. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2012.p.73.

motivos, entre os quais a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Essa companhia proporcionou intenso comércio de produtos e escravos durante muitos anos, ocasionando não só o intercâmbio de pessoas, mas também a disseminação de diversas epidemias que afetaram a sociedade no período estudado. Segundo Bezerra Neto, entre 1755 e 1778 — período de vigência do monopólio comercial da Companhia Geral de Comércio —, foram introduzidos na Amazônia Portuguesa mais de 25.365 africanos escravizados[103].

A entrada de africanos proporcionada pela Companhia Geral do Comércio permite pensar na vida e na morte desses cativos, que, na viagem da África para o Brasil, enfrentavam alimentação e higiene precárias, superlotação nos navios, fatores que geraram um ambiente propício à proliferação de diversas doenças. O período compreendido entre o início da década de 1850 e 1859 foi marcado por surtos epidêmicos de febre amarela, varíola e cólera, que atingiram toda a sociedade, ceifando um grande número de vidas.

Os trabalhos sobre a introdução dessas enfermidades e sua conexão com os escravizados passaram a ser analisados sob novas perspectivas, indo além do foco exclusivo no tráfico negreiro. Estudiosos investigam outras relações passíveis de exploração pela historiografia. Anteriormente, a maioria dessas doenças era diretamente associada aos africanos escravizados; esse fato levou muitas teorias a atribuir sua origem ao continente africano. A historiografia recente, a partir da análise de teorias médico-sanitárias, tem demonstrado que algumas doenças que chegaram ao Brasil não eram originárias da África, mas sim se propagaram a partir das novas condições impostas aos africanos escravizados. Diana Carvalho afirma:

> Como as populações africanas escravizadas vinham de lugares sem as benesses da civilização e eram transportadas em condições precárias de higiene, eram certamente portadoras de maior número de doenças; após a chegada, as precárias condições de vida a que eram submetidas garantiam a manutenção de maior risco de adoecer[104].

Keith Barbosa, citando Mirko Grmek, explica que a história das doenças deve ser pensada através do modelo da patocenose; ou seja, a incidência de doenças numa determinada população não se explica por um único fator, mas por um conjunto de variáveis, em que fatores biológicos e sociais são igualmente importantes[105]. Nesse contexto, começaram a ser

---

[103] BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão Negra no Grão-Pará** (século XVII-XIX). –Belém: Paka Tatu, 2001. p.31.
[104] CARVALHO, D.M. *Op. Cit*. 2006, p. 3.
[105] BARBOSA, Keith de Oliveira. **Doenças, mortalidade e senzalas: caminhos e percursos**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.p.3

considerados elementos importantes para o tratamento das condições de saúde da pessoa escravizada. As condições de captura, transporte até o desembarque e, principalmente, a alocação para o trabalho compulsório, foram aspectos revistos por alguns estudiosos do período, na tentativa de compreender por que os escravizados eram considerados os principais propagadores de doenças naquele cenário. Keith Barbosa e Flávio Gomes enfatizam que:

> A ideia do tráfico atlântico como propagador de doenças e epidemias incidindo sobre os padrões de mortalidade deve ser matizada, considerando outras variáveis das sociabilidades e das ideologias migratórias, assim como seus desdobramentos. É de suma importância dar destaque aos aspectos ambientais, às condições sanitárias, aos regimes de trabalho, às dietas alimentares, aos vestuários, entre outros, para explicar as dinâmicas da morbidade e mortalidade em uma determinada área[106].

Alguns estudiosos começaram a abordar a propagação de determinadas doenças, indo além do tráfico negreiro e considerando aspectos como as precárias condições sanitárias a que os escravizados estavam expostos nos navios e após o desembarque. A fiscalização portuária, como já ressaltado, era pouco rigorosa, e os regimes de trabalho no campo, aliados à falta de alimentação adequada e nutritiva, contribuíam para o agravamento da situação. Embora pareçam ínfimos, esses fatores podiam fazer a diferença na condição de vida dos escravizados. Kátia Matoso[107], por exemplo, demonstra que muitos comerciantes, na maioria das vezes, para adquirirem boas vantagens, permitiam a saída de seus navios para o tráfico sem qualquer vistoria, prática que, segundo ela, estendeu-se pelos séculos XVIII e XIX. O transporte era precário, a comida escassa, e grande quantidade de escravizados eram amontoados nos porões dos navios, muitas vezes ultrapassando a capacidade da embarcação. Em Belém, o historiador Arthur Vianna ressalta que:

> Ninguém se preocupava com o estado sanitário das embarcações: mal chegavam os navios a Belém, despejavam a sua carga nos armazéns da companhia, onde já esperavam avidamente seus compradores[108].

De acordo com o autor, o estado em que as embarcações chegavam aos portos de Belém pouco importava. Porém, além das cargas e escravos, elas traziam consigo agentes causadores de doenças, micro-organismos que atravessaram os oceanos em seus interiores, ceifando vidas,

---

[106] BARBOSA, Keith de Oliveira. GOMES, Flávio. Doenças, morte e escravidão africana: perspectivas historiográficas. In. GOMES, Flávio. PIMENTA, Tânia S. (org). **Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil.** Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016. p. 284.
[107] MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. 2º Ed. São Paulo. Brasiliense. 1998.
[108] VIANNA, Arthur. **As Epidemias no Pará.** 2º Ed. Belém: UFPA, 1975. p.37.

principalmente em períodos epidêmicos. Segundo Jaime Rodrigues, alguns viajantes que estiveram no Brasil no século XIX estão repletos de referências sobre as condições ambientais e a proliferação de doenças, associadas à insalubridade de algumas cidades. O autor afirma que:

> No Rio de Janeiro, visitado mais frequentemente pelos viajantes estrangeiros, eram comuns as menções ao desfile de escravos recém- desembarcados nus e doentes no espaço do Valongo. Também não é incomum vê-los perambulando pelo Rio de Janeiro em condições semelhantes, mesmo já sendo propriedades de outros senhores[109].

Especialistas concordam que as condições em que muitos escravizados chegavam ao território brasileiro eram precárias. Segundo Jorge Souza[110], os africanos recém-chegados viviam em condições de miséria, necessitando de vestuário, boa alimentação e tratamento médico adequado às enfermidades decorrentes das viagens marítimas. Esses fatores, justamente, instigaram debates entre especialistas sobre o papel do escravizado como potencial propagador de determinadas enfermidades. Qualquer pessoa sujeita a tais condições estaria propícia a contrair doenças.

Considera-se que, mesmo com as proibições impostas ao tráfico internacional de escravizados, em vigor desde 1831, tal impedimento não representou a interrupção da importação de cativos ou de escravizados nascidos em outras regiões do Brasil. Esses indivíduos eram trazidos de outros portos brasileiros para Belém[111]. Esse fato sugere que alguns senhores de escravos buscaram alternativas para cuidar da saúde de seus cativos, antevendo a possível escassez de mão de obra e o consequente encarecimento. Além disso, nos períodos analisados neste trabalho, de acordo com Bezerra Neto[112], a ocorrência de epidemias levou à diminuição do quantitativo de escravos e à redução do contingente populacional. No entanto, não se deve generalizar sobre o melhoramento das condições desses escravos, pois alguns anúncios de periódicos demonstram o contrário, revelando precárias condições físicas e de saúde desses indivíduos.

Em relação à historiografia da escravidão, os estudos sobre as condições de saúde dos africanos escravizados avançaram significativamente no campo da história da saúde e da

---

[109] RODRIGUES, Jaime. **Reflexões Sobre Tráfico de Africanos, Doenças e Relações Raciais. História e Perspectivas,** Uberlândia (47): 15-34, jul./dez. 2012.p.16.
[110] SOUSA, Jorge Prata de. **Tráfico e escravidão: cuidar da saúde e da doença dos africanos escravizados.** Almanack, Guarulhos, n. 22, p. 153-206, ago. 2019.p. 193.
[111] BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão Negra no Grão-Pará (século XVII-XIX).** –Belém: Paka Tatu, 2001. p.71.
[112] BEZERRA NETO, *Op. Cit*. 2006, p. 113.

doença. Utilizando periódicos como fonte, alguns pesquisadores passaram a analisar a escravidão através dos anúncios de fuga, apresentando o próprio escravizado como protagonista de sua história. Gilberto Freyre foi um dos precursores nesse campo, abrindo caminho para outros pesquisadores com a publicação, em 1963, de "*O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*". A partir da década de 1980, o desdobramento da historiografia, com o uso de novas fontes e abordagens, permitiu uma nova apreciação e reconhecimento da obra de Freyre [113].

Seguindo esta linha, Márcia Amantino analisou as condições físicas e de saúde dos escravos no jornal do *Comércio do Rio de Janeiro* em 1850, buscando conhecer o cotidiano da escravidão. A autora ressalta a importância dessa pesquisa para compreender o universo das relações entre senhores e escravos. A análise das características físicas dos escravizado fugitivos permite-nos entender a lógica da fuga e o perfil desses indivíduos, considerando suas condições de saúde. Os anúncios, afinal, procuravam detalhar os aspectos físicos dos cativos para facilitar a sua identificação[114].

Quanto às condições físicas da população escravizada, podemos inferir o estado de saúde de alguns escravizados a partir dos anúncios de fuga publicados nos periódicos da época, analisando as cicatrizes, marcas de doenças e indícios de sofrimento psicológico, para construir um perfil desses indivíduos. Em 1855, o periódico *Treze de Maio* publicava:

> Fugio a madrugada do dia 20 do corrente mês uma escrava cafuza, de nome Joaquina, com 26 anos de idade, boca grande, nariz chato, dentes podres, cara redonda, cabelo curto e algum encarapinhado, altura regular, pele grossa, com sinais de bexiga no rosto, está grávida, apresenta nas costas indícios de ter sido castigada, e sobre os calcanhares tem grossos calos, é engomadeira, e levou vestido e camisa de algodão e saia de riscado. Quem a conduzir a seu senhor o Tenente Coronel Procopio Antônio Rolla, ou ao Senr. Capitaõ Francisco Rodrigues Corrêa, será gratificado[115].

Ao analisarmos a fuga de Joaquina, percebemos vários aspectos de seu cotidiano. Primeiramente, apresenta sinais de bexiga, provavelmente sendo sobrevivente da epidemia de varíola, pois era muito difícil uma pessoa doente fugir estando no estágio ativo da doença. A escravizada estava grávida; para empreender tamanha fuga, é possível que não recebesse o melhor tratamento de seu senhor, o que podemos comprovar analisando as condições físicas de

[113] JESUS, A. M. C. **O corpo escravo**: suas condições físicas e de saúde nos anúncios de fuga do jornal A Matutina Meiapontense *(1830-1833).* Congresso Internacional de História. Jataí-GO. UFG.p.1.
[114] AMANTINO, Márcia. **As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no Jornal do Commercio** (RJ) em 1850. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1377-1399, out.-dez. 2007. p.1380.
[115] Jornal Treze de Maio, 20 de janeiro de 1855.

Joaquina. Outra característica a ser ressaltada é o seu ofício de engomadeira. Alguns estudiosos afirmam que ter um escravo com ofício poderia implicar um melhor tratamento, porém, percebemos que isso não se aplica a Joaquina, tendo em vista que ela fugiu, grávida.

Os castigos físicos são bastante frequentes nos anúncios de fuga, o que demonstra o cotidiano de violência a que alguns escravizados estavam submetidos. A preocupação de alguns senhores com a saúde dos seus cativos não era generalizada. Os anúncios de escravizados em fuga revelam essa situação, pois a violência do sistema era evidente. Segundo Márcia Amantino, em seu estudo sobre escravos em fuga, as principais causas das evasões, isoladas ou em grupo — pelo menos para os indivíduos por ela analisados — eram maus-tratos e castigos excessivos. Nem todos os escravizados fugiam devido a crueldade de seus senhores; as razões para a fuga eram múltiplas[116]. Podemos constatar que em Belém a situação não foi diferente:

> Fugio ao cirurgião – Mór Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque o seu escravo mulato de nome Florentino de idade de 20 a 22 anos com os sinais seguintes: mulato um pouco escuro, cabelos crespos e ruivos nas pontas, os dentes da frente podres, ambas as orelhas foram furadas antes de sua fuga, o que deve apresentar vestígios, caso se tenham tapado, tem marcas de surra na bunda, tem uma cicatriz de golpe ao longo do pescoço, e quebrado de uma das virilhas. Este mulato já andou fugido ha tempo[117].

Dos anúncios analisados, o escravo Florentino é o que mais simboliza a violência do sistema escravista. Claro que não foi o único; com apenas 22 anos, provavelmente já havia sofrido tantas barbaridades que é fácil imaginar por que estava *"fugido há tempo"*. De acordo com Elaine Dias, o impacto dos castigos na saúde dos açoitados era grande. As chibatadas abriam feridas no corpo dos escravizados, permitindo a penetração de parasitas tropicais, vermes, esporos e bacilos, entre outros[118].

De acordo com Márcia Amantino, é importante salientar que os problemas de saúde dos escravizados poderiam ser consequência da não adaptação ao sistema escravista a que foram submetidos. Um exemplo, segundo pesquisas médicas, seria a gagueira, que pode ser provocada por pressões, medos e traumas na infância — condições que não faltavam aos escravos durante toda a sua existência[119]. No caso de Belém, temos como exemplo, o escravo Luís:

---

[116] AMANTINO, *Op. Cit. 2007*. p. 1380.
[117] Jornal O Velho Brado do Amazonas. 23 de maio de 1852 nº125 p. 06.
[118] DIAS, Elaine Cristina Jorge. **As condições físicas e de saúde dos escravizados nos anúncios de jornais da Paraíba oitocentista (1850-1888)**. Temporalidades – Revista Discente – UFMG. 2012. p. 104.
[119] AMANTINO, Márcia. **As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no Jornal do Commercio** (RJ) em 1850. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1377-1399, out.-dez. 2007.p.1388.

> Em 07 de março corrente, fugio um preto por nome Luiz, oficial de pedreiro, idade 36 anos, estatura ordinária, corpulento e bem formado, retinto, gagueja um pouco quando quer falar apressado; supõem-se estar acoutado por algum de seus parentes no Engenho de Murtucú, ou no Rio Caraparú pelos escravos do Ilm.Senr. Dr. Angelo; quem o apreender e entregar a seu Senr. Henrique Antonio Strauss, será gratificado na forma das posturas e protesta-se contra quem o acoutar[120].

Apesar de ser oficial de pedreiro, o escravizado Luiz empreendeu tamanha fuga, desconstruindo a ideia de que cativos com ofícios, por valerem mais, eram melhores tratados pelos senhores. Mas se eram, por que fugir? A resposta pode estar no próprio anúncio, em que o senhor informa que "*supõe-se estar acoutado por algum parente"*. Bezerra Neto ressalta que a separação familiar pela venda ocasionou traumas em muitas famílias; por isso, os escravizados em fuga faziam qualquer coisa para restabelecer seus laços familiares[121]. Segundo Márcia Amantino, a fuga significava para o fugitivo recuperar o controle de sua vida, reatar possíveis laços parentais, acabar com os castigos e dispor de sua força de trabalho como melhor lhe conviesse[122]. Isso poderia ter sido o caso de Luiz: na fuga, havia a possibilidade de restabelecer seus laços de parentesco e, além disso, exercer seu ofício como quisesse.

O cenário das fugas proporciona-nos um leque de apontamentos sobre as condições de vida e saúde dos escravizados, buscando ir além do que os anúncios podem informar. Não se tratava apenas de fugir; eles buscavam, além da liberdade, inserir-se no cenário urbano da província. Para alguns, as fugas possibilitaram recuperar laços familiares rompidos pela escravidão, bem como gerir a sua vida através dos seus ofícios. Os anúncios de fuga também nos permitem perceber as condições de saúde desses cativos, que muitas vezes arriscavam tamanho perigo num cenário epidêmico. Se já era perigoso fugir, era ainda mais perigoso fazê-lo com uma doença assolando a sociedade. Veremos a seguir como tais epidemias afetaram a vida da sociedade, mais especificamente a vida dos escravos em Belém no século XIX.

---

[120] Jornal O Velho Brado do Amazonas. Sexta-feira, 02 de abril de 1852 nº120 pág. 04.
[121] Bezerra Neto, José Maia. **Histórias urbanas de liberdade: escravos em fuga na cidade de Belém,**1860-1888**.** Afro-Ásia, núm. 28, 2002, pp. 221-250. Universidade Federal da Bahia. Bahía, Brasil. p.230.
[122] AMANTINO, Marcia. **Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal "O Universal**"- 1825 a 1832. Locus revista de história, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 59-74, 2006.

CAPÍTULO II

FEBRE AMARELA E VARÍOLA NA CIDADE DE BELÉM

As epidemias são de grande importância, considerada a sua dimensão e consequências[123]. Vários autores procuraram esmiuçar a importância das enfermidades durante a expansão dos povos europeus ao Novo Mundo[124]. No Estado do Maranhão e Pará, desde o período colonial, já eram conhecidos os impactos das doenças, em especial as epidêmicas, no desenvolvimento econômico da sociedade.

Durante o século XVII, duas grandes epidemias de bexigas irromperam na Capitania do Grão-Pará, uma na década de 1660 e outra em 1690, desencadeando uma grave crise no sistema produtivo, fortemente dependente do trabalho indígena (livre ou escravo). Os nativos foram os mais afetados por este flagelo[125]. Entre os fatores que podem ter contribuído, destacam-se o desconhecimento da "nova" doença e os hábitos praticados nas aldeias. Segundo Rafael Chambouleyron, durante períodos epidêmicos, os indígenas, ao fugirem para outras aldeias após a contaminação, involuntariamente propagavam a doença. Seguindo essa linha de pesquisa, Cláudia Souza, analisou, em seu estudo, os efeitos epidêmicos da varíola no Maranhão e Grão-Pará (1690-1750), mostrando como as epidemias alteraram o cenário econômico e social da Amazónia[126].

Pouco tempo depois, a varíola retorna ao cenário da província do Grão-Pará, como mostra Roberta Martins[127]. A autora ressalta em sua pesquisa a incidência e os desdobramentos de outras duas importantes epidemias de varíola na província: uma no período de 1776 a 1778,

---

[123] Sobre isto ver: FOUCAULT, Michel **O Nascimento da Clínica.** Rio de Janeiro Ed. Forense Universitária, 1977. UJVARI, Stefan Cunha. **A história da humanidade contada pelo vírus, bactérias, parasitas e outros microrganismos**. 2º Ed. 3ª reimpressão- São Paulo: Contexto, 2014. UJVARI, Stefan Cunha. **A história e suas epidemias- A convivência do homem com os micro-organismos**. 2º Ed.- Rio de Janeiro: Editora Senac Rio: Editora Senac São Paulo, 2003.

[124]Sobre isto ver; CROBY, Alfred. W. **Imperialismo Ecológico***:* a expansão biológica da Europa, 900-1900/ tradução José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari- São Paulo: Companhia das Letras, 1993. UJVARI, Stefan Cunha. **A história e suas epidemias**- A convivência do homem com os micro-organismos. 2º Ed.- Rio de Janeiro: Editora Senac Rio: Editora Senac São Paulo, 2003. UJVARI, Stefan Cunha. **A história da humanidade contada pelo vírus, bactérias, parasitas e outros microrganismos.** 2º Ed. 3ª reimpressão- São Paulo: Contexto, 2014.

[125] CHAMBOULEYRON, Rafael. BARBOSA, Benedito Costa. BOMBARDI Fernanda Aires. SOUSA Claudia Rocha de. **"Formidável Contágio": epidemias, trabalho e recrutamento na Amazônia Colonia***l* (1660-1750). História, Ciência e Saúde- Manguinhos, Rio de Janeiro v.18, n.4, out-dez. 2011,p. 987-1004.

[126] SOUSA, Claudia Rocha de. **A "Enfermidade era dilatada e os enfermos infinitos":** os efeitos epidêmicos no estado do Maranhão e Grão-Pará (1690- 1750)/ Claudia Rocha de Sousa. - 2017.

[127] MARTINS, Roberta Sauaia. **Do sarampão as perniciozissimas bexigas:** epidemias no Grão-Pará setecentista (1748-1800). Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFPA, Belém. 2017.

conhecida, segundo ela, como “geral epidemia de bexigas”, pois, além de se alastrar por boa parte da capitania, teria atingido colonos, indígenas e africanos. Retornando à província no período de 1793 a 1800, a pesquisa de Roberta Martins aborda a origem da enfermidade e as estratégias utilizadas pelas autoridades na tentativa de contê-la, tendo em vista que não se tratava de algo novo na sociedade.

Pensando na morte dos cativos à luz dos períodos epidêmicos que assolaram Belém, o conceito de epidemia auxilia-me a compreender a doença e a morte dos escravizados. Podemos considerar a doença como algo que acomete o corpo individualmente, e a epidemia como algo que ceifa vidas coletivamente. Nesse sentido, este trabalho analisa a mortalidade cativa durante os períodos epidêmicos, demonstrando como as epidemias desestruturaram a sociedade paraense.

Segundo Michel Foucault, o caráter simbólico das epidemias reside na sua manifestação coletiva e singular: coletiva enquanto fenômeno que atinge grupos de indivíduos, provocando alterações no modo de vida, e singular enquanto ocorrência única na unidade de tempo e espaço em que ocorre[128]. De acordo com Stefan Cunha Ujvari[129], as pessoas e os grupos sociais aceitam, ainda que resignadamente, a ocorrência de doenças transmissíveis, as causadas por germes. Mas quando a doença se espalha aparentemente sem controle, quando não se trata apenas de corpos individuais, mas do corpo social, a sociedade confronta-se com uma situação nova e apavorante, capaz de levar o caos a cidades, regiões e países. É por este facto que as epidemias ficaram registradas na história.

Partindo do conceito de epidemia como uma manifestação coletiva que periodicamente desestrutura o cotidiano da sociedade, afetando a vida de muitos indivíduos, este capítulo analisa as epidemias para compreender os padrões de mortalidade entre escravizados. A análise abrange o surgimento das doenças e seus impactos na população livre e escrava. Sob a ótica econômica da época, o cativo era considerado uma mercadoria geradora de lucro, justificando investimentos em sua compra. No entanto, é crucial investigar os cuidados dispensados à saúde dessa população. O valor de mercado de um escravo estava diretamente ligado à sua saúde, escravos saudáveis eram mais valiosos[130].

---

[128] FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Clínica Rio de Janeiro**. Ed. Forense Universitaria, 1977.
[129] UJVARI, Stefan Cunha. **A história e suas epidemias**- A convivência do homem com os microorganismos. 2º Ed.- Rio de Janeiro: Editora Senac Rio: Editora Senac São Paulo, 2003. p. 10.
[130] NASCIMENTO, Dilene Raimundo do, CARVALHO, Diana Maul de e MARQUES, Rita de Cássia (orgs.). **Uma história brasileira das doenças.** 2. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

Não podemos esquecer que, qualquer que seja a enfermidade que acometeu a população, o número de vítimas pode ter sido muito maior do que o revelado pelos registros de sepultamento, principalmente no que diz respeito aos enterros de escravizados. Em alguns jornais analisados, encontramos notas sobre enterramentos em outros cemitérios, como, por exemplo, dois enterros no "Cemitério da Povoação"[131], publicados pelo jornal *Colono Nossa Senhora do Ó*, e os sepultamentos registrados pelo periódico *Treze de Maio*: dois no "Cemitério dos Protestantes" e nove nos "Lazaretos do Tucunduba"[132].

2.1. A Febre Amarela

> A mortífera epidemia que, no ano passado cobriu de consternação e de luto esta capital, e alguns outros pontos do litoral e da Província, acometeu no mês de março último os distritos de Igarapé-mirim, e de Melgaço; mas apresentando-se nestes com sintomas menos graves, causou poucos estragos. Em Turyassú também o mal se manifestou no mes passado talvez importado do Maranhão, até a data das ultimas noticias ainda não havia extinguido, mas não estou informado com exatidão dos estragos que tem feito[133].

O flagelo a que o relatório se refere é a febre amarela, que grassou epidemicamente pela província do Pará e seu interior em 1850. A febre amarela é uma doença contagiosa transmitida pela picada do mosquito *Aedes aegypti*. Sua origem é controversa. Segundo Odair Franco, teria surgido na África e se propagado pelo mundo, incluindo o Brasil. No entanto, seu estudo indica que a doença só se configurou nos quadros nosológicos[134] brasileiros após a descoberta da América. O primeiro surto no Brasil ocorreu em Pernambuco, em 1685, chegando a Recife por meio de um navio vindo da África[135]. Esse fator pode explicar a menor incidência da doença entre escravos durante os surtos epidêmicos, pois já possuíam anticorpos. Os estrangeiros, por sua vez, desprovidos de imunidade, mostraram-se mais suscetíveis à doença, como veremos a seguir.

Assim como a maioria das doenças, a epidemia chegou a Belém em 1850, impulsionada pela crescente movimentação portuária. Sem encontrar obstáculos junto às autoridades sanitárias, a barca dinamarquesa Pollux, procedente de Pernambuco, fundeou em Belém. Logo após a Pollux, chegou a Belém a Charrua Nacional Pernambucana, também procedente de Pernambuco e enviada pelo governo para transportar madeiras para construção naval no Pará.

---

131 Jornal Colono Nossa Senhora do Ó, Dia 15 de agosto de 1856. p.4.
132 Jornal Treze de Maio, 12 de novembro de 1854, p.4.
133 Relatório, *Op. Cit.* 1851. p.16
134 Parte da medicina que trata da classificação das diferentes patologias.
135 FRANCO, Odair. **História da Febre Amarela no Brasil.** Rio de Janeiro, 1968. p.9

Ainda se tinha notícias sobre a doenças em Pernambuco durante esses episódios. A notícia só chegou com um vapor vindo do Sul, através de seus jornais, mas, como ressalta o Presidente Jerônimo Francisco Coelho em seu relatório, já era tarde.

> A terrível epidemia que geralmente se presume ser a febre amarela e que primeiramente se desenvolveu entre os infelizes habitantes da Província da Bahia, e que depois por contágio chegou a outras províncias do Império, também aqui apareceu e fez, e continua fazendo mortíferos estragos. Foi-nos este fatal presente importado pela Barca Dinamarquesa Pollux, vinda do porto de Pernambuco, e aqui chegada no dia 21 de janeiro do corrente ano[...] Quando a dita barca chegou ainda nãos sabíamos, que o contagio já lavrava em Pernambuco .[...] Só alguns dias depois com a chegada do Vapor, e pelas folhas periódicas, soubemos do estado de Pernambuco, logo no ultimo de janeiro e 1 de fevereiro se revelaram os dois primeiros casos funestos de vômitos negros, e que sucumbiram no Hospital da Misericórdia dois marinheiros da Barca Pollux, adoecendo ao mesmo tempo grande parte da tripulação da Charrua Pernambucana[136].

Entre 1850 e 1859, foram sepultados no Cemitério de Nossa Senhora da Soledade aproximadamente 8.200 pessoas. Destes, 6.057 foram registrados como livres, representando 72% da população sepultada, enquanto os restantes 2.254 eram escravos (28% dos registrados). Em 1848, o presidente da província, Jerônimo Francisco Coelho, citado por Vicente Salles[137], mencionou um total de 5.085 cativos entre os 16.092 habitantes. As fontes analisadas revelam uma diferença significativa na mortalidade entre os dois grupos. Foram registrados 3.583 sepultamentos de homens livres e 1.141 de escravos. No caso das mulheres, foram 2.361 sepultamentos de mulheres livres e 1.110 de escravas.

Mapa dos Enterramentos por condição social, gênero, epidemia. (1850-1859)

Foram sepultados aproximadamente 8.200 no Cemitério de Nossa Senhora da Soledade 1850-1859, distribuídos por sexo e condição social, como pode ser observado abaixo.		
Livres	Escravos	Libertos
Homens: 3.583 **Mulheres:**2.361	**Homens:** 1.141 **Mulheres:** 1.110	**Mulheres:** 2

Mapa dos Enterramentos de Livres

Febre Amarela	**Varíola**	**Cólera**
Homens: 393	**Homens:63**	**Homens: 288**

[136] Relatório feito pelo Exmº Snr. Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, Presidente desta Província e entregue ao 1º Vice Presidente em Exercício o Exmº Snr. Cr. Angelo Custodio Corrêa. No dia 1 de agosto de 1850. Impresso na Typographia de Santos & e Filho, Rua de S. João Canto da Estrada de S. José-1850. Pará. p. 8.
[137] SALLES, Vicente. **O Negro no Pará. Sob o Regime da Escravidão.** Belém. Secult, 1988. p.72.

Mulheres: 68	**Mulheres:45**	**Mulheres: 150**

Mapa dos Enterramentos de Escravizados

Febre Amarela	**Varíola**	**Cólera**
Homens: 15	**Homens: 2**	**Homens: 118**
Mulheres: 13	**Mulheres: 2**	**Mulheres: 89**

Em relação aos dados referentes aos surtos epidêmicos, temos: 489 óbitos por febre amarela, sendo 393 homens e 68 mulheres livres, e 15 homens e 13 mulheres escravizados. Observa-se que o número de homens livres afetados é muito superior ao de mulheres. A maioria desses homens livres era estrangeira, tendo vindo para a capital ou estando de passagem pela província, conforme detalharemos a seguir. Quanto à varíola, o número de casos foi relativamente baixo, principalmente entre escravizados: 63 homens livres e 45 mulheres livres foram afetados, enquanto apenas dois casos foram registrados entre escravizados de ambos os sexos. Convém lembrar que os livros referentes a esses anos estão incompletos.

Em Belém, a "epidemia", como descrita nos registros de sepultamento, não atingiu significativamente os plantéis dos senhores de escravos. Poucos proprietários de escravizados sofreram prejuízos com essa moléstia, que afetou principalmente imigrantes livres recém-chegados. Na população escrava, em 1850, foram registados apenas 28 casos de febre amarela. Exemplos disso são Eufémia, 28 anos, escrava do senhor Antônio Lacerda Chermont; Peregrino, escravo do Comendador Antônio José de Miranda; e Fernando, 1 ano, filho de Lourença, escravos de Maria Victorina de Góes[138]. Nos anos subsequentes, o número de escravos que sucumbiram à doença não ultrapassou um. Os estrangeiros eram, sem dúvida, os mais afetados, um fator que poderia ter contribuído para isso sendo a aclimatação, com os imigrantes mais predispostos a doenças que variavam de acordo com o clima. Neste sentido, a febre amarela vitimou mais os estrangeiros não aclimatados[139].

Assim sendo, a febre amarela não é transmitida diretamente de pessoa para pessoa. Para que ocorra a transmissão, é necessário que um mosquito pique uma pessoa infectada e, posteriormente, pique um indivíduo não imunizado. Segundo Arthur Vianna, inicialmente, os médicos desconheciam que o mosquito era o agente transmissor da doença, o que só foi

[138] Livro de Registro de Sepultamento do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade, ano de 1850.
[139] COSTA, *Op. Cit*. 2006p.12.

descoberto após a epidemia ter afetado grande parte da população[140]. A partir de então, o presidente da província, Fausto Aguiar, preocupou-se em executar medidas profiláticas para combatê-la, promovendo socorros particulares, distribuição de remédios aos doentes e implementando políticas sanitárias; enfim, fez tudo ao seu alcance para evitar a propagação da epidemia[141].

Os períodos epidêmicos caracterizam-se principalmente por afetar a coletividade, desestruturando a vida social e econômica. As epidemias que assolaram diferentes partes da província deviam-se sobretudo às condições de insalubridade dos portos e arredores, bem como das habitações superpovoadas, onde muitas pessoas partilhavam o mesmo espaço, o que facilitava a disseminação rápida das doenças. A propagação das doenças estava relacionada ao contato com diferentes povos, à má alimentação, à qualidade da água e ao estado sanitário dos portos e habitações. Era, portanto, necessário implementar medidas profiláticas para conter a proliferação das doenças. Segundo Conceição Almeida, o século XIX foi marcado pela preocupação das autoridades públicas em facilitar o abastecimento de água potável aos moradores da capital da província[142]. O relatório provincial mostra que:

> A construção de chafarizes, ou bicas distribuídas em diferentes pontos da Cidade, é incontestavelmente o que cumpre fazer. Pode-se oferecer ao povo água potável -é já muito, mas não é o que basta. É essencial que este importante elemento de vida seja o mais facilmente possível e posto ao alcance de todos. Nesta matéria, a parcimônia é sempre um mal: o luxo é necessário[143].

Além do cuidado com o abastecimento de água potável para boa parte da população — indispensável à saúde pública —, outro fator importante era a fiscalização dos portos. Como mencionado, esses eram importantes centros comerciais na província e em todo o Império; sua prosperidade e a continuidade das relações comerciais dependiam desse cuidado. Adicionalmente, a atenção à alimentação era essencial, pois algumas doenças podiam estar relacionadas à má alimentação da população, especialmente a mais pobre.

> A carne verde[144], que se consome nesta capital, e que constitue o principal alimento de sua população, nem sempre é suficientemente garantida quanto a sua qualidade, nem é fornecida com regularidade, e por preço tal que seu uso possa tornar-se comum

[140] VIANNA, *Op. Cit*. 1975. p.99.
[141] Relatório, *Op. Cit.* 1851. p. 16.
[142] ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. **As águas e a Cidade de Belém do Pará:** história, natureza e cultura material no século XIX. Tese apresentada a banca examinadora da Pontífica Universidade Católica do PUC/SP, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em História Social. 2010.
[143] Relatório, *Op. Cit*. 1851. p.24.
[144] Carne bovina recém abatida, também chamada de carne fresca, carne de açougue.

> a classe pobre [...] A carne de reses[145] mortas em tal estado não pode deixar de ser muito desagradável e nociva. Acresce que não sendo estas anteriormente examinadas com escrúpulo e rigor, que é necessário, corre o público o perigo de nutrir-se com carne de animais afetados de moléstias contagiosas[146].

Sidiana Macêdo demonstra que o abastecimento de carne verde[147] configurava um item importante na alimentação dos habitantes de Belém. A carne era um item essencial para a capital, entre os gêneros de primeira necessidade[148]. Por isso, o cuidado e a fiscalização de seu abastecimento eram essenciais.

> É verdade, que a Câmara Municipal incube inspecionar este ramo de indústria, mas sabeis que encarregando-o a seus fiscais, e nem pode deixar de assim ser, o desempenho desta obrigação reduz a uma simples formalidade[...] A irregularidade do fornecimento deste gênero é outra causa do sofrimento público[149].

Um fator provavelmente responsável pela propagação da doença foi a intensificação da imigração, que crescia naquele período, aumentando proporcionalmente o índice de casos. Fenômeno semelhante ocorreu no Rio de Janeiro[150] no mesmo período: a população branca foi a mais afetada, especialmente os recém-chegados do interior e os imigrantes estrangeiros. Em 1850, ano do início da epidemia de febre amarela em Belém, o número de óbitos de estrangeiros[151] foi inicialmente baixo, mas aumentou nos anos seguintes, como demonstrado a seguir;

Estrangeiros atingidos pela epidemia

Ano	Casos Febre Amarela	Estrangeiros	%
1850	200	40	20%
1851	3	2	66%
1852	18	9	50%
1853	9	5	55%
1854	59	38	64%
1855	120	103	86%

[145]Quaisquer animais que não abatidos e cuja carne é usada na alimentação humana; os animais quadrupedes, mortos para alimentação humana.
[146] Relatório, *Op. Cit.* 1851. p.26.
[147] Denomina-se carne verde à carne bovina recém-abatida, também chamada de carne fresca, vendida em açougue.
[148] MACÊDO, *Op. Cit.* 2009. p. 47.
[149] Relatório, *Op. Cit.* 1851. p.26.
[150] CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. Companhia de Letras, 1996.
[151] Os estrangeiros registrados nos livros de sepultamentos são das mais variadas nacionalidades; portugueses, espanhóis, ingleses, italianos, alemães dentre outros.

1856	70	44	62%
1857	41	30	73%
1858	62	42	67%
1859	42	11	26%

Fontes: Registros de Sepultamentos do Cemitério da Soledade

É notório o predomínio de casos de febre amarela entre estrangeiros. O ano de 1855 registrou o maior índice da doença, com 86% das vítimas. Note-se que, nesse ano, a província também sofria com uma epidemia de cólera; mesmo assim, a febre amarela continuou a ceifar muitas vidas estrangeiras. Os anos de 1857 e 1858 também são extremamente relevantes para a análise da doença.

Dos 120 casos registrados, 107 eram de homens de variadas nacionalidades - Portugal, Espanha, Prússia, Inglaterra, entre outras - e com as mais diversas profissões. Predominavam os caixeiros viajantes e homens com ofícios ligados às atividades marítimas, como marinheiros e remeiros de vapores, barcas e canoas. É o caso de José da Rosa Apumpção e Manuel Fernandes, ambos com 20 anos e marinheiros, que sucumbiram à febre amarela. Vianna mostra que, em 1848, a febre amarela declarou-se epidêmica na Bahia, atingindo preferencialmente os homens do mar[152]. Fato semelhante ocorreu na capital do Império: segundo Sidney Chalhoub, a febre amarela atingiu prioritariamente a população estrangeira, em especial os imigrantes não aclimatados, recém-chegados à província[153]. Foram registradas 13 mulheres com febre amarela, também de Portugal, Espanha e França, entre elas Maria Morins Vila Lobo, com 50 anos, e Demicelia Augusta dos Santos, com 26.

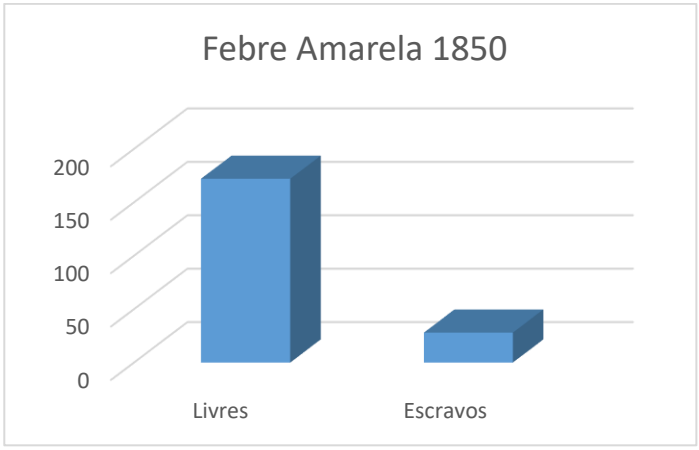
A falta de conhecimento na época e a falta de cuidados por parte da população foram também fatores que contribuíram para a rápida propagação da doença. Muitos dos acometidos não procuravam tratamento, insistindo em cuidar-se em suas próprias residências:

> Em uma casa nas vizinhanças da nossa morava uma família portuguesa, já de longa data no Pará, que foi aumentando com a vinda de mais quatro pessoas, de Portugal. Atacada uma de febre amarela, tratada em casa até sucumbir, sem as cautelas necessárias, deu causa a serem infeccionadas umas após as outras[154].

[152] VIANNA, *Op. Cit.* 1975. p. 178.
[153] CHALHOUB, *Op. Cit.* 1996. p.77.
[154] VIANNA, *Op. Cit*. 1975. p.100.

Nos assentamentos que serviram de base a este trabalho, confirma-se a epidemia de febre amarela como o principal flagelo da sociedade em 1850. Nesse ano, foram registradas 1006 mortes: 776 na população livre (aproximadamente 77%) e 230 na população escravizada (aproximadamente 22%). Os dados referem-se a sepultamentos no Cemitério da Soledade[155]. Observa-se que a população livre registrou um número de óbitos por febre amarela significativamente superior ao da população escravizada, como referido anteriormente. Dos 776 livres, 172 foram acometidos pela febre amarela, ou seja, aproximadamente 21% da população livre. Essa doença foi a que mais assolou a sociedade durante todo o ano. Dos 230 assentamentos pesquisados no referido ano para a população escravizada, 28 cativos sucumbiram à febre amarela (listada como epidemia), ou seja, aproximadamente 12%.

Gráfico I

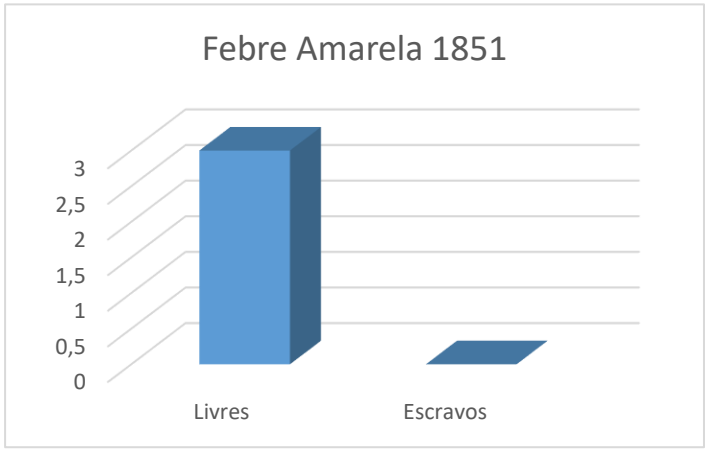


No ano de 1851, dos 87 registros de pessoas livres, ocorreram apenas 3 casos de febre amarela, representando pouco mais de 3% do total. Eram eles: João Baptista Monteiro (40 anos), Manuel Vicente Galvão Vinhares (22 anos) e João Gonçalves Aguiar (70 anos)[156]; os dois últimos com nacionalidade portuguesa. Podemos inferir que, mesmo com baixa incidência, a febre amarela acometeu os estrangeiros em maior proporção. Já em 1852, houve um ligeiro aumento de casos: dos 243 registros de pessoas livres, 18 foram provenientes de febre amarela (aproximadamente 7%). Não houve nenhum registro da doença acometendo escravos em

[155] Observação: assentamentos pesquisados 1006, sendo que 3 não aparecem os nomes, portanto, não posso identificar o sexo da pessoa, no entanto, pude identificar, se era livre ou escravo, doenças, cor e demais informações.
[156] Registro de Sepultamento do ano de 1851.

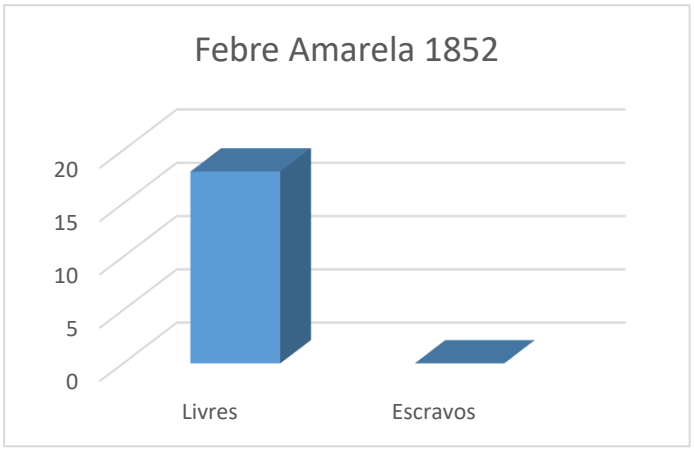
nenhum dos anos. Ou seja, houve uma queda na incidência desta moléstia tanto para livres quanto para escravos no referido ano, se comparado à mortalidade do ano de 1850. Esse fato pode estar associado à reincidência da moléstia na capital, e a população, como já conhecia a doença, poderia ter tomado maiores cuidados.

Gráfico II



Observa-se, portanto, uma queda na incidência da moléstia, tanto entre livres quanto entre escravos em 1852, comparativamente à mortalidade de 1850. Esse fato pode estar associado à reincidência da doença na capital, permitindo que a população, já familiarizada com ela, adotasse maiores cuidados.

Gráfico III



Os registros mostram que o índice de incidência de febre amarela após 1850 tem vindo a diminuir, principalmente na capital, afetando com pouca gravidade apenas estrangeiros e pessoas do interior. O período epidêmico que assolou a cidade começa a cessar, regressando

apenas em 1855, juntamente com outro surto epidêmico, a cólera-morbus, que abordaremos no próximo capítulo. O então presidente da província, Fausto Augusto d'Aguiar, tem a satisfação de comunicar que:

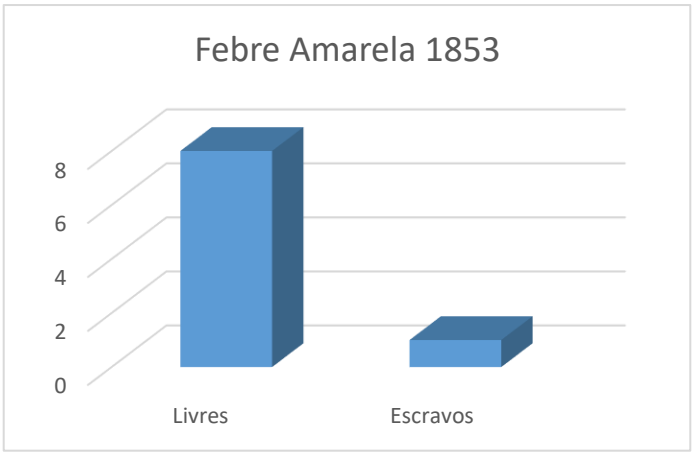
> [...] se acha inteiramente extinta nesta capital a febre amarela, felizmente perdeu o caráter epidêmico, e desde o ano passado só tem atacado esporadicamente quase sempre com benignidade estrangeiros recém-chegados, e algumas pessoas vindas do interior da província. A mortalidade causada por este mal, na capital, tendo sido de 624 indivíduos só no espaço decorrido de fevereiro de 1850, época de sua invasão, a junho de 1851, limitou-se a 49 indivíduos nos 12 meses últimos. Em todos os outros pontos da província desapareceram completamente.[157]

No ano de 1853, observou-se uma redução nas epidemias. Nas fontes analisadas, foram registados nesse ano 540 sepultamentos: 338 de pessoas livres (62%) e 202 de escravizados (aproximadamente 38%). Registaram-se, nesse ano, apenas 8 casos de febre amarela entre as pessoas livres e um único caso entre os escravizados: Maria, de 4 meses de idade, filha de Izabel, escrava do senhor João Luiz Iheus[158].

No ano de 1853, registaram-se nove casos de morte por febre amarela: oito em indivíduos livres e um em escravo. Este número contradiz a informação publicada no jornal *Treze de Maio*, na sua edição desse ano, na coluna "Cemitério de Nossa Senhora da Soledade[159]", que afirmava a inexistência de novos casos da doença na cidade. Desconhece-se a razão para a publicação dessa informação no periódico; poderá ter sido uma tentativa de apaziguar a população, sugerindo o fim da epidemia. Contudo, é também possível que o jornal estivesse a agir de forma a beneficiar interesses terceiros. Esta não é a primeira vez que o referido jornal divulga informações divergentes das fontes analisadas, como veremos adiante no caso da varíola.

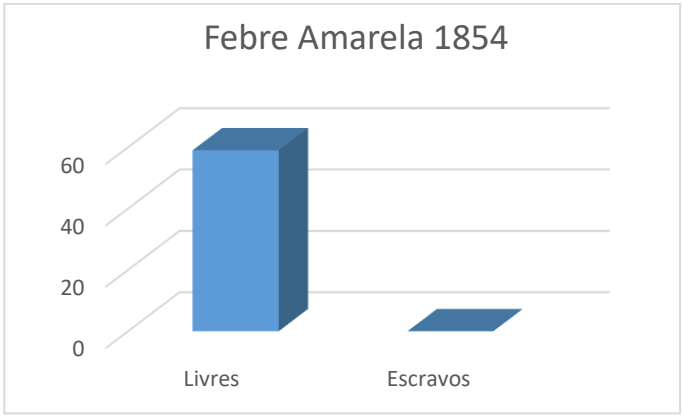
[157] Relatório apresentado ao Exmº. Snr. Dr. José Joaquim da Cunha, presidente da província do Grão-Pará pelo Comendador Fausto Augusto d' Aguiar por ocasião de entregar-lhe a administração da Província no dia 20 de agosto de 1852. p. 76.
[158] Registro de Sepultamento do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade, ano de 1853.
[159] Jornal Treze de Maio, dia 5 de janeiro de 1854. p.4. A notícia faz referência à mortalidade do ano de 1853.

Gráfico IV



Em 1854, a febre amarela retornou à capital, não com a intensidade de 1850, mas com um número de mortes superior ao de 1852. Nesse ano, foram registrados 1185 sepultamentos, dos quais 859 eram de pessoas livres (72%). Destes 859 registros de pessoas livres, apenas 59 sucumbiram à febre amarela, ou seja, aproximadamente 6% da população livre registrada. Nesse ano, nenhum escravo foi acometido pela moléstia.

Gráfico V

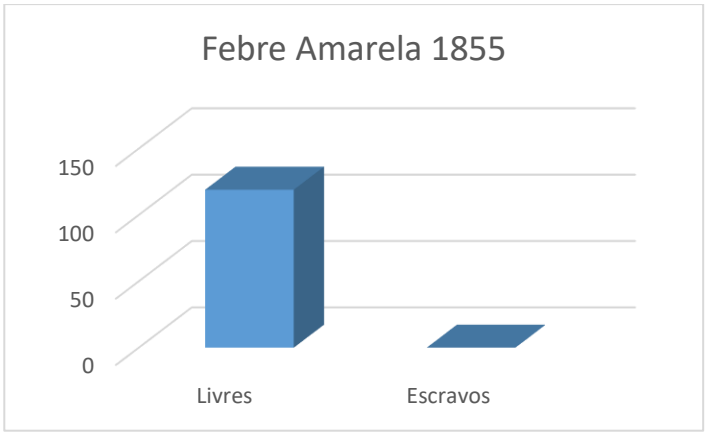


No ano de 1855, a febre amarela continuou a ceifar vidas, com 120 registros listados. Estrangeiros foram os mais afetados, representando cerca de 8% dos indivíduos livres apontados como vítimas da doença. Segundo alguns doutores[160] do Rio de Janeiro, isso se devia à resistência da população escravizada a doenças tropicais, devido à sua maior aclimatação, ao contrário dos estrangeiros. Sidney Chalhoub explica que alguns médicos da época argumentavam que os africanos foram os menos afetados pela febre amarela, utilizando, para

[160] CHALHOUB, *Op. Cit.* 1996. p.76-77.

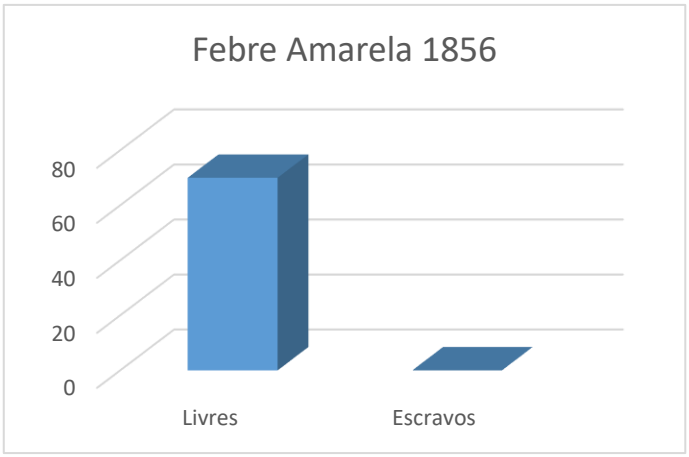
sustentar seu discurso, fatores como a raça. Para a medicina da época, o negro pertencia a uma espécie diferente da europeia, o que, segundo eles, permitia melhor adaptação a climas quentes como o da América. Acreditava-se que ele suportava com mais facilidade a doença e o trabalho nesses climas. Já os europeus, por não estarem aclimatados, não se adaptariam tão bem. Em 1855, nenhum escravizado foi registrado como vítima da enfermidade.

Gráfico VI



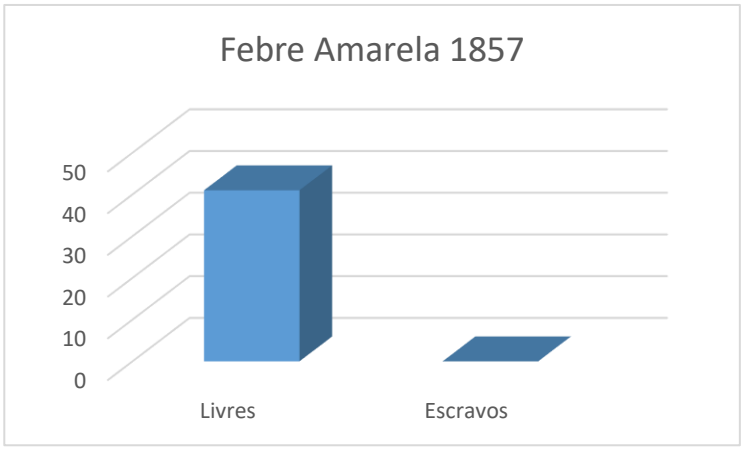
Em 1856, a febre amarela continuou a dizimar a população da província. Foram listados 824 casos, dos quais 597 eram de pessoas livres (aproximadamente 72% do total), e 70 dessas pessoas morreram em consequência da febre amarela. A população escravizada apresentou 224 casos registrados (aproximadamente 28% do total). Nenhum escravizado consta como falecido devido a essa enfermidade.

Gráfico VII



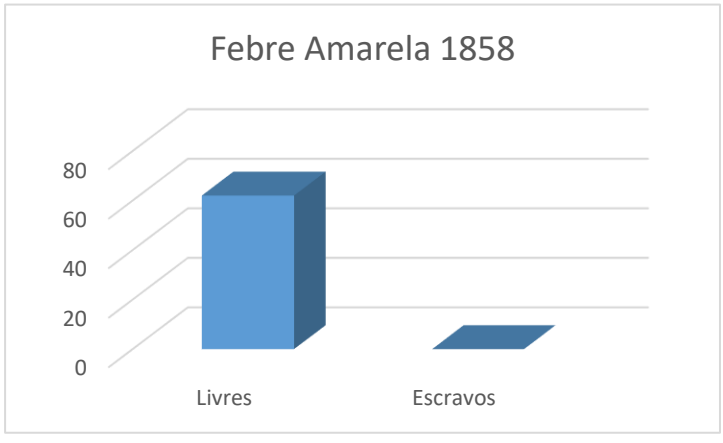
Em 1857, foram pesquisados 851 assentamentos: 632 de pessoas livres (74%), das quais 41 faleceram em consequência de febre amarela. Dos 219 assentamentos de cativos (26%), nenhum registou a doença.

Gráfico VIII



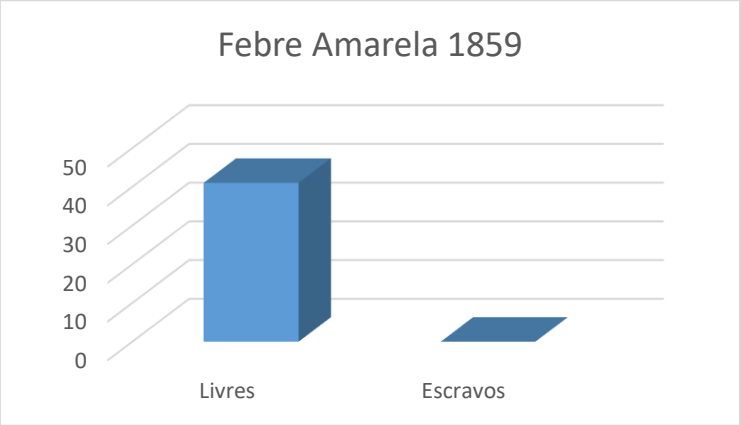
Em 1858, registaram-se 857 assentamentos, dos quais 653 correspondiam a pessoas livres, com 62 casos de febre amarela. Entre os 202 assentamentos de escravos, não houve nenhum caso de febre amarela. Registaram-se ainda dois casos de pessoas libertas: Preina, de 5 anos, filha de Ignes (escrava de Isabel Danin), e Severina, de 6 meses, filha de Luiza (escrava de Maria Joana do Carmo Pinto)."

Gráfico IX



Em 1859, registaram-se 744 assentamentos: 550 de pessoas livres, das quais 41 foram enterradas vítimas de febre amarela. Entre os 193 assentamentos de escravos, não se registou nenhum caso da referida enfermidade.

Gráfico X



Podemos perceber que a febre amarela foi uma enfermidade presente em todos os anos analisados (1850-1859). Iniciou-se com um surto epidêmico no ano inicial, mas a sua incidência variou nos anos seguintes. Este fato pode estar ligado à adaptação das pessoas à doença, uma vez que várias medidas profiláticas foram tomadas no início do surto.

Compreendemos ainda que o índice de casos entre estrangeiros foi elevado na maioria dos anos. Este fato não se restringiu à província do Pará; situação semelhante ocorreu no Rio de Janeiro, como aponta Sidney Chalhoub, no que se refere à "preferência" da febre amarela. O autor mostra que, em observações da época, a moléstia atingia de forma mais benigna os africanos e a população negra da corte, sendo raro encontrar a população cativa nas listas de falecidos[161].

Assim como ocorreu em Belém, a análise das fontes indica que o ano em que a população escrava foi mais acometida pela moléstia foi o ano do primeiro surto, 1850, com apenas 12% dos cativos atingidos. A população branca foi, sem dúvida, a que mais sofreu perdas com essa doença, especialmente os indivíduos vindos do interior para a capital, e, ainda mais, os imigrantes de outros países.

[161] CHALHOUB, *Op. Cit*. 1996. p. 71.

2.2. Varíola

> Infelizmente outra epidemia- a das bexigas- veio adicionar ao quadro da mortalidade o avultado contingente de suas vítimas. Tendo aparecido na capital em abril desde ano, por toda ela se propagou com rapidez, e até o mês que findou, tinha já levado a sepultura 272 pessoas[162].

Após a província do Grão-Pará ter sido acometida pela febre amarela, em 1851, ainda se recuperando dos males daquela epidemia, outra atingiu a cidade, propagando-se rapidamente: a varíola, mais conhecida como bexigas[163], denominação encontrada na maioria das fontes consultadas.

A varíola teria origem na Índia, migrou através dos continentes, acompanhou o ciclo das grandes navegações e alcançou o Novo Mundo a bordo de caravelas. Vitimou colonizadores europeus e escravos africanos em surtos nos campos e cidades, mas os indígenas foram os que mais sofreram com suas consequências. Os sobreviventes assistiam à perda de vidas após o aparecimento de lesões pontuais da pele, que seguiam um curso evolutivo definido: mácula, pápula, vesícula, pústula, crosta e cicatriz[164] . Este padrão era característico da doença. Autores como Crosby[165] demonstraram o papel crucial da varíola na conquista europeia das Américas.

Durante quatro séculos, a varíola teve um papel até mesmo mais importante que a pólvora no avanço do imperialismo branco no ultramar, pois os invasores, em geral, estavam imunizados contra a doença, ao contrário dos indígenas. A varíola teria exterminado um terço ou metade dos nativos da Espanha; quase simultaneamente alcançou Porto Rico e outras ilhas das Grandes Antilhas, causando grande devastação; passou de Cuba para o México, juntando-se às forças de Cortés. Segundo registros, a explosão da varíola no Chile e Paraguai ocorreu aproximadamente na mesma época, e no Brasil, entre 1562 e 1565, devastou grandes populações indígenas[166].

---

[162] Relatório, *Op. Cit.* 1851. p. 16.

[163] O termo bexigoso é bastante frequente em algumas fontes analisadas. A denominação surgiu durante os experimentos da vacina jenneriana, (no décimo primeiro dia, os botões começavam à secar e no décimo oitavo ao vigésimo sétimo dia, a crosta negra caia, deixando cicatrizes que perduram pelo resto da vida, marca que identificava que a pessoa foi vítima das bexigas, por isso os doentes que sobreviviam à moléstia eram chamados pejorativamente de bexigosos). Ver BARBOSA. 2019.p.199.

[164] GURGEL, Cristina Brandt Friedrich Martin; ROSA, Camila Andrade Pereira da; CAMERCINI, Taise Fernandes. **A Varíola nos tempos de Dom Pedro II.** Cad. hist. ciênc. vol.7 no.1 São Paulo jan./jun. 2011.

[165]CROBY, Alfred. W. **Imperialismo Ecológico**: a expansão biológica da Europa, 900-1900/ tradução José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari- São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

[166] CROSBY, *Op. Cit. 2011*. p. 209/213.

A varíola, causada pelo vírus *orthopoxvirus variolae*, é uma doença transmitida de pessoa para pessoa por contato físico ou objetos contaminados. Ao longo da história, foi uma das doenças mais mortais e uma das mais antigas de que se tem notícia. Na Amazônia, há registros da doença desde o período colonial, onde reincidia frequentemente, assim como a febre amarela. A partir do século XVII, o Pará sofreu com diversas epidemias. A primeira grande epidemia de varíola irrompeu na província em 1660, e outra na década de 1690.

Para alguns autores, havia forte relação entre o comércio de escravos e a introdução da doença na província, uma vez que muitos navios negreiros provenientes de Angola aportavam na região com carregamentos de escravos. Como aponta Roberta Martins, Angola constituiu-se como importante centro fornecedor de cativos africanos para a Capitania do Grão-Pará, sobretudo no final do século XVIII e início do XIX[167], período marcado por forte crise de secas e enfermidades, incluindo a varíola. Outros surtos epidêmicos ocorreram ao longo do século XVIII. Arthur Vianna registra um surto entre 1721 e 1733, e outro em 1793, indicando falhas na fiscalização portuária[168]. É importante ressaltar que a doença não se restringiu ao Grão-Pará, espalhando-se por todo o Brasil. Segundo Cláudia Souza, as décadas de 1720 a 1740 foram marcadas por frequentes epidemias de varíola em diversas regiões brasileiras[169].

Nos anos em que a varíola acometeu a sociedade, o número de vítimas na população livre foi superior ao da população cativa. A média de escravizados registrados com esta enfermidade foi pequena. É difícil falar sobre estes, pois os livros de sepultamentos de 1851-1852 apresentam-se incompletos, tornando complexa uma análise mais abrangente desses períodos. Para auxiliar nesta abordagem, recorremos aos periódicos e aos relatórios provinciais referentes ao período analisado. É importante ressaltar que a doença afetou a população escravizada, e aqueles que sobreviveram carregavam no corpo as sequelas da varíola, como veremos adiante. A análise dos anúncios de fuga do período permitirá uma abordagem sobre essas marcas que se tornaram características físicas dos cativos, auxiliando muitos senhores na captura dos escravos fugidos.

De acordo com Arthur Vianna, a varíola, assim como outras moléstias que assolaram a população belenense, foi importada para o Pará por via marítima ainda no século XVIII, logo após a epidemia de sarampo de 1749. O autor associa a introdução dessa doença à influência

[167] MARTINS, *Op. Cit.* 2017. p. 179.
[168] VIANNA, *Op. Cit*. 1975. p .35/39.
[169] SOUZA, *Op. Cit.* 2017. p. 25.

do tráfico negreiro, intensificado após a instituição da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará em 1756. Uma das necessidades da Companhia era mão de obra africana para substituir, em parte, a indígena. Isso, porém, não significa que os indígenas deixaram de trabalhar.

Como muitos associaram a varíola ao tráfico negreiro, uma das medidas profiláticas para combater a doença foi a construção de lazaretos. Navios com destino a Belém ficavam em quarentena[170] nesses locais, sendo liberados para descarregar sua carga humana apenas após esse período. A preocupação do poder público com a disseminação da doença era grande, principalmente porque o porto de Belém era um importante centro comercial. Era preciso, portanto, elaborar medidas profiláticas para evitar a propagação, como se observa no relatório de província abaixo:

> É pois, tempo de cuidar do estabelecimento onde se possam tornar efetivas as medidas sanitárias aconselhadas pelas ciências, tendentes a evitar a importação de moléstias contagiosas que possam ser trazidas por esses navios, aliando ao dever higiênico com o do comercio, e com os deveres da humanidade[171].

Em linhas gerais, o interesse dos traficantes nos lucros superou a preocupação com a propagação da doença. Muitos traficantes desobedeciam à quarentena, desembarcando seus escravos diretamente nos portos. Isso contribuiu significativamente para o aumento dos casos de varíola.

> A cobiça dos traficantes de escravos iludiu as autoridades, violando a quarentena e trazendo para terra, com os pretos os germes da Varíola, este fato foi de grande importância para a proliferação desta enfermidade[172].

No mesmo período, implementaram-se outras medidas profiláticas, incluindo as primeiras experiências de vacinação. De acordo com Benedito Barbosa, no Brasil, as primeiras práticas de vacinação com o método Jeneriano[173] ocorreram na primeira metade do século XIX,

---

[170] Segundo Arthur Vianna, os navios negreiros ficariam por determinado período, que seria estipulado pelas autoridades, antes de desembarcarem nos portos de Belém, em uma espécie de hospital, para tentar curar os doentes que tivessem sido acometidos por este mal durante a viagem. Um dos lazaretos que foram construídos foi o de Arapiranga.

[171]Relatório do Presidente da Província do Grão-Pará o. Ex° Snr. Dr. Fausto Augusto de Aguiar, na Abertura da Segunda Sessão Ordinária da Sétima Legislatura da Assembleia Provincial. No dia 15 de agosto de 1851. Typographia de Santos & Filhos, rua de S. João, canto da estrada de São José-1851. Pará. p. 28.

[172] VIANNA, *Op. Cit*.1975.p.38.

[173] O método consiste em inocular em uma pessoa saudável uma secreção de uma pessoa com uma doença, de modo que a pessoa saudável desenvolva sintomas mais leves e se torne imune. O método foi desenvolvido por Edward Jenner no século XVIII, a partir da observação de que as pessoas que ordenhavam vacas adquiriam

e por volta de 1811, foi criada a Junta Vacínica da Corte, atuando no Rio de Janeiro[174]. No Grão-Pará, segundo o mesmo autor, a vacinação entrou por volta de 1819, quando uma epidemia de varíola se propagou por Belém e pelo interior. Logo, o governador Antônio José Meneses de Noronha, conhecido como conde de Vila Flor, convocou a população para se vacinar[175]. Apesar do receio da população, a vacinação, com bons resultados, estendeu-se às vilas do interior, como Cametá, Gurupá, Monte Alegre, Óbidos e Santarém[176].

No ano de 1840, por meio de decreto do governador João Antônio de Miranda, a vacinação tornou-se obrigatória na província do Grão-Pará. Mesmo com essas enérgicas ações do poder público, a obrigatoriedade desejada não foi alcançada[177], pois muitas pessoas recusavam-se à vacinação. Talvez por esse motivo, a varíola tenha sido uma das doenças que mais frequentemente retornaram à província ao longo do século XIX. Como exemplo, as epidemias de 1851 e 1852, que afetaram a cidade e serão analisadas neste trabalho. Nos anos seguintes, as fontes informam que as autoridades ainda alertavam a sociedade sobre o perigo da não vacinação e a importância da imunização.

> O imperador por Aviso da Secretaria d' Estado dos negócios do Império de 2 de abril do corrente ano me ordena, que convido esclarecer a população e alertar dos perigos, á que se expõe pelo seu desleixo e relutância em se aproveitar do beneficio, que o mesmo Governo lhe faz, liberalizando gratuitamente a vacina para livra-las do terrível flagelo das bexigas, procure por meio dos Rdos párocos da Diocese persuadir os, que ainda não foram vacinados ou a seus pais superiores, da grande vantagem d'aquele meio como preservativo de uma moléstia tão fatal[178].

Os registros de sepultamento de 1851 encontram-se incompletos[179]. Portanto, no estudo desse ano, recorremos a alguns periódicos e aos relatórios do presidente da província. Na análise dos registros de sepultamentos, verificou-se que a moléstia acometeu, em sua maioria, pessoas livres[180]. Em 1851[181], dos 127 assentamentos registrados, 87 correspondem a pessoas livres, ou

imunidade à varíola humana. Jenner percebeu que os moradores de áreas rurais que haviam contraído cowpox, uma doença semelhante à varíola, não ficavam doentes com a varíola humana.

[174] BARBOSA, Benedito Carlos Costa. **No tempo das bexigas**: rastros de uma epidêmica moléstia no Grão-Pará Colonial (1755-1819). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2019. p. 200.

[175] BARBOSA, *Op. Cit.*2019.p.202.

[176] VIANNA, *Op. Cit.*1975. p.49/50.

[177] VIANNA, *Op. Cit.*1975. p.51.

[178] Jornal Treze de Maio, 26 de maio de 1855. p.1.

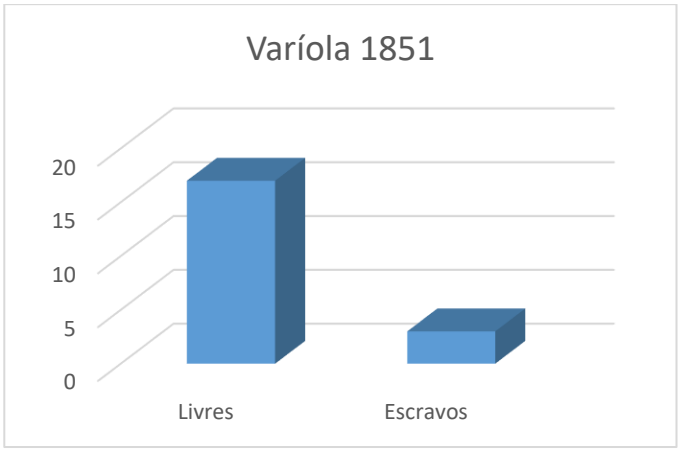
[179] Neste ano, temos os registros de sepultamentos somente dos meses de outubro, novembro e dezembro.

[180] É importante ressaltar que quando usamos o termo "livre" não estamos nos referindo apenas aos brancos, mas também aos pardos, mulatos, pretos, pois nos assentamentos pesquisados fica claro a distinção entre livres e escravos.

[181] Neste ano, o Livro de Sepultamento contém apenas os registros dos meses de outubro a dezembro.

seja, aproximadamente 68% da população registrada. O número de escravizados listados foi de 40, o que corresponde a aproximadamente 32% dos cativos. Dos 87 registros de pessoas livres, 17 foram acometidos por varíola (19% da população livre registrada), enquanto apenas 3 casos de varíola foram encontrados em cativos (7% da população escrava descrita). Esses casos foram: a escrava Verinima, com um mês de idade, filha de Marciana (escravas de João Pinto de Araújo); o escravo Joaquim, de 80 anos, e Bazília, com um ano de idade, filha de Rita (ambos escravos de Francisca Roza)"[182].

Gráfico XI



Devido à incompletude dos registros de sepultamentos deste ano, o jornal *Correio dos Pobres* ajudará a entender a situação da epidemia na cidade e o número aproximado de vítimas da varíola naquele período. Em 25 de julho desse ano, o periódico manifestou preocupação com o avanço da doença e outras enfermidades: "*não há dúvida sobre o notável estrago causado pela varíola, em parceria com outras moléstias epidêmicas e endêmicas. Valha-nos Deus!"*[183]. Noutra publicação, o jornal registou "*162 óbitos de católicos no cemitério"*, vítimas da varíola, nesse mesmo mês.

O número de óbitos registrados por varíola pelo referido jornal foi de 74 vítimas apenas no início do mês de agosto, ou seja, um número expressivo para um curto período. Já no final de 1851, os relatórios apresentam apenas 17 casos de morte nos últimos três meses do ano (outubro, novembro e dezembro), quer entre livres quer entre escravos. Esta diminuição de

[182] Registro de Sepultamento do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade, ano de 1851.
[183] Jornal Correio dos Pobres, dia 25 de julho de 1851. p.2.

casos nos últimos meses pode levar-nos a concluir que a epidemia poderia ter cessado na capital, como veremos mais adiante. No ano de 1852, o jornal refere que:

> Possuídos de maior sentimento declaramos aos nossos leitores que a bexiga vai devorando-nos de um modo extraordinário; existem sepultados no cemitério de Nossa Senhora da Soledade desde o dia 3 do corrente mês até o dia 12 tantos irmãos nossos- sendo 74 de bexiga e 17 de várias outras moléstias[184].

Apesar da incompletude dos registros de 1851 e 1852, os relatórios provinciais e os jornais foram cruciais para a análise da epidemia de varíola. Estas fontes sugerem um número de vítimas significativamente superior ao registado oficialmente, devido, em grande parte, à falta de medidas de proteção, nomeadamente a vacinação, por parte de muitas pessoas. No relatório de 1851, o presidente José Joaquim da Cunha descreve o quadro epidêmico da seguinte forma:

> No ano passado a –varíola- se manifestou nesta capital com caráter epidêmico, e estendeu-se para o interior da província, fazendo grandes estragos, por que a maioria da população, nutrindo preconceitos contra o uso da vacina não se havia por este meio preservado. Atualmente são tão raros os casos que aparecem, que se pode considerar quase extinta esta moléstia. O número de suas vítimas monta 617 indivíduos[185].

O presidente apresenta um mapa de vacinação da população da capital, mostrando uma expressiva melhoria na maior parte da população. Em outras zonas, houve falhas, e algumas pessoas não puderam ser examinadas. Um dos fatores pode ser a falta de comparecimento dessas pessoas à junta médica. Joaquim da Cunha afirma que:

> Durante os últimos 12 meses decorridos até o fim de junho, foram vacinadas nesta capital pelo digno comissário vacinador-1.198 pessoas, sendo 714 do sexo masculino e 884 do sexo feminino; 776 livres e 422 escravos. Tiveram vacina regular 897, 15 sem resultado e 286 não foram observados. Dos outros municípios não se tem mapas das comissões[186].

É perceptível que o número de vítimas acometidas por varíola (bexigas) seja superior ao registrado, tendo em vista que muitos morreram sem diagnóstico médico. No ano de 1851, os jornais *Correio dos Pobres* e *Treze de Maio* demonstraram certo acirramento de tensões em relação às notícias publicadas sobre as epidemias que acometeram a província do Grão-Pará, em especial nesse ano, quando notas do *Correio dos Pobres* retificaram a afirmação do *Treze de Maio* de que a epidemia de varíola havia cessado na província. Por algumas vezes, o referido

[184]Jornal Correio dos Pobres, dia 14 de agosto de 1851. p.4.
[185]Relatório, *Op. Cit.*1852. p. 78.
[186] Relatório, *Op. Cit.*1852. p. 78.

jornal criticou a atuação do *Treze de Maio*, por amenizar a gravidade da epidemia, tendo em vista que o número de enterros registrados no cemitério era superior ao que o periódico indicava, como podemos observar abaixo:

> A Redação do –Correio dos Pobres- sente infinito ver-se forçada a dizer com o devido respeito ao Sr. – Treze de Maio que não pode aceitar por esta notícia que dá o seu nº 117 –a respeito ao estado sanitário, e que diz assim – Na semana, que hoje acaba, tem o contagio das bexigas declinado notavelmente; e já em menor escala o número dos casos de semelhante enfermidade.
>
> O Nestor dos periódicos atualmente existentes no Pará, fiado talvez, na autoridade de velho e de semioficial tentou (por deferência a alguém) burlar a notícia, que demos em nossa 1º folha a respeito dos 162 católicos enterrados no Cemitério, durante os 25 dias do corrente mês. Saiba pois, colega, que o número dos mortos até hoje, compreendendo católicos e protestantes é de 200: número este muito maior em comparação ao dos mortos no mês mais fatal do ano passado, ou da febre amarela, o que é fácil provar dos competentes assentamentos[187].

Arthur Vianna trabalhou com os registros de sepultamento referentes ao ano de 1851 e nos mostra que a notícia do *Correio dos Pobres* pode ser verídica, tendo em vista que sua informação de "162 católicos enterrados no cemitério" se aproxima do valor dos dados do autor para o mês a que o jornal se refere (julho). Segundo Vianna, o número de falecidos foi de 159 indivíduos com bexigas. O jornal *Correio dos Pobres* procurava corrigir e criticar as notícias publicadas pelo jornal *Treze de Maio*, como mostra a nota abaixo:

> Do= Cearence= n.465 de 26 de setembro, transcrevemos o seguinte:
>
> PARA- Aquela província ainda geme sob a tríplice flagelo de Fausto, peste e fome. A pesar do "Treze de Maio" a fome e bexigas continuam com intensidade, e não consta que tenham declinado. Nos 4 meses de Junho, Julho, Agosto, e Setembro tinham perecido só na cidade de bexiga 465 pessoas. A administração estupida, desleixada, e vingativa do sr. Fausto o tinha tornado geralmente odiado e detestado, não se atrevendo a imprensa a declarar-se inteiramente em hostilidade contra ele por mínima pusilanimidade[188].

Teria o jornal *Treze de Maio* o intuito de acalmar a população, ao afirmar que a epidemia estaria aparentemente sendo controlada pelo poder público, órgão que tinha a responsabilidade de zelar pela saúde da população? Poderiam tais notícias serem para beneficiar certas autoridades, pelo fato de o dito jornal fazer com que a população acreditasse que a epidemia realmente estava chegando ao fim? Essas questões permitem pensar a atuação da imprensa nesse período e seu posicionamento crítico ou defensivo, intencionalidade e interesses em favor

[187] Jornal Correio dos Pobres, dia 31 de julho de 1851. p. 2 a 3.
[188] Jornal Correio dos Pobres, dia 18 de outubro de 1851. p.1.

de outrem. Na edição seguinte, o jornal *Correio dos Pobres* continua a se pronunciar sobre os estragos que a moléstia das bexigas vem ocasionando na cidade:

> Analise-com estas palavras quis eu dizer que muitos bexigosos pobres de ambos os sexos, e diversas idades houveram dos diferentes lugares desta capital, que durante os misérrimos dias da sua moléstia sofrerão a ausência de todo o socorro humano, e que depois de mortas lhes faltou mortalha, tumba, e a mesma cova em tempo conveniente[189].

Diferentemente dos registros de sepultamentos do Cemitério da Soledade, que mostram com mais detalhes as informações a serem analisadas, os jornais nos revelam informações que, cotejadas com outras fontes, mostram o impacto que determinadas doenças tiveram na sociedade. Isso inclui, por exemplo, o estado sanitário da cidade; a movimentação dos portos, com entrada e saída de mercadorias e passageiros; e a situação de algumas epidemias que grassavam na província do Grão-Pará, no Império e até mesmo em outros países. Como podemos observar na nota do jornal *Treze de Maio*, de 31 de outubro de 1853, que, diferentemente das notas anteriores, alerta a sociedade sobre os surtos de febre amarela nos Estados Unidos.

> Dos Estados Unidos sabemos que a febre amarela continua a despovoar a cidade de Nova- Orleans; excedia ainda de 100 as pessoas que sucumbiam diariamente dos assaltos deste terrível flagelo. Os estados da união tinham contribuído com 200,000 dólares em socorro dos sofredores. Em Mobile a mortalidade regulava por quarentas pessoas diariamente[190].

A notícia do *Treze de Maio*[191] nos mostra que a febre amarela ainda estava fazendo suas vítimas nos Estados Unidos, assim como em Belém, como observamos na análise das fontes. O referido jornal, ao contrário das notícias que publicava sobre o cessar da varíola em Belém, alertava nesse momento a população sobre os surtos epidêmicos de febre amarela pelo mundo; ou seja, as pessoas deveriam tomar cuidado, pois a doença poderia retornar à província após o surto de 1850.

---

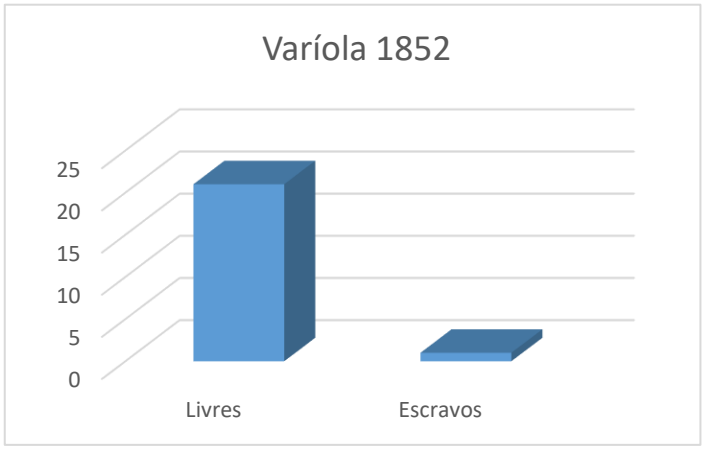
189 Jornal Correio dos Pobres, dia 23 de outubro de 1851. p.3.

190 Jornal Treze de Maio, dia 31 de outubro de 1853. p.4.

191 O jornal foi fundado por Honório José dos Santos em 1840 e substituiu o jornal *Folha Comercial do Pará*. Era rodado e impresso na "Tipografia de Santos & Menor e Santos & Irmãos". Começou com publicação bissemanal, depois trissemanal e, a partir de 1855, sua publicação passou a ser diária. Órgão oficial e noticioso, tratando de assuntos de interesse geral. Seu título faz alusão ao dia em que a cidade foi invadida pelas tropas da legalidade em 1836, quando Soares de Andrea desembarcava em Belém, pondo fim ao Movimento Cabano na Capital paraense. Impresso em tipografia própria à Rua D' Alfama, n.15, depois à Rua de S. João esquina da Rua S. José; os primeiros tipógrafos auxiliares foram Joaquim, Camillo e Cyrillo, escravos de Honório que os ensinou o oficio. Foi o primeiro jornal de longa duração, encerrou suas atividades em 31 de outubro de 1862 e foi substituído pelo periódico "Jornal do Pará". 1º número:13 de maio de 1840.

No ano de 1852[192], foram registrados 342 assentamentos, sendo 243 de pessoas livres e 99 de escravizados. Durante esse ano, as epidemias registradas que afetaram a população foram a varíola e a febre amarela, como vimos anteriormente; no entanto, essas enfermidades atingiram, em sua maioria, a população livre. Dos 243 assentamentos registrados de pessoas livres, apenas 21 são os casos de varíola descritos, afetando aproximadamente 8% dessa população. Para a população cativa, temos 99 pessoas descritas nos livros de sepultamento. Somente um caso de varíola foi encontrado: Clemente, 50 anos de idade, escravizado da Santa Casa da Misericórdia[193]. É perceptível, nesse ano, a coexistência de duas doenças no mesmo espaço e tempo, matando igualmente as pessoas. Mesmo no surto epidêmico de varíola, ela é a que menos fez vítimas, segundo as informações coletadas nas fontes; porém, é importante ressaltar que o livro de 1852 encontra-se incompleto. Podemos pensar ainda que apesar do baixo alcance da vacinação, houve pessoas que optaram por se vacinar, fator que pode estar ligado também à baixa quantidade de falecidos por varíola naquele contexto. Como podemos observar no gráfico abaixo:

Gráfico XII



A varíola é uma das doenças mais antigas de que se tem relatos, estando associada ao processo de colonização dos povos europeus no Novo Mundo, fato que de início deixou os povos indígenas mais suscetíveis à doença, como vimos em linhas anteriores. Em Belém, assim como em outras regiões, incidiu e recrudesceu por várias vezes, dizimando a população. Arthur Vianna nos mostra que, por todas as vezes que a doença grassou na província, foram inúmeras

[192] Neste ano, o Livro de Sepultamento contém apenas os registros dos meses de janeiro a julho.
[193] Registro de Sepultamento do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade, ano de 1852.

as medidas profiláticas para conter esse mal, desde o controle, ainda que pouco eficaz, dos portos, à construção de lazaretos para a quarentena dos navios, e até mesmo a inoculação, que teve início no Grão-Pará desde a primeira metade do século XVIII, com outros métodos, como aponta o historiador Benedito Barbosa[194]. Segundo o autor, as primeiras experiências de inoculação aconteceram quando um padre carmelita, preocupado com a redução de sua mão de obra, experimentou o método de inoculação obtido por meio de um periódico europeu, obtendo bons resultados. No início do século XIX, mais precisamente em 1819, a vacinação continuava sendo utilizada, tornando-se obrigatória em 1840, como mostrado anteriormente.

Quando uma sociedade é por vezes afetada por uma enfermidade, é possível que a mesma já esteja preparada para o seu retorno. Esse fato pode estar ligado aos índices não tão altos da doença, se comparada à epidemia de febre amarela e cólera, mesmo sendo uma enfermidade que, pelos registros, acometia em sua maioria as pessoas livres. Tivemos, porém, os casos de escravos que foram a óbito por ela. Aqueles que não morreram vítimas da varíola carregaram consigo a marca da doença pelo resto da vida, e esse sinal no corpo ajudou muitos senhores na identificação dos escravos quando fugiam, como veremos adiante.

-As Marcas das Bexigas nos Corpos dos Escravizados

As pessoas que não morriam após serem contaminadas pela varíola ficavam com as marcas da doença no corpo pelo resto da vida. Alguns estudiosos usam os periódicos na tentativa de perceber as descrições das condições físicas, cicatrizes, hábitos e comportamentos dos escravizados fugidos. Sobre isso, Keith Barbosa e Flávio Gomes nos mostram que, nos anúncios de jornais, emergiram indícios da vida escrava no Brasil, especialmente da saúde (ou da falta dela) devido a vários fatores, tais como: a alimentação, o clima e as condições de trabalho. Ao contrário dos anúncios de compra, venda e aluguel, nos quais as qualidades eram enfatizadas, os de fugas nos mostram um quadro descritivo que segue outra linha[195]. Mas, antes de falarmos das características da varíola no corpo dos escravizados, precisamos entender onde essa doença atinge a população: a pele. Observando a imagem abaixo[196], podemos ver uma série de erupções cutâneas que deixam a pele do indivíduo marcada por cicatrizes e caroços. Em

[194] BARBOSA, *Op. Cit.* 2019.p. 193.
[195] BARBOSA, Keith de Oliveira. GOMES, Flávio. Doenças, morte e escravidão africana: perspectivas historiográficas. In. GOMES, Flávio. PIMENTA, Tânia S. (org). **Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil.** Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016. p. 290.
[196] https://diariodebiologia.com/2014/09/veja-como-os-medicos-ilustravam-as-doencas-de-seus-pacientes-quando-nao-existiam-fotografias/.

tempos em que não existia a fotografia, os médicos buscavam ilustrar as doenças de seus pacientes.

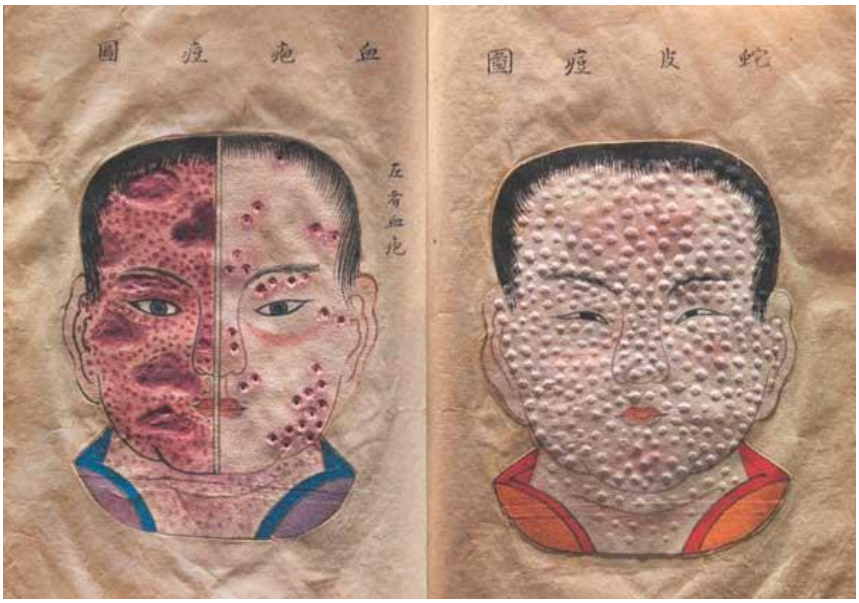


Figura 3. Esta ilustração é bastante rara, com texturas feitas à mão, publicada em um tratado japonês sobre varíola: "Os fundamentos da varíola". Foi feita no início do Século XVIII pelo médico japonês Kanda Gensen.

Um fator importante a ser ressaltado a respeito da varíola foram as marcas deixadas no corpo das vítimas que sobreviveram aos surtos epidêmicos, principalmente no corpo dos escravizados. Os sinais de bexigas passaram então a ser uma característica física dos cativos, fato que favoreceu muitos senhores na busca por seus escravos fugitivos. A descrição desses escravizados nos anúncios de jornais que circulavam na cidade era uma forma dos senhores terem a possibilidade de encontrá-los; quanto mais características, maiores as chances. Assim, marcas físicas peculiares, podendo estar relacionadas ou não a deformidades, doenças, maus-tratos ou sinais de origem, quase sempre faziam parte desses anúncios[197]. Além dessas, outras características eram descritas para ajudar na busca, tais como: características de personalidade, de castigo físico (provavelmente por mau comportamento), de conduta, maior ou menor desenvoltura ao falar, *"mau encarado à primeira vista"*, suas vestimentas ou seus hábitos (o que gostavam de fazer) eram detalhes importantes na hora da descrição, como foi o caso do mulato Pedro:

[197] MATTOS, Débora Michels. **Nas páginas dos jornais, peculiares experiências de vida**: Saúde e escravidão na Ilha de Santa Catarina da segunda metade do século XIX – anúncios de fuga, notas de suicídio e denúncias de maus-tratos. XXVII SIMPÓSIO NNACIONAL DE HISTÓRIA. Natal- RN 22 a 26 de julho de 2013. p. 4.

> Acha-se em fuga já à anos o mulato de nome Pedro natural de Pegurehy, da propriedade de Lovigildo de Alves da Fonseca, residente na Vila Melgaço, com os sinais seguintes, alto magro, muito fulo, cor lívida, olhos esbugalhados, rosto comprido com cicatrizes de bexigas, sem barba, nariz agudo, tendo na superfície do mesmo lado esquerdo um a verruga, cabelo bastante lizo, muito falante, tem nas costas um sinal de chicote, que lhe pozera seu antigo Senhor; propala que é forro, já há tempos houve suspeito de que andava em um bote velho a tirar palha pelo Distrito de Alter-do-chão; hoje porém, há muita probabilidade que esteja na cidade de Santarém negociando. A pessoa que o capturar, ou dele der noticia receberá boas alviraças. Protesta-se com todo o rigor da lei a quem lhe escapula ou couto[198].

No anúncio acima, temos a descrição minuciosa das características do mulato Pedro, que havia fugido há bastante tempo de seu dono, mostrando-nos uma riqueza de detalhes que nos possibilita observar o universo daquele escravo, e, através dessa descrição, podemos entender os motivos que levaram à sua fuga. Segundo Márcia Amantino[199], um dos principais motivos das fugas seriam os maus-tratos por parte dos senhores e a não aceitação do cativeiro. Outro tipo de informação que pode ser retirada desses anúncios está relacionado ao estado de saúde dos escravos fugidos. Ao fornecer dados que permitissem identificar seus escravos, os senhores acabam mostrando aspectos ligados à saúde destes. Através de doenças, cicatrizes, marcas de enfermidade e condições psicológicas, pode-se traçar um esboço de como seria a saúde desses cativos[200].

Pedro portava consigo "os sinais de bexigas". Ele poderia ter sido um sobrevivente da varíola, pois carregava sequelas da doença. Isso nos faz pensar nas condições em que esse escravo vivia para ter adquirido essa enfermidade, tendo em vista que era uma doença causada por um vírus e o contágio se dava através do contato físico ou por objetos contaminados. Não sabemos ao certo se Pedro contraiu a varíola no poder do antigo ou do novo dono, ou se ele a contraiu quando andava em fuga; são possibilidades para entender os caminhos por onde Pedro andou e as condições em que ele viveu nesses espaços, mesmo que de forma parcial, assim como o escravo José:

> No dia 12 de junho do corrente ano evadio-se do engenho de São José, no distrito de Barcarena, um escravo de José Lauriano Bentes, com os seguintes sinais: cafuz, idade 26 anos, com picadas de bexiga, tem uma cicatriz em uma das faces do rosto, fala descansado, mau encarado à primeira vista, levou uma montaria grande de lemo vermelho com falcos de andiroba**,** e um cãovermelho com as pontas de ambas as orelhas cortadas, foi comprado de João Ferreira**.** Há muita probabilidade que regresse para Oeiras ou para o Rio Mojú onde tem irmãos e conhecidos. Protesta-se contra

[198] Jornal Gazeta Oficial. Segunda-feira, 27 de dezembro de 1858 nº180. p. 4.
[199] AMANTINO, Marcia. **Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal "O Universal"-** 1825 a 1832. Locus revista de história, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 59-74, 2006. p. 65.
[200] AMANTINO. *Op. Cit.* 2006.p. 71.

> quem o acoutar, e gratifica-se contra quem o capturar, e o entregar no dito engenho ao seu Senhor[201].

É importante salientar que a descrição de marcas de bexiga nos escravos fugidos não indica necessariamente que se trate de doentes ativos e portadores do vírus da varíola, podendo ser casos superados em que a doença deixou suas marcas. Era praticamente impossível um escravo portador do vírus empreender tamanha fuga devido à debilidade que a enfermidade causava. De acordo com Crosby[202], seus efeitos são aterrorizantes: febre e dor; o aparecimento rápido de pústulas[203], que às vezes destroem a pele e transformam a vítima em uma massa hedionda de sangue.

Sob a perspectiva da saúde, os sinais de bexigas poderiam representar tanto marcas decorrentes da varíola no estado ativo da doença, porém, como já foi visto, era muito difícil um cativo fugir se estivesse nesse estado, devido à prostração física que a doença causava — ou esses escravos poderiam ter conseguido sobreviver a ela. Além disso, o termo bexigas, de acordo com o saber popular e médico da época, possuía uma série de variações, muitas delas indicativas de outras enfermidades, como a lepra, a sífilis e até mesmo um número incontável de dermatites[204]. Mesmo assim, essa fonte não deixa de ser de extrema importância para analisar as condições dos escravos que estavam em fuga naquele período. Vejamos o caso do escravo José:

> A Miguel Fernandes de Vasconcelos fugiu em julho do corrente ano um seu escravo de nome Jose, tendo 12 a 14 anos de idade pouco mais ou menos, e os seguintes sinais: cor curiboca, cabelo lizo, muito esperto, e falador, na ponta do nariz tem um sinal de bexigas, foi escravo do M Rev. Padre José Paulo da Costa da Villa de Cintra, e depois do falecido Dr. Antônio Felix de Avelos Góes de Brito inglês de quem o anunciante o comprou a mais de um ano nesta cidade, tendo ele sido anteriormente à posse do M. Rev. Padre José Paulo, escravo de Ignácio da Costa residente na Vila de Cintra e senhor da mãe e mais parentes do escravo anunciado, e consta com certeza que este para ali fugira, quem o apresentar nesta cidade ao anunciante será gratificado, e protesta-se na forma da lei contra quem o acoutar[205].

Outro fator que podemos ressaltar na análise dos anúncios são as razões das fugas. No caso de Pedro, ele poderia ter ido para Oeiras ou Rio Moju, pois lá teria a possibilidade de encontrar parentes e conhecidos. O mesmo se aplica a José, que teria fugido para Vila de Cintra

---

[201] Jornal Gazeta Oficial. Belém do Pará, 15 de julho de 1858. p. 4. col.ª – "Escravos fugidos".
[202] CROSBY, *Op. Cit.* 2011. p.210.
[203] Pequeno tumor na pele com supuração.
[204] MATTOS, *Op. Cit.* 2013.p. 5.
[205] Jornal o Velho Brado do Amazonas. Sábado, 25 de setembro de 1852 nº139 pág. 04.

para encontrar sua mãe e outros parentes. Segundo Bezerra Neto, os escravos buscavam, nas fugas, reconstituir suas relações de parentesco e reatar velhos laços de camaradagem. Sabendo da importância desses laços, os senhores de escravos buscavam repassar essas informações à polícia para facilitar a apreensão dos fugitivos[206].

A não aceitação do cativeiro era a principal razão que motivou os cativos a buscar tamanha empreitada. Uma alternativa encontrada por muitos escravos, segundo Márcia Amantino, seria fingir-se de forro. Assim, os escravos buscavam se misturar à população livre e mestiça[207]. Podemos observar o caso de Pedro no primeiro anúncio*: "propala que é forro, há possibilidade de que esteja em Santarém negociando"*; isso nos faz pensar na tentativa do escravo de gerir sua própria vida. Os anúncios nos mostram que havia casos de escravos que passavam muito tempo em fuga e seus senhores não desistiam de encontrá-los, a exemplo do mulato Vicente:

> Em 15 de janeiro de 1841, Vicente, mulato, de idade de 45 annos pouco mais ou menos, alto, corpo regular, cara bexigosa, dentes limados, padece de carnosidade nos olhos, trabalha de pedreiro e alfaite, foi nascido e baptisado na Freguesia de S. Miguel da Cachoeira do rio Guamá, solteiro, e filho da preta Euzebia[208].

O mulato Vicente foi um caso peculiar nas fontes analisadas. Ele havia fugido no ano de 1841, segundo informações do jornal *Treze de Maio* em 14 de agosto de 1855. Seu senhor apresenta suas características físicas, local de nascimento e ainda ressalta ser *"filho da preta Euzebia".* Segundo Bezerra Neto, o fato de destacar o nome de um parente próximo pode-se entender como um indício de que esta poderia ser uma pessoa conhecida na cidade, por isso foi mencionada[209]. Depois dessa data, a procura pelo cativo não cessou; mais duas notícias que avisam que o escravo continua em fuga aparecem no mesmo jornal em fevereiro de 1856, e mais uma nota em 1861 relatando que o escravo Vicente continua em sua incessante fuga.

O fato de o senhor não desistir de procurar o cativo nos faz levantar alguns questionamentos. O anúncio relata que Vicente tinha dois ofícios: pedreiro e alfaiate. Pode-se inferir que ele poderia ser escravo de ganho daquele senhor. Ao evadir-se, ele teria deixado o mesmo com certos prejuízos, perdendo aquela renda. Segundo Márcia Amantino, o cativo com

---

[206]BEZERRA NETO, José Maia. **Fugindo, sempre fugindo:** escravidão, fugas escravas e fugitivos no Grão-Pará *(1840-1888).* Dissertação apresentada a banca examinadora da Universidade Estadual de Campinas- SP, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em História Social. 2000. p. 141/142.
[207] AMANTINO. *Op. Cit.* 2006.p. 68.
[208] Jornal Treze de Maio, dia 30 de maio de 1855. Nº494 p.4.
[209] BEZERRA NETO, José Maia. **Histórias urbanas de liberdade:** escravos em fuga na cidade de Belém, 1860-1888. Afro-Ásia, núm. 28, 2002, pp. 221-250 Universidade Federal da Bahia. p. 236.

algum tipo de profissão tinha mais vantagens na fuga sobre os demais, tendo em vista que a fuga poderia assegurar a ele alternativas de vida e possibilidades de passar por uma pessoa livre[210]. Isso nos faz refletir sobre a vida de Vicente e dos outros personagens que aparecem fugindo; a partida do cativeiro, na busca por sua sobrevivência longe dos pesadelos da escravidão, nos faz pensar que eles estavam tentando ser autores de sua própria história.

Foi possível perceber que a análise dos registros de sepultamentos do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade, associada aos periódicos, pode nos proporcionar um leque de assuntos diretamente interligados à historiografia da saúde e das doenças no contexto da escravidão. Começando pelos momentos epidêmicos e a repercussão que estes tiveram na sociedade escravista no período analisado, mesmo não tomando proporções grandiosas, tiveram sua relevância. Diante do exposto, podemos perceber que os escravos estavam sujeitos aos mais variados tipos de doenças existentes; dependendo do período, encontravam-se mais ou menos propensos a elas, como foi o caso da febre amarela, associada à insalubridade nas cidades. Não sucumbiram muitos escravos, mas a doença teve sua incidência sobre eles, nos fazendo pensar que talvez sua origem possa estar relacionada a esse fato. Um dos relatos nos mostra que ela teria origem na África.

A varíola, sendo uma das mais antigas doenças conhecidas pela história, retornava sempre aos locais por onde já havia passado, como percebemos nos vários surtos da doença no Grão-Pará. O fato de não ter apresentado um alto grau de mortalidade nos anos analisados pode estar associado ao fato de ser uma doença já conhecida pela população, que já teria desenvolvido alguma adaptação a ela. A doença, quando não matava, deixava suas marcas nos corpos dos infectados, fato percebido nos anúncios de fuga. Sobreviver à varíola nos faz pensar sobre os vários métodos de imunização do século XIX, tendo em vista a forte presença da doença na região amazônica.

Aqueles que sobreviveram carregaram consigo estigmas pelo resto da vida, fato que se tornou de grande relevância na busca dos senhores por seus escravos fugidos. Nesse contexto, seria interessante analisar a luta desses senhores pelo viés de uma lógica de controle social do cativeiro, de obter de volta os escravizados para que servissem de exemplo aos demais, fazendo-os compreender que, independentemente de sua condição física, o senhor sempre tentaria manter o controle sobre sua escravaria.

---

[210] AMANTINO. *Op. Cit.* 2006.p. 63.

CAPÍTULO III

EM TEMPOS DE CÓLERA

3.1 A epidemia reinante de cólera-morbus.

> Antes que a repartição competente declarasse desembaraçado o navio, houve com ele uma prática clandestina: sete pretos escravos do Barão de Arary, vinham da ilha de Cotijuba, em um batelão carregado de materiais de construção, quando passaram pela "Deffensor", ancorada abaixo da fortaleza da barra, e a ela atracaram e venderam aos famintos e desgraçados colonos de peixe e frutas. Este contato deu como resultado a ser a tripulação toda atacada de Cólera, morrendo no dia no dia 27 de maio o preto Malaquias, depois Joaquim Jose, Fernando, Manoel e José Caiapó, salvando apenas Raymundo[211].

O relato acima data do ano de 1855, quando começaram as primeiras notícias sobre a cólera na província do Pará. A "galera *Deffensor"* foi a embarcação que, segundo os trabalhos de Arthur Vianna e Jane Beltrão[212], teria sido responsável por trazer a epidemia para a região. Havia partido de Portugal para o Pará com certo número de migrantes lusos que tinham como objetivo se engajar na Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas. Segundo Vianna, quando a embarcação ancorou no porto de Belém, já havia muitos doentes sucumbidos durante a viagem. Logo começaram as investigações acerca das mortes, para punir os culpados, tendo em vista as péssimas condições em que a embarcação se encontrava. Foi então enviada uma comissão de higiene para proceder às investigações. Antes que a comissão terminasse as averiguações, foi descoberta a prática clandestina descrita acima[213].

O contato com os escravos do Barão de Arary poderia ter dado início à propagação da cólera na província. A cólera-morbus, até então desconhecida pela população local, porém, já era de se esperar que tal moléstia viesse a acometer a cidade, tendo em vista que, na mesma década, já se alastrava pelo mundo, como podemos observar no periódico a seguir, datado de 1853.:

> A notícia mais importante que temos que comunicar aos leitores é que o cólera, o qual, conforme já noticiamos em outra ocasião, estava fazendo estragos não só na Ásia como também em vários estados do Norte da Europa, rebentou ultimamente na Inglaterra, e ameaça invadir a França[214].

---

[211] VIANNA, Arthur. **A Santa Casa da Misericórdia Paraense**: noticia histórica 1650-1902. 2º Ed. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1992. (Lendo o Pará. II).p.197.
[212]BELTRÃO, Jane Felipe. **Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004. VIANNA, *Op. Cit*. 1992.
[213] VIANNA, *Op. Cit*. 1992.p. 198.
[214] Treze de Maio, dia 31 de outubro de 1853, p.4.

O noticiário nos chama a atenção para a situação de Belém, pois a cólera já dizimava vidas na Ásia e no Norte da Europa, passando pela Inglaterra e ameaçando a França. Ou seja, a notícia traça uma possível rota da moléstia, deixando os leitores em alerta, pois, creio, na visão deles, ela não tardaria a chegar à região Amazônica, o que, como visto em linhas anteriores, não demorou a ocorrer.

É importante salientar que os relatórios provinciais nos mostram que há notícias da possível chegada da barca no dia 14 de maio de 1855, e que a bordo dela morreram de cólera 36 colonos[215]. Depois desse episódio, a doença propagou-se pela província com caráter mortífero. No entanto, de acordo com os registros de sepultamentos do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade do ano de 1855, já se haviam listado pessoas que faleceram de cólera antes dessa data (no mês de janeiro); ou seja, não podemos afirmar que a doença foi trazida por essa embarcação em maio, podendo ter sido originada por outra, já que antes de sua chegada já existem registros de cólera[216], No entanto, só tomou caráter epidêmico a partir daquele fatídico episódio com a Deffensor.

A cólera é uma doença infecciosa associada à má conservação de gêneros alimentícios. É causada pela bactéria *Vibrio cholerae*[217], que, presente na água ou em alimentos, provoca diarreia. Propaga-se em ambientes com más condições de higiene e saneamento, deixando o doente debilitado. Nos casos mais graves, a pessoa, no estado ativo da doença, *"apresenta vômitos, cólicas, ausência de pulso, voz rouca, pele flácida formando grandes dobras com pressão nos olhos e outros sintomas que podem levar à morte"*[218]. De acordo com Jane Beltrão, morrer de cólera era considerado humilhante, tendo em vista que os coléricos perdem suas características humanas e morrem como bichos[219]; daí o medo de muitas sociedades acometidas pela doença. Podemos confirmar tal percepção na imagem abaixo, que mostra o antes e o depois de uma moça acometida pela cólera em Viena.

---

[215] Exposição, *Op. Cit.* 1855. p. 3.
[216] Foram encontrados no mês de janeiro dois casos de cólera, sendo dois homens livres. Fructuoso Jose Texeira, de 53 anos, era mulato e tinha ocupação de alfaiate, e Olimpio Jose de Almeida, tinha 20, era cafuz, e tinha 20 anos de idade, e era carpina.
[217] NEVES, Jayme; MENDONÇA, João Silva; LOPES, Paulo Francisco; PEÇANHA, Paulo Mendes; FILHO, Sylvio Rodrigues Torres; TAVARES, Walter**. Cólera Risco e Desafio**. Merck. 1991.p.12.
[218] BELTRÃO, *Op. Cit*. 2004. p. 29.
[219] BELTRÃO, Jane Felipe. **Cólera e Gentes *de Cores* ou o Acesso aos Socorros Públicos no Século XIX**. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 14(2):257-282, 2004.p. 266.

Figura 4. Uma mulher de Viena aos 23 anos e idade, retratada antes e depois de contrair cólera na primeira grande epidemia da Europa no ano de 1831. Foto: reprodução/ sciencefocus.

As epidemias que desembarcaram no Império tiveram grande impacto social e econômico. Nesse sentido, durante os surtos e após eles, houve uma mudança na forma como o Estado passou a tratar a saúde pública no século XIX, como observamos no primeiro capítulo. O que antes ficava a cargo das Santas Casas e de órgãos de caridade, com o avanço de grandes epidemias, a responsabilidade do poder público aumentou, organizando medidas de serviços de saúde e assistência à população, como foi o caso da criação de Comissões de Higiene Pública pelas províncias, órgãos responsáveis por fiscalizar e controlar a sociedade durante períodos epidêmicos[220].

Nesse sentido, como mais uma vez a doença chegou pelos portos da cidade, logo as autoridades responsáveis buscaram tomar providências na tentativa de conter o avanço da enfermidade pela capital e pelo interior. Novamente a fiscalização dos portos foi acionada como medida profilática, bem como a vistoria dos navios, como podemos observar abaixo:

> Medidas Preventivas que devem ser seguidas nos Portos do Brasil.
>
> 1ª Todo navio que chegar ao brasil procedendo de porto em que reine a Cholera - morbus, ou tendo tocado em algum infeccionado de tal enfermidade será admitido a livre pratica, salvo se tiver tido, pelo menos 25 dias de viagem, contados do ultimo d'aqueles portos, e não haver-se manifestado durante o seu trajeto caso algum da mesma enfermidade.

[220] KODAMA, Kaori. **Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856)**: uma análise preliminar. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v.19, supl., dez. 2012, p.59-79. Rio de Janeiro.p.61.

> 2ª Se houver ou tiver havido abordo de qualquer navio algum caso de cholera-morbus, além de desinfecção do mesmo navio, das mercadorias e mãos objetos, serão os passageiros sujeitos a uma quarentena por tantos dias de observação, quantos forem necessários para os dias marcados[221].

Sendo assim, a partir do momento em que tomou conhecimento da emergência sanitária na província, o governo buscou medidas preventivas para auxiliar no combate à moléstia, implantando ações que buscassem amparar a população adoecida. A Santa Casa de Misericórdia, principal hospital da época, informou em 1855 que *"faz público que no Hospital da Caridade se recebem a qualquer hora do dia ou da noite as pessoas atacadas pela moléstia dominante"*. Mas, com o avançar da doença, somente esses órgãos de saúde não davam conta da demanda, e foi necessário criar uma enfermaria para socorrer os flagelados, conforme observado na exposição abaixo:

> Todos os facultativos da Capital foram encarregados do tratamento desses enfermos, e de subministrar lhes as quantias necessárias para dietas, fornecendo os boticários os medicamentos precisos, e uma Comissão composta dos cidadãos Joaõ Lopes de Freitas, Joaquim Antonio Alves e Jacinto José Ferreira foi incumbida da distribuição geral dos socorros. Não sendo suficiente o Hospital da Caridade para nele se tratarem os enfermos indigentes, e as pessoas que adoeciam a bordo dos barcos e canoas, que demandam o porto desta capital, foi autorizado o Provedor da Santa Caza da Mizericordia a estabelecer, por conta do Governo uma enfermaria no bairro da Campina, para onde fossem conduzidos todos os enfermos que se achassem naquelas circunstancias[222].

De acordo com Jane Beltrão[223], os moradores dos bairros da Campina e da Trindade representavam uma ameaça à saúde pública, pois ali eram moradia de escravos, libertos, pobres e recém-chegados de Portugal. Foram a eles atribuídos estigmas como: displicentes, beberrões, melancólicos, fanfarrões. Por essas características, representavam um perigo social e, por isso, eram mais vigiados que as pessoas do centro da cidade, sendo-lhes muitas vezes atribuída a culpa pela disseminação da cólera na província.

A enfermidade espalhou-se pela capital e por outros pontos da província, rapidamente acometendo vítimas e fazendo estragos[224]. Como havia o desconhecimento da doença por grande parte da população, principalmente nas localidades distantes da capital, as pessoas começaram a tomar medidas drásticas, como foi o caso de Cametá:

---

[221] Jornal Treze de Maio, 24 de julho de 1855. p.1.
[222] Exposição, *Op. Cit.* 1855. p. 4.
[223] BELTRÃO, *Op. Cit*. 2004. p. 254.
[224] Exposição, *Op. Cit.* 1855. p. 4.

> Logo que soube que a epidemia estava assolando a Cidade de Cametá, para ali se dirigiu em pessoa, levando m sua companhia o Dr. em medicina José Ferreira Cantão, dinheiro e medicamentos para socorrer seus aflitos habitantes. Ai teve que presenciar as mais pungentes cenas, por que a população aterrada pelos estragos que a moléstia fazia, e pela fatal ideia de que era contagiosa, fugia espavorida para fora da cidade, deixando os enfermos em abandono, e os cadáveres dos que faleciam insepultos[225].

A exposição exibe mais uma vez a preocupação das autoridades em socorrer e auxiliar a população, não somente da capital, como em outras localidades, como foi o caso de Cametá, que recebeu assistência do governo provincial em dinheiro, medicamentos e profissionais de saúde. Ainda de acordo com a mesma fonte, ao regressar do auxílio aos doentes naquela cidade, o referido médico foi *"acometido da mesma moléstia, e tão violentamente, que em poucas horas sucumbiu, exalando o último suspiro ao chegar ao vapor"*[226].

Depois de mais averiguações por parte dos facultativos da época a respeito da cólera, novas medidas começaram a ser tomadas no combate à proliferação. Como a enfermidade estava ligada ao saneamento básico e à má alimentação da população na cidade, novas profilaxias começaram a ser adotadas pelas autoridades, principalmente o envio de medicamentos[227], instruções médicas e quantia para os cuidados com a alimentação, como podemos observar na exposição a seguir:

> Estando já a este tempo tomados do mal quase todos os pontos da Província, exceto as Villas de Monte Alegre, e de Macapá, e a Cidade de Bragança, onde não consta até hoje, que tivesse penetrado, fiz remeter para todos eles, e por diferentes vezes, porções de medicamentos, e as necessárias instruções medicas para a sua aplicação aos enfermos, e para muitos deles também lenções, cobertores e as quantias precisas para dietas, como tudo melhor verá V. Exª das contas, que devem apresentar dessas e de outras remessas e despesas anteriormente feitas, os inspetores da Thesouraria e do Thesouro Provincial, por onde tem corrido[228].

Seguindo a mesma linha, Kaori Kodama ressalta que, semelhante ao que ocorreu em outros países, as epidemias estão diretamente ligadas às condições de vida de cada indivíduo, fato perceptível nos relatórios médicos do período. Segundo a autora, o pensamento médico da época advertia que a cólera incidiu entre os escravos e a população pobre em geral, pois esses

[225] Exposição, *Op. Cit.* 1855. p. 5.
[226] Exposição, *Op. Cit.* 1855. p. 5.
[227] Na exposição não fala que tipo de medicação serão entregues aos doentes, só é mencionado que serão enviados medicamentos, mas não especifica.
[228] Exposição, *Op. Cit*. 1855. p. 6.

habitavam moradias insalubres, tinham péssimas condições de trabalho e não se alimentavam de forma adequada[229].

Sendo assim, havia uma preocupação por parte do governo em iniciar uma reforma urbana e sanitária na cidade, como os relatórios demonstram: *"Todo melhoramento de que necessitavam as valas, o esgotamento dos pântanos*[230] e, principalmente, o tratamento da água potável começou a dar seus primeiros passos a partir de 1851, com *"a construção de chafarizes ou bicas com água potável para distribuição em diferentes pontos da cidade. Incontestavelmente, o que se deve fazer é oferecer ao povo boa água potável; o luxo é necessário"*[231]. Segundo Rosilene Farias[232], os caminhos que a cólera seguiu pelo mundo desde sua origem revelam a insalubridade das cidades e a falta ou precariedade dos serviços públicos de esgoto e de abastecimento de água como principais fatores de proliferação da doença.

Caso semelhante ocorreu em Recife, onde a condição da água na época da epidemia de cólera ainda era precária. Os habitantes da cidade consumiam água das cacimbas e dos poços — como em Belém antes das mudanças — ou mandavam buscá-la em Monteiro ou em Beberibe, de onde era transportada por escravos em canoas reconhecidamente desprovidas de higiene. O acesso limitado às redes de esgoto, o destino impróprio dado ao lixo e a oferta insuficiente de água tratada formavam um quadro de má gestão ambiental, contribuindo para a epidemia de cólera[233].

As embarcações, na maioria das vezes inadequadas para viagens de longa duração, eram lugares propícios à manifestação e propagação da cólera, ceifando vidas nos navios superlotados de imigrantes. Chegando a Belém, encontrou ambiente favorável devido às condições climáticas da época, em transição da estação chuvosa para a seca[234]. Tendo em vista que a bactéria se multiplica facilmente em temperaturas quentes, encontrou na província ambiente conveniente para sua proliferação. Assim sendo, o poder público, na figura da Comissão de Higiene, também utilizou o método da desinfecção de ambientes domésticos e comerciais, na tentativa de evitar a propagação da doença, principalmente após a morte de familiares, como podemos observar a seguir:

---

[229] KODAMA, *Op. Cit.* 2012.p. 62.
[230] Relatório, *Op. Cit.* 1851.p.20.
[231] Relatório, *Op. Cit.* 1851.p.24.
[232] FARIAS, Rosilene Gomes. **Recife nos tempos do Cólera**. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 7. N* 82. Julho de 2012.
[233] FARIAS, *Op. Cit*. 2012.
[234] VIANNA, *Op. Cit*. 1975. p. 116.

> Mandar limpar e desinfetar casas onde morreram pessoas com epidemia reinante, bem como inspecionar casas e depósitos de comestíveis.
>
> Constando-me que muitos cadáveres ficam insepultos de um dia para o outro, o que não pode deixar de trazer graves males, tenho a recomendar-lhe que, o mais tardar, duas horas depois do falecimento devem achar-se no cemitério e a casa desinfetada e caiada, segundo as recomendações que lhe fiz em ofício com data de ontem. Senhor provedor, da Santa Casa da Mizericordia[235].

Em outubro do mesmo ano, com o avançar da doença, a Comissão de Higiene solicitou auxílio do chefe de polícia para tomar providências a respeito das medidas impostas pela comissão. Tendo em vista que muitas pessoas não queriam aceitar as ordens de higienização a respeito dos cuidados com a cólera, a Comissão de Higiene declarou que:

> A fim de providenciar, quanto for possível, os estragos que acompanham uma epidemia, determino a V. Mc. Que de acordo com o Chefe de Polícia tome todas as providencias de modo, que logo que se der um caso fatal de epidemia reinante, a casa onde tiver tido lugar seja imediatamente caiada, desinfetada, e passe em fim todos os meios higiênicos que a arte aconselha. Neste mesmo sentido acabo de oficiar do Dr. Chefe de polícia, determinando-lhe que expeça suas ordenas a fim de que V. Mc. Seja auxiliada pelos delegados, subdelegados e Inspetores de Quarteirões- Sebastião Rego Barros- Senr. Dr. Provedor da Santa Casa de Misericórdia[236].

Outro aspecto importante a ser ressaltado sobre a epidemia de cólera-morbus na província do Pará foi a questão do abastecimento na cidade. O surto epidêmico não causou apenas mortes; houve bastante fome por conta da doença, boa parte do comércio foi interrompida e a escassez de alimentos começou a reinar na cidade. Sidiana Macêdo destaca que a epidemia contribuiu para a falta de produtos de primeira necessidade[237]. O então presidente provincial, Dr. Moraes, relata que:

> A fome, porém, este outro flagelo desolador ameaçava já seus habitantes, e começava a aumentar o horror da situação, pela escassez e alta dos preços dos viveres, ocasionada pelo terror e estragos da moléstia reinante, que tinha interrompido quase todo o comercio do interior com a capital[238].

Na tentativa de amenizar os problemas, o governo passou a tomar outras medidas para auxiliar a população. Recorreu aos principais proprietários de gado do Marajó que, juntamente com as fazendas nacionais, ficariam encarregados de enviar todo o gado disponível para suprir

[235] Jornal Treze de Maio, 25 de outubro de 1855. p.4.
[236] Jornal Treze de Maio, 25 de outubro de 1855. p.4
[237] MACÊDO, *Op. Cit.* 2009. p. 98.
[238] Exposição, *Op. Cit.* 1855. p. 7.

a capital[239], bem como pediu auxílio a outras províncias do Império, tais como: Maranhão, Ceará e Pernambuco. Vieram delas, *"para a dieta dos enfermos pobres, 200 galinhas, e para os de Cametá, 100; para o fornecimento da tropa, 103 sacas de farinha"*. Dos demais itens alimentícios, o presidente determinou que fossem vendidos ao povo pelo mesmo preço que custaram ou, na falta destes, que os preços fossem mais razoáveis[240]. Mas mesmo com todas as medidas tomadas pelo governo, a cólera continuou ceifando muitas vidas, como mostra o relatório:

> Apesar de todos estes socorros e providencias grande tem sido o número das vítimas e o estrago que a cruel epidemia tem feito entre nós. Só nesta capital faleceram dela deste os últimos dias de maio em que começou a grassar até hoje 670 pessoas. Em Cametá, Santarém, Óbidos e em outros lugares a mortandade foi espantosa, mas só se poderá bem apreciar esta perda, depois que chegarem os mapas da mortalidade, que exige dos párocos, e das autoridades policiais, e juízes de Paz[241].

O poder público também ampliou suas orientações sobre a proliferação da cólera para os membros da Igreja Católica, na tentativa de evitar a propagação da doença nos locais mais distantes da província. Passou então a interferir em algumas práticas religiosas, vistas por eles como um perigo à saúde, principalmente por se tratar do mês de junho, que, de acordo com as fontes analisadas, foi um período de maior incidência da doença. Por esse motivo:

> Determino que os Sacerdotes que existem nessa Cidade, nem um deles se retire da freguesia para poder acudir com Sacramentos aos fieis moribundos, a todos dou licença para confessar um e outro sexo. Deus guarde a V. Sa. Palácio Episcopal do Pará. 25 de junho de 1855- José Bispo Rvmº Senr. Serafim dos Anjos Sacramento, Vigário lotado da freguesia de Cametá[242].

Em contrapartida, em outros locais da região houve prática contrária, havendo permissão para que os sacerdotes socorressem os enfermos, mesmo que este socorro fosse apenas espiritual:

> O Cura da Freguesia da Sé faz público que são seus Coadjutores os Reverendos Senrs Beneficiado Lasaro Pinto Moreira Lessa, e Padre José Maria Ferreira aquele morador da Rua Formosa, a este na travessa da Atalaia, assim como que por S.Exº Reverendo estão autorizados todos os Sacerdotes moradores na dita freguesia, para prestarem socorros espirituais aos enfermos e para que não sofram privações os ditos enfermos poderão recorrer ao sacerdote mais vizinhos não se negando o dito a Cura a qualquer chamado a toda hora do dia, e da noite[243].

---

[239] MACÊDO, *Op. Cit.* 2009. p. 97.
[240] Exposição, *Op. Cit.* 1855. p. 9.
[241] Exposição, *Op. Cit.* 1855. p. 10.
[242] Jornal Treze de Maio, 25 de junho de 1855. p. 2.
[243] Jornal Treze de Maio, 25 de junho de 1855. p. 4.

O socorro espiritual pode ser analisado no sentido de que, por muitas vezes — desde a Idade Média —, as doenças que atingiram a humanidade foram associadas pela Igreja Católica a castigos divinos. As pessoas que passavam por tais flagelos eram consideradas portadoras de punições de Deus por seu mau comportamento, por suas práticas mundanas ou até mesmo por se afastarem da Igreja. Nos periódicos, foi possível perceber solicitações de permissão para fazer procissões a fim de rogarem a Deus pelo fim da epidemia de cólera. Segundo Jane Beltrão[244], os santos que protegem os fiéis contra a peste foram frequentemente invocados durante a epidemia, como podemos analisar abaixo:

> Neste momento acabo de receber a honra, que V.Exm por sua imensa bondade quis proporcionar-me, de me consultar sobre a conveniência higiênica de se conceder ou negar licença aos devotos, que pretendem sair em procissão pelas ruas desta capital com algumas imagens, com o fim de pedirem a Deus por semelhante forma de extinção da epidemia reinante[245].

A prática religiosa descrita foi bastante comum nos períodos epidêmicos. A principal explicação para a reincidência de uma nova epidemia, neste caso a cólera, seria, para alguns eclesiásticos, o esquecimento da epidemia anterior de febre amarela, em 1850. Após a passagem da epidemia de 1850, as pessoas teriam esquecido de Deus e voltado a pecar; por esse motivo, a província teria sido atacada pela cólera, e agora era necessário livrar-se mais uma vez desse novo castigo, suplicando a Deus e aos seus intercessores.

> Mãe da Mizericordia, Virgem de Belém ouvi os rogos de um pastor que suplica por suas ovelhas, por pecadores de quem sois Mãe, levai os nossos rogos ao Throno de Vosso Filho, conseguir o perdão de nossos crimes e a extinção do mal que somos flagelados pela Justiça Divina.
>
> Determinamos que nas Igrejas matrizes desta capital durante a enfermidade reinante se reze o terço de Nossa Senhora a boca da noite e se recitem outras orações que deixamos ao arbítrio dos Reverendo Párocos. O Conego Mestre-Escola Antonio José de Souza Loureiro, secretario do Bispado[246].

Mesmo com todos os socorros públicos e religiosos, o estado de saúde da província e do seu interior, no contexto da epidemia de cólera, era de calamidade pública. A doença avançava contra todos, independentemente da classe social — o vice-presidente da província,

---

[244] BELTRÃO, *Op. Cit*. 2004. p. 270.
[245] Jornal Treze de Maio, 16 de junho de 1855. p. 6.
[246] Jornal Treze de Maio, 09 de junho de 1855. p. 2.

Dr. Angelo Custódio Correa — faleceu por cólera. É consenso que a população mais pobre, seja escrava ou livre, foi a mais acometida pela enfermidade, tendo em vista que a doença está associada à má alimentação e às péssimas condições de moradia e de trabalho. Mesmo com os auxílios e as medidas profiláticas, ainda havia aqueles que, ao serem atacados pela doença, não conseguiam chegar aos locais de atendimento, caindo doentes pelo caminho e sendo acolhidos pela caridade do próximo, como observamos abaixo:

> Uma boa ação
>
> Ontem ao meio dia, passando de carro Illm. Senr. Dr. Argemiro Antonio Correa do Rego pela rua de Matacavallos, deparou com uma preta que se achava afetada de moléstia reinante, sentada na soleira da casa da mesma rua n°180, então ele, apeando-se, fez-lhe as primeiras aplicações, e pediu a dona da casa para recolher a preta enquanto ele mandava buscar uma rede no posto médico da Freguesia de Sant'Anna; não sendo o seu pedido atendido , mandou que se a preta fosse posta no seu carro, e conduzida para lugar competente. E este um dos atos de caridade praticados pelo Illm. Senr. Dr. Argemiro, que muito honra a sua profissão medica[247].

A historiografia recente vem demonstrando que as pessoas escravizadas e pobres acometidas pela cólera foram as que mais morreram. Não podemos esquecer que nem todos os que foram acometidos pela doença pereceram. Nas fontes analisadas, além dos escravizados vitimados, as pessoas livres sepultadas no Cemitério da Soledade eram o que Jane Beltrão denominou de "gentes de cor"; nesse caso, ser livre não significava ser rico ou ter boa vida. Muitos dos livres sepultados eram mulatos, tapuios, mamelucos, pardos, caboclos, pretos e tinham ofícios não bem remunerados: remeiros, carpinteiros, lavradores, sapateiros, aprendizes de pedreiros e pessoas sem ofício, o que diz muito sobre suas condições de vida.

É importante ressaltar que, seja qual for a epidemia analisada, o número de acometidos por esses males pode ser bem maior do que as fontes permitem alcançar. Isso porque muitas pessoas que morreram de cólera não foram registradas nas fontes dos cemitérios; algumas não tinham condições de pagar pelo enterro, outras foram enterradas em outros cemitérios, e havia ainda aquelas enterradas nos interiores da capital. Nesse sentido, Jane Beltrão afirma que:

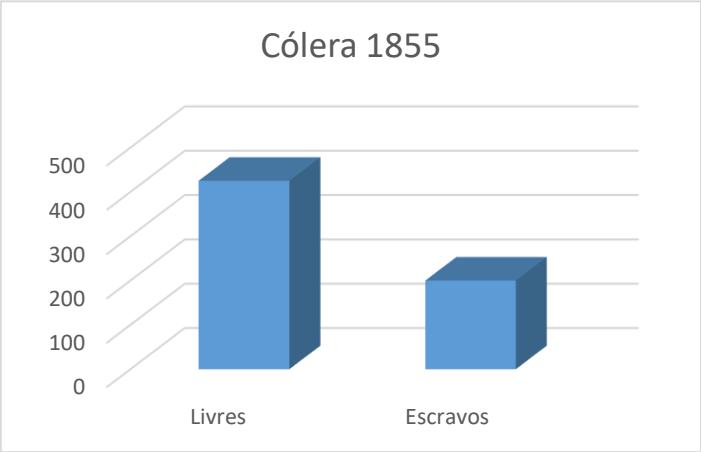
> Quanto aos enterramentos fora da Soledade, estes podem ter sido motivados pela impossibilidade de os parentes das vítimas arcarem com as despesas. Como a capital possuía espaços pouco controlados – como as matas secundárias nos subúrbios e os pântanos que se espalhavam por todos os lados –, é possível que as gentes e até mesmo negociantes e comerciantes proprietários das rocinhas (propriedades rurais) providenciassem os enterramentos nesses lugares para evitar o pagamento das

[247] Jornal Treze de Maio, 18 de outubro de 1855. p.3.

> esmolas pelo enterramento e do transporte dos mortos à Soledade. Podem, assim, ter consentido ou "ignorado" o sepultamento de escravos[248].

No ano de 1855, temos registrados 1.843 mortes. Destes, 1.323 eram de pessoas livres, ou seja, aproximadamente 71% dos sepultados, e 520 eram da população escravizada, representando 29% dos escravizados. Dos 1.323 registros de pessoas livres, 425 faleceram de cólera (sendo que esta moléstia aparece em suas mais variadas denominações: cólera asiática, cólera esporádica, cólera-morbus, colérico, cólera miasmática, dominante de cólera), ou seja, aproximadamente 32% da população livre. No que se refere à população escravizada, dos 520 escravizados que foram listados nos registros de sepultamento, 196 morreram de cólera, chegando a aproximadamente 38% da população escravizada.

Gráfico XIII



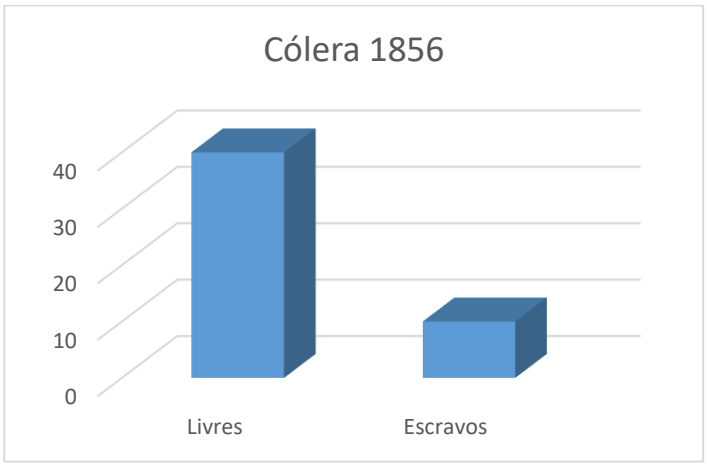
No ano de 1856, a cólera continuou a propagar-se pela província, mas com uma intensidade um pouco menor que o ano anterior, perdendo seu grau de epidemia, como aponta o presidente da província Rego Barros:

> O estado de saúde pública já há muito não nos causa temor: a epidemia que tantas vidas arrebatou a esta florescente Província, e que continua a fazer vítimas em outros pontos do Império já nos deixou desde fins do mês de janeiro último, e a não ser um ou outro caso fatal de febre amarela poderíamos dizer que nenhuma moléstia contagiosa ou epidemia nos persegue atualmente[249].

[248] BELTRÃO, *Op. Cit.* 2004. p.261.
[249] Exposição apresentada pelo Emxº Senr. Conselheiro do Rego de Barros, presidente da Província do Grão-Pará, ao Exmº Senr. Tenente Coronel d' Engenheiros Henrique de Beaurepaire Rohan, no dia 29 de maio de 1856, por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província. p. 8.

Foram listados neste ano 824 assentamentos, dos quais 597 eram de pessoas livres, representando aproximadamente 72% da população. Apenas 40 foram acometidos por essa enfermidade, chegando a apenas 6%. Na população escravizada, temos 224 registros, representando aproximadamente 28% dos cativos listados. Apenas 10 sucumbiram à cólera, ou seja, 4% da população escravizada foi vítima dessa moléstia neste ano.

Gráfico XIV



Em 1857, a cólera começou a cessar na província. Neste ano, foram registrados somente dois casos da doença: Joaquim, livre, de 1 ano de idade, filho de Felicidade, e o da escrava Cincinata, de apenas 5 meses de idade, filha de Madalena e cativa de José Rodrigues. Nos anos seguintes, 1858 e 1859, a cólera desapareceu dos registros de sepultamento. Esse fato pode estar associado aos cuidados das autoridades da província e da população com o primeiro surto da doença. Desde o início da década de 1850, a província do Grão-Pará já vinha sofrendo com outras epidemias. Ou seja, é possível que os habitantes e o poder público já estivessem preparados, tendo em vista os avanços dos meios de combate às doenças. Além disso, os cuidados com o saneamento básico e a higiene dos logradouros públicos e o abastecimento de água na cidade melhoraram após o avanço dessas enfermidades na capital. A atuação do Estado no combate à epidemia, mesmo que de forma preventiva, demonstrou-se aparentemente eficaz, tendo em vista que, naquela década, a doença foi aos poucos desaparecendo dos relatórios e dos periódicos.

Essas informações nos fazem perceber como era o cotidiano da população em Belém, tanto para livres quanto para escravizados. As epidemias que devastaram a cidade nos fazem refletir sobre como a população sofreu com o impacto desses males, tendo em vista que a

maioria veio de modo inesperado. Ademais, podemos analisar como determinadas doenças acometiam a sociedade e como ela procurava se defender de tais doenças, buscando recursos para o combate às moléstias. A análise dessas enfermidades está associada aos mais variados aspectos sociais e políticos, que foram capazes de reorganizar a vida de muitos indivíduos que passaram por essa época.

3.2. A Cólera e a perda da mão de obra.

É importante ressaltar o quanto os estudos das doenças estão relacionados à perda de escravizados. Veremos qual foi o reflexo da cólera para os proprietários de escravos; a seguir, teremos uma análise sobre o perfil desses cativos. Quando me refiro ao perfil desses, quero dizer se eram homens ou mulheres, crianças, jovens ou adultos, e a idade em que faleceram, pois, essa análise é de grande importância para o estudo, já que para o senhor representava prejuízo a perda de uma determinada quantidade de cativos. A pior perda seria se este estivesse, digamos, na idade produtiva, que se iniciava aos 10 anos; um cativo entre 10 e 20 anos estava no auge da produção.

Para Bezerra Neto, o índice da população produtiva poderia ser até 39 anos. Sendo ainda jovem, o escravo poderia trazer muito lucro para o senhor. O historiador aponta que, a partir dos 8 anos, as crianças cativas começaram a ser integradas no mundo do trabalho, começando a aparecer em anúncios de venda, compra e aluguel de escravos[250]. As crianças foram aproveitadas desde muito cedo na labuta diária de todos os serviços, sejam eles domésticos, como aponta o *Jornal do Pará*: "*João Diogo C. Malcher está autorizado a vender uma escrava de 10 anos de idade, própria para o serviço de uma casa"*[251]**.** *"Nesta tipografia se diz quem tem para vender uma mulatinha de 12 anos de idade, própria para brincar com crianças"*[252]**,** Trabalhavam ainda na lavoura e, em alguns casos, até como mão de obra mais qualificada, como demonstra o jornal *O Planeta*: "*Quem quiser vender uma mulatinha recolhida de 12 a 16 anos com princípios de costura, doces e goma, dirija-se a esta tip. se dirá com quem se deve tratar"*[253].

---

[250] BEZERRA NETO, José Maia. **Por Todos os Meios Legítimos e Legais**: As lutas contra a escravidão e os Limites da Escravidão (Brasil, Grão Pará; 1850-1888). Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009..p.83.
[250] Jornal Correio dos Pobres, dia 25 de maio de 1852. p.188.
[251] Jornal do Pará, ano de 1867. p. 3. 3º Coluna. Qui. 21. 10. 1869 nº 240
[252] Jornal do Pará, ano de 1867. p. 4. 3º Coluna. Sexta feira 17.07.1874 nº158.
[253] Jornal o Planeta, Sábado, 01 de fevereiro de 1851, ano III nº104 pág. 04.

No que se refere à idade produtiva, podemos perceber, em uma nota de jornal chamada "Primeiro Relatório", apresentada à presidência da província, uma reclamação de donos de engenhos do Recôncavo Baiano sobre a necessidade de reformas nos engenhos e a necessidade de mão de obra escrava, pois estão morrendo mais escravos do que nascendo.

> [...] além disto, se a morte dos escravos adultos, deixa um vazio na força efetiva dos engenhos, e se os que nascem só no fim dos 12 ou 14 anos, depois de ter gasto com a criação metade pelo menos do seu valor, começam a dar serviços[254].

É importante salientar que, seja qual for a enfermidade que acometeu a população, suas vítimas podem ter sido bem maiores do que os registros de sepultamento revelam, principalmente quando se trata de enterros de escravos. Muitos dos sepultamentos registrados no Cemitério de Nossa Senhora da Soledade foram pagos (há um campo referente a esse pagamento nas fontes), possivelmente por seus senhores ou por irmandades. Havia também aqueles que eram pagos pelo Estado, porém houve aqueles que não tiveram a mesma sorte de ter um enterro no "Campo Santo"[255].

Era comum um mesmo senhor perder vários escravos no mesmo ano, ou em anos consecutivos. Temos, a priori, três exemplos: o senhor Vicente Antônio de Miranda, que perdeu 5 escravos no ano de 1852; o senhor Arch Campbell, que perdeu 9 escravos em 4 anos consecutivos; e a Santa Casa de Misericórdia, que perdeu 13 escravos em 4 anos. Os números aparentemente são pequenos, mas não devemos pensar assim, tendo em vista que estamos nos referindo a possíveis plantéis urbanos, já que são escravos registrados na cidade de Belém e que trabalhavam e talvez morassem na capital.

Mesmo com todas as proibições impostas aos traficantes de escravos, incluindo a abolição do tráfico negreiro em 1850, muitos carregamentos de escravos continuaram a chegar ao Brasil ilegalmente. Foi um momento de aproximação do fim da escravidão, que sabemos ter sido gradativo, e não imediato. Bezerra Neto[256], nos mostra que, desde 7 de novembro de 1831, o tráfico de escravos estava totalmente proibido no Brasil, tornando-se atividade de pirataria e, portanto, ilegal, embora tenha continuado a existir até 1850 como contrabando. Somente então foi efetivamente combatido pela lei Eusébio de Queirós, que visava pôr fim ao tráfico negreiro, o que, evidentemente, prejudicava os senhores de escravos, tendo em vista que os africanos

---

[254] Jornal Nossa Senhora do Ó, dia 15 de outubro de 1855.p1 e 2.
[255] SILVA, Érica Amorim**. Cotiano da Morte e a Secularização dos Cemitérios em Belém na segunda metade do Século XIX,** (1850-1891). Dissertação apresentada a banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica do PUC/SP, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em História Social. 2005.
[256] BEZERRA NETO, *Op. Cit.* 2001. p. 98.

eram a principal mão de obra da época. É possível pensar que, por esse motivo, a mão de obra africana estava se tornando cada vez mais cara. Segundo Kátia Mattoso[257], como estava ficando difícil a negociação desses cativos por conta das fiscalizações, o preço subiu. Os anos de 1860 a 1870 foram o período em que o preço dos cativos atingiu seu ápice.

Era um período em que a mão de obra escravizada estava ficando cara, devido às condições da época, como já mencionado anteriormente: o fim do tráfico negreiro em 1850, mesmo este não sendo tão significativo, já que muitas "remessas" de escravos continuaram chegando ao Brasil. No entanto, era um meio de dificultar a entrada dessa mão de obra no país, o que poderia encarecer a venda dos cativos. Para o senhor, perder certo número de escravizados poderia ser um prejuízo que muitos não queriam ter, já que é possível que eles não possuíssem um elevado número de escravos em seus plantéis, por serem escravos urbanos. Quando se trata de cativos dessa categoria, é preciso considerar pequenos plantéis, ao contrário das grandes fazendas que possuíam grande quantidade de escravizados. Segundo Laurindo Júnior, perdê-los por fuga, roubo, questões judiciais e policiais ou qualquer outro motivo era sinônimo de grande prejuízo, especialmente para senhores de poucos escravos, pois contribuíam bastante para a subsistência do senhor e eram altamente vendáveis[258].

A cólera foi a epidemia que mais preocupou os senhores em 1855, por ser uma doença diretamente ligada a questões sanitárias e alimentares, considerando-se as condições a que os cativos eram submetidos. Os escravos foram bastante acometidos por esse mal no período epidêmico, causando perdas aos senhores. Vejamos abaixo exemplos de senhores que, em 1855, perderam certa quantidade de escravos para diferentes doenças, entre elas a cólera. Ao contrário dos senhores citados anteriormente, que aparecem nos registros perdendo cativos em diferentes anos, a maioria dos senhores de escravos que veremos a seguir aparece apenas uma vez, mas perdeu, em um único ano, um número considerável de escravos superior ao daqueles que os perderam em anos consecutivos.

[257] MATTOSO, *Op. Cit.* 1998.p. 117.
[258] LAURINDO JÚNIOR, Luís Carlos. **A Cidade de Camilo**: escravidão urbana em Belém do Grão-Pará (1871-1888). Belém: PPHIST/UFPA, 2012, Dissertação de Mestrado em História Social da Amazônia.p.97.

LIVROS DE SEPULTAMENTOS DO CEMITÉRIO DA SOLEDADE 1855[259]

ANO	NOME DO SENHOR	N° DE ESCRAVOS	INFORMAÇÕES SOBRE O ESCRAVO				
			Nome	Sexo	Idade	Oficio	Moléstia
1855	Antonio Jose de Miranda	15 escravos	Suzana	F	35	-	GastroEntero Colite
			Jose de Santa Anna	M	53	-	Cholera
			Januaria	F	39	-	Cholera
			Jeronima	F	8	-	GastroEntero Colite
			Felicia	F	10	-	Gastro Hepatite
			João Henrique	M	48	Pedreiro	Gastro Enterite
			Patronilho	M	7	-	-
			Narcizo	M	60	-	-
			Jose	M	30	-	GastroEntero Colite
			Marcolina	F	6m	-	Chachexia Geral
			Tito	M	25	-	GastroEntero Colite
			Maria Francisca	F	12	-	-
			Jose Maria	M	25	-	Cholera
			Victorio	M	40	Pedreiro	Gastro Hepatite
			Joaquim	M	35	-	Cholera
1855	Barão do Arary	10 escravos	Alexandre	M	60	Pedreiro	Cholera
			Joaquim	M	25	Alfaiate	Cholera
			Manoel	M	60	-	Cholera
			AntonioJeorge	M	42	-	Cholera
			Daniel	M	30	-	Cholera
			Francisco	M	33	Torneiro	Cholera
			João Cameta	M	50	-	Hepatite Chronica
			Fortunato	M	35	-	-
			Malaquias	M	58	-	-
			Francisca	F	50	-	Cholera

[259] Livro de Sepultamentos referente ao ano 1855.

	Barão do Jaguary	15 escravos	Laurino	M	40	Calafate	Inflamação
			Mathiaz	M	30	-	Inflamação
			Andre	M	50	-	Cholera
			Tibancio	M	9d	-	Tétano
			Pedro	M	30	-	-
			Francisco	M	25	-	-
			Lucio	M	28	Pedreiro	-
			Francisco	M	60	-	GastroHepato Enterite Chronica
			João Estevão	M	60	-	GastroHepato Enterite Chronica
			Maria Lucia	F	30	-	Cholera
			Genoveva	F	46	-	Cholera
			Ignacia	F	42	-	MetriteChronica

Fonte: Livro de Sepultamento Cemitério da Soledade

O senhor Antônio José de Miranda, por exemplo, perdeu 15 escravos, entre homens e mulheres, sendo 4 deles acometidos por cólera. O referido senhor teve uma perda significativa de escravos do sexo masculino, considerados pela maioria dos senhores bem mais "proveitosos" para o serviço do que as escravas, custando muito mais caro. No que tange à idade dos escravos, Antônio José de Miranda perdeu 3 escravos ainda jovens, com idade entre 7 anos (um) e 25 anos (dois); dependendo do tamanho de sua escravaria, ele teve uma perda bastante significativa naquele ano. Segundo Kátia Mattoso, *no sistema escravista havia preferência pela mão de obra masculina para determinados serviços:"o preto é, pois, vendido, em geral e em condições comparáveis, mais caro do que a preta, e o sexo é um elemento que não se pode desprezar na formação do preço do escravo"*[260]. Perdeu ainda 6 mulheres, 2 ainda jovens, uma com 8 e outra com 12 anos de idade. Elas também poderiam ser usadas como vendedoras nas ruas ou em serviços domésticos.

Vejamos abaixo o quadro com a faixa etária de pessoas escravizadas que faleceram de cólera em Belém no ano de 1855:

[260] MATTOSO, *Op. Cit*. 1998. p.86.

Morte por Cólera 1855		
Faixa Etária	H	M
11-18 m	2	2
1-10 anos	10	8
12-20 anos	12	16
22-30 anos	34	17
33-40 anos	17	22
42-50 anos	19	14
Acima de 50 anos	17	6
Total	111	85

Fonte Livro de Registro de Sepultamento do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade, ano de 1850.

É importante ressaltar a predominância de indivíduos do sexo masculino entre as vítimas acometidas pela cólera, tanto livres quanto escravizados. Segundo Jane Felipe Beltrão[261], isso ocorreu devido aos homens do século XIX estarem mais expostos aos perigos representados pela doença ao circularem pelas ruas da cidade. No entanto, sabemos que as mulheres trabalhavam e deslocavam-se pela cidade realizando diferentes atividades, como veremos a seguir, expostas aos mesmos perigos de contágio que os homens, o que nos leva a pensar que o alto índice de mortalidade entre indivíduos do sexo masculino deve estar ligado a outros fatores. Entre os adultos sepultados, a faixa etária predominante era de 22 a 30 anos, seguida da faixa de 42 a 50 anos, sendo que os acometidos pela cólera eram, em geral, pessoas mais aptas para atividades físicas. No caso dos escravizados, temos aqueles que possuíam algum tipo de qualificação e possivelmente eram escravizados de ganho que circulavam pelas cidades. Para as mulheres, temos praticamente a mesma faixa etária de mortalidade, de 22 a 30 anos, seguida da faixa etária de 33 a 40 anos.

Um fator importante para a proliferação das epidemias era a grande movimentação nos centros urbanos. Para os cativos, o crescimento da cidade possibilitava a obtenção de emprego, quer em obras públicas, quer em obras particulares, ou em outras ocupações[262]. A circulação desses escravos pela cidade foi bastante representativa no período estudado, tanto de homens

[261] BELTRÃO, *Op. Cit*. 2004. p.296.
[262] BEZERRA NETO, José Maia. A Belém dos escravos: meados do século XVIII aos últimos anos da década de 1880. 165-181. **Belém do Pará: história, cultura e cidade: para além dos 400 anos/** SARGES. Maria de Nazaré, LACREDA. Franciane Gama. Org. 2ed. Ver. E ampl. Belém: Açai, 2016.

quanto de mulheres escravizados, que estavam a praticar as mais variadas funções. Esses homens eram aqueles marinheiros, soldados, calafates, alfaiates, pedreiros descritos nos registros de sepultamento; ou seja, eram homens ligados ao meio urbano, como no caso do cativo Joaquim, escravo do Barão de Arary, 25 anos de idade, com ocupação de alfaiate, que faleceu em decorrência de cólera, e ainda o escravo Francisco dos Santos, de propriedade de Manoel José Ribeiro, 28 anos de idade, com ofício de marinheiro do brigue Recife. Temos ainda a escrava Maria, de propriedade de José Ferreira Lisboa, 60 anos de idade, com ocupação de lavadeira[263].Segundo Luís Laurindo, as lavadeiras podiam prestar seus serviços ao próprio senhor ou trabalhar para terceiros sob o regime de aluguel ou como ganhadeiras[264]. Sidiana Macêdo nos mostra o universo dessas vendedoras na capital da província, como foi o caso de dona Joana, quitandeira que vendia mingau de arroz, muito famosa entre seus fregueses no período. O senhor Eustáquio de Azevedo, antes da abolição, tinha sua casa sustentada por quatro escravas quitandeiras[265].

Os periódicos possibilitam entrar no universo dessas trabalhadoras por meio dos anúncios sobre as diferentes atividades que podiam ser desenvolvidas por elas, bem como a rentabilidade que seu serviço poderia trazer ao seu senhor e à própria escrava. Segundo Barbara Palha, os anúncios revelavam que as escravas estiveram envolvidas, na sua maioria, em atividades relacionadas ao espaço doméstico, assim como evidencia o uso dessa mão de obra no aluguel; ou seja, as escravas eram alugadas por seus senhores para realizarem atividades como, por exemplo, ama de leite, ou no ganho, e como quitandeiras[266]. O *jornal O Planeta,* do dia 5 de dezembro de 1855, publicou o seguinte anúncio: "*Vende-se uma escrava de nação, de idade 36 anos, pouco mais ou menos; boa vendedeira e compradeira, cozinha, lava e faz tudo"*[267]. No mesmo ano, o jornal *O Velho Brado do Amazonas* mostra uma relação comercial de lavagem de roupa da preta Ambrosia:

> Paga-se ao senhor que deve 6$080 rs. de lavagem e engomados de roupa, a preta Ambrosia, queira mandar a dita quantia a casa do Sr. da dita preta, para também se lhe entregar a última porção de roupa, que ficou captura a mais de 2 meses: no seguinte nº (se antes não mandar buscar) se anunciara o leilão da dita roupa, com declaração do nome da pessoa a quem pertence[268].

[263] Registros de sepultamento, ano de 1852 e 1855.
[264] LAURINDO JÚNIOR, *Op. Cit.* 2012. p. 105.
[265] MACEDO, Op. Cit. 2009. p. 188.
[266] PALHA. Bárbara. **Escravidão Negra em Belém**: Mercado, Trabalho e Liberdade (1810-1850). Belém: PPHIST/UFPA, 2011, Dissertação de Mestrado em História Social da Amazônia. p. 95.
[267] Jornal O Planeta. Quinta-feira, 05 de dezembro de 1850 ano II nº95 e 96. p. 08.
[268] Jornal O Velho Brado do Amazonas. Sexta-feira, 27 de setembro de 1850, nº43 p. 04 anúncios.

Devemos ainda pensar se esse escravo tinha um ofício que poderia gerar mais ganhos para seu senhor, pois um escravo com profissão era bem mais benéfico em termos econômicos para o dono. Na maioria dos anos analisados, é possível encontrar pelo menos um escravo que exercia algum ofício. No ano de 1855, dos 111 escravos que sucumbiram à cólera, 52 deles praticavam alguma atividade, representando 57% dos escravos qualificados. Perder um escravo era considerado prejuízo; imagine perder um cativo que tinha alguma "qualificação": a perda poderia ser ainda maior. No caso do senhor Barão de Arary, além de perder uma boa quantidade de cativos, perdeu, em sua maioria, homens, sendo que três deles possuíam o ofício de pedreiro, alfaiate e torneiro. Ou seja, é provável que esses pudessem ter sido escravos de ganho, tendo em vista a localidade e seus ofícios, e, por sua idade, é provável que pudessem ter exercido essas atividades por muito tempo, como aponta Márcio Couto Henrique[269] em seu trabalho sobre os escravos da Misericórdia. Os cativos eram submetidos a trabalhos pesados a partir dos sete anos de idade, e poucos daqueles que trabalhavam na Santa Casa da Misericórdia conseguiam passar dos sessenta anos de idade.

De acordo com Bezerra Neto, os escravos foram iniciados bem cedo no trabalho; era comum, ainda com pouca idade, esses cativos já terem uma profissão[270]. Esse fato pode ser bem percebido nos anúncios de venda e aluguel de cativos, como anuncia o periódico *O Planeta*: *"Precisa-se alugar um ou dois moleques inteligentes para venderem miudezas pela rua"*[271]. O mesmo jornal anuncia ainda uma troca: *"Troca-se um mulato de 12 anos de idade, com perto de dois anos de aprendizado de pedreiro, por uma rapariga da mesma idade"*[272]. O jornal *Treze de Maio* anuncia: *"Quem quiser comprar um escravo mulato, com algum princípio de ferreiro, com 16 anos"*[273].

Roseane Pinto, em seu estudo social sobre o cotidiano dos negros em Belém, mostra que "*os negros escravizados e forros podiam ser vistos nas ruas, no porto, nos mercados, como o Ver-o-Peso, desenvolvendo diversas atividades, como vendedores, estivadores e aguadeiros"*[274], sendo esta última de grande importância, tendo em vista que a cidade de Belém, até o final do século XIX, não possuía um sistema de água que atendesse à população. De acordo com Maria Almeida Conceição, na cidade de Belém, a atividade de aguadeiro era

[269] HENRIQUE, Marcio Couto. **Escravos da Misericórdia.** Amazônia, Rev. Antropol. (Online) 5 (2). 386-410, 2013.
[270] BEZERRA NETO. *Op. Cit.* 2009. p. 188.
[271] Jornal O Planeta, 26 de abril de 1850 ano I nº52.
[272] Jornal O Planeta, 23 de julho de 1850.
[273] Jornal Treze de Maio, dia 20 de maio de 1843. Nº311 p.1370.
[274] PINTO, *Op. Cit*. 1998.p.14.

sobretudo masculina. A autora não localizou mulheres vendendo água. No entanto, não podemos afirmar que elas não circulavam pelas cidades; pelo contrário, é importante salientar que nem todas as criadas desenvolviam atividades exclusivamente no domicílio. Eram mandadas para o meio urbano para efetuar compras ou buscar água[275].

Katia Mattoso ressalta que alguns senhores procuraram incentivar alguns de seus escravos a aprender certos ofícios para assim alugarem sua mão de obra qualificada a outros. Geralmente, estes escravos custavam um preço mais elevado que outros, tendo em vista terem um ou até mais ofícios, como pedreiro, barbeiro, carpinteiro, cozinheiro dentre outros:

> As crianças destinadas a um ofício são feitas aprendizes de adultos desde a idade dos 8 anos, sob vigilância do feitor ou do próprio senhor que decidirão se o negro é capaz de "pegar o jeito". Na cidade, os senhores têm maior interesse em alugar os serviços de escravos capacitados e costumam também colocar jovens negros nas oficinas de mestres, frequentemente escravos alforriados que se tornaram novos mestres-instrutores temporários do aprendiz[276].

Pensando no espaço de Belém, Luiz Laurindo, ao analisar os anúncios de compra, venda e aluguel de escravos, constatou que "dos 787 anúncios, 442 eram do sexo feminino e 303 do sexo masculino". Ainda segundo o autor, desse total de 787, pelo menos 501 foram associados a uma ou mais qualificações: 311 a uma qualificação, 92 a duas, 71 a três e 27 a quatro qualificações[277]". Em todos esses grupos, predominavam os escravos próprios para os mais variados serviços domésticos: cozinhar, engomar, lavar, entre outros. Portanto, as avaliações feitas pelo senhor sobre os preços da liberdade de seus escravos levavam em consideração a idade produtiva, bem como o exercício de algum ofício.

Nos jornais analisados, foi possível encontrar anúncios de compra, venda e fuga de escravos, alguns com ofício, o que era de grande importância na época, pois poderia gerar lucros para quem os comprasse. Era possível, ainda, encontrar anúncios de compra de escravos com a chamada "idade produtiva", para que aprendessem ofícios. Certos anúncios deixavam clara a preferência por escravos sem moléstias, tanto na venda quanto na compra, pois não seria

---

[275] CONCEIÇÃO, Maria Rocha Almeida. **As águas e a Cidade de Belém do Pará**: história, natureza e cultura material no século XIX. Tese de Doutorado- Programa de Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.p.170-186.

[276] MATTOSO, *Op. Cit.*1998. p.116.

[277] LAURINDO JUNIOR, *Op. Cit. 2013, p. 75. Ver também PINTO. Natalia Garcia*. **E o Trabalhador é Cativo:** Os escravos urbano e seus ofícios na cidade do Rio Grande. (1848-1852). Vestígios do Passado. IX Encontro Estadual de História-Associação Nacional de História-Seção Rio Grande do Sul- ANPUH-RS. 2008. PP. 1-13. Disponível:http://eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/1211146629_ARQUIVO_EoTrabalhadoreCativo.pdf. Acesso em 20.05.2016.

benéfico para o senhor um escravo doente, pois, em vez de lucro, só traria gastos. O jornal *O Planeta*, do dia 16 de agosto de 1851, publicou o seguinte anúncio: *"Vende-se um moleque de 20 anos, pouco mais ou menos, apto para o serviço, sem moléstia alguma, muito fiel"*[278]. No mesmo ano, publicou outro anúncio que dizia: *"Precisa-se de uma ama de leite, sadia e de bons costumes"*[279].

Segundo Vicente Salles[280], era comum nas cidades de Belém e São Luís a existência de artesãos livres, mas a grande maioria era mesmo composta de escravos: propriedade de mestre europeu ou de senhores necessitados de especialistas para suas fazendas e engenhos, que os entregavam, crianças ainda, a um mestre artesão a fim de formá-los oficiais[281]. Como apresenta a notícia do jornal *Correio dos Pobres*, em 3 de setembro de 1851: *"Compra-se um moleque de 14 a 16 anos de idade, sem vícios nem moléstias, próprio para aprender qualquer ofício. Nesta tipografia se dirá quem é o comprador"*[282]. Percebemos, através do anúncio, que a faixa etária exigida era de escravos ainda bem jovens, justamente para aprender alguma ocupação cedo, a fim de praticá-la por muito tempo. Como ressalta Bezerra Neto, os negócios envolvendo escravos não conheciam limites de idade, considerando que, desde os 8 anos, mais comumente a partir dos 10, as crianças escravas podiam e eram incorporadas ao mercado de trabalho[283]. Outro fator importante é a descrição "sem moléstias"; lembramos que, nesse ano, grassava na cidade epidemia de varíola (bexigas). Em alguns anúncios, fica clara a preferência por escravos sem enfermidades.

Os anúncios eram os mais variados, tanto para compra como para torná-los aprendizes, preferencialmente sem moléstia alguma, e com certeza, depois de qualificados, os compradores os iriam revender, como mostra outra notícia do referido jornal sobre a venda de um escravo qualificado. O jornal *Correio dos Pobres*, no dia 25 de maio de 1852, apresentava: "*Vende-se um escravo com ofício de pedreiro, 25 anos de idade, de boa figura e sem moléstias. Quem dele precisar, dirija-se a esta tip., que se dirá quem o vende"*[284]. Havia os mais variados anúncios destacando os ofícios ou relatando também aqueles que serviam para todo tipo de serviço, como no jornal *O Velho Brado do Amazonas*, do dia 7 de abril de 1852:

---

[278] Jornal O Planeta, dia 02 de agosto de 1851, ano III nº129 p.4.
[279] Jornal O Planeta, dia 16 de agosto de 1851, ano III nº131 p.4.
[280] SALLES, Vicente. **O Negro no Pará sobre o regime da escravidão.** 3ed.rev.ampl. Belém IAP; Programa Raízes, 2005.p.193.
[281] Segundo Vicente Sales chama-se oficiais aqueles artistas que tinham perfeita preparação técnica no seu ofício.
[282] Jornal Correio dos Pobres, do dia 3 de setembro de1851 .p.3.
[283] BEZERRA NETO, *Op. Cit.* 2009.p. 83.
[284] Jornal Correio dos Pobres, dia 25 de maio de 1852. p.4.

> Vende-se um casal de escravos, ambos irmãos de pouca idade, sadios, de bons costumes, e hábeis para todo o serviço, mormente da lavoura, e que foram cercados; vende-se porque decididamente não querem servir seu Senhor, casado de próximo com a senhora que os possuía, também se troca por um quarto de casas em bom estado, e boa rua, ainda que hajam tornas: nesta typ. se dirá com quem se deve tratar[285].

De acordo com Luiz Laurindo, a prática de alugar escravizados era bastante lucrativa tanto para o locador quanto para o locatário, pois atendia a quem precisava da força de trabalho e adequava-se a rendimentos constantes ao proprietário do cativo[286]. Através de um "contrato formal ou simples entre o locador e o locatário, eram estabelecidas as formas e o tempo de trabalho do escravo alugado, assim como as responsabilidades inerentes às partes". Sendo assim, "o escravo prestava serviços ao locatário, o qual deveria pagar periodicamente uma quantia previamente acertada diretamente com o proprietário do bem locado".

É possível propor uma análise que questione as condições de vida dos escravizados, pois os períodos epidêmicos diminuíam a população em geral, incluindo a mão de obra cativa. É plausível, nesse período, que alguns senhores de escravos se preocupassem com a saúde e as condições de vida dos escravizados, visto que, para alguns, era mais benéfico cuidar deles para não perderem o investimento em sua mão de obra.

> A historiografia tem postulado que, a partir do fim do tráfico e com a consequente elevação dos preços dos escravos, houve uma melhora no tratamento dispensado a eles, afim de manter o investimento do senhor por um período maior[287].

No que diz respeito à manutenção da saúde dos escravos, existiram senhores que cuidavam de seus plantéis, mas com o interesse de tê-los sadios para que pudessem reproduzir, aumentando assim o número de braços escravos para seus estabelecimentos e continuar os trabalhos, aumentando a lucratividade do senhor. Como podemos observar no jornal *O Velho Brado do Amazonas* do dia 23 de maio de 1851:

> O homem que estas linhas escreve é lavrador no Pará; a cana de açúcar e a sua planta; sua escravatura é toda a crioula do Ceará; e trabalha a 2 anos; alimenta os seus escravos cuidadosamente; na estação invernosa quando chove muito retira-os do campo; não consente que enxuguem roupas molhadas no corpo; toma todas as medidas enfim tendentes a promover a saúde, e a prevenir a enfermidade; estancia num lugar sadio todo a prova, e assim mesmo já dois escravos lhe tem sucumbido ao rigor do clima do país. Alimentados de carne, milho, farinha no Ceará, e hoje sustentados a peixe mantimento usual desta província, os nossos escravos apesar de

[285] Jornal o Velho Brado do Amazonas, quarta-feira, 07 de abril de 1852 nº121 e 122 pág. 08
[286] LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. **Maré de Mudanças Continuidades Latentes:** a comercialização de escravos através da imprensa periódica na Belém de fins do XIX (1871-1888**)**. Revista Latino-Americana de História. Vol. 2, n° 9,- Dezembro de 2013(pp. 141-162), Ver: pp. 147-148.
[287] AMANTINO, *Op. Cit*. 2007. p.1387.

> todos serem rapazes de 16 a 25 anos, não poderão há dois anos recobrar a sua primeira força, e plena saúde.[288].
> Se todos os senhores de escravos em geral, cuidam com esmero da reprodução de seus escravos, e do alimento e educação das crias, não são só os sentimentos de humanidade que os move, é também de renovarem e aumentarem os braços nos seus estabelecimentos; e legarem-nos aos seus filhos. Eles cuidam pois de nutrir os seus pequenos crioulos, e de educa-los convenientemente, mandando ensinar-lhes ofícios; iniciando-os desde pequenos nos trabalhos da lavoura; ensinando mesmo alguns a ler e escrever, para um dia tais senhores ou seus descendentes colherem do trabalho de tais crias os frutos de suas despesas e desvelos[289].

Mas não podemos generalizar que todos os senhores cuidavam da saúde de seus escravizados. A fonte descrita é um jornal que publicava notas contra a emancipação dos escravos; ou seja, devemos ficar atentos a esse fato, pois ele poderia estar usando esse discurso em benefício próprio, para acalmar aqueles que eram a favor da abolição, demonstrando o cuidado com os cativos, como muitos na época faziam para mascarar os maus tratos de seus escravos em prol da não abolição.

Segundo Katia Mattoso, é preciso ressaltar que associar os excessos de trabalho impostos a esses cativos à mortalidade de muitos é uma questão muito relativa. Não seriam esses excessos responsáveis por um elevado número de mortes, nem mesmo os maus-tratos, que muitos autores afirmam terem sido os mais perversos possíveis, mas sim as condições desse trabalho que levavam à morte dos escravos, já que muitos escravizados estavam sujeitos a qualquer tipo de trabalho, tanto no campo quanto na cidade. Todos sabem que a carga horária de trabalho do cativo era grande; porém, o fator ligado à mortalidade é a forma como ele praticava essa labuta. No que diz respeito aos escravos urbanos, percebemos que, além de estarem sempre à venda ou à locação, na maioria das vezes não tinham apenas um ofício, como ressalta Luís Laurindo. Era grande e variada a força de trabalho qualificada, empregada nos mais diversos misteres e lugares. Os escravos eram ofertados e procurados para os mais variados fins, desde cuidar de crianças até trabalhar como calafates, e em alguns casos "usados como coringa"[290]. Ou seja, utilizados nos mais variados serviços, como mostra o referido autor; os anúncios dos periódicos mostram escravos com até quatro ofícios, mostrando qualificações específicas ou "aptidões para todo serviço".

Podemos observar semelhante caso na nota do jornal *Treze de Maio*: "*Vende-se um carro de condução ainda novo e um mulato, de idade de 21 anos, pouco mais ou menos, com*

[288] Jornal o velho Brado do Amazonas; quinta-feira, 08 de maio de 1851 nº74-2.
[289] Jornal o velho Brado do Amazonas; sexta-feira, 23 de maio de 1851 pág. 01 col. 1ª.
[290] LAURINDO JÚNIOR, *Op. Cit*. 2013. p.95.

princípios de alfaiate, pedreiro e carpinteiro: tratar com o Cônego Gaspar de Queirós, na rua S. João"[291]. E ainda o caso do senhor João Fernandes da Silva, morador no Porto do Sal, que compra uma preta de 30 a 40 anos que saiba cozinhar, lavar e engomar. Tanto o escravo da referida nota quanto a escrava estavam sujeitos aos mais variados tipos de serviço; podemos pensar em sua rotina de trabalho como árdua e cansativa, exercendo seus diversos ofícios na grande Belém. Esses são os que eram comercializados como compra e venda; existiam ainda aqueles que eram alugados, servindo de escravos de ganho para gerar lucros para seus senhores. Como foi o caso da preta Eva, que havia sido alugada por sua senhora e acabou sendo enganada pelo senhor que arrendou seus serviços.

> Ninguém faça contrato nenhum com o capitão Tenente Diretor da Corte Madeiras em Maguari, José Manoel da Costa sobre a preta Eva, que trouxe do Rio ano passado em confiança por ama de leite de um de seu filho e como não cumpriu ainda, nem trata de cumprir apesar dos empenhos e diligencias, que tem feito a Senhora dela, e o fiador do anunciado, que tem pago por ele aquela os jornais a razão de dezoito mil reis por mês. Constando de mais a mais, que se intitula senhor da sobredita escrava! Por cuja esperteza se vai requerer e proceder contra este Senhor e detentor do alheio contra vontade da Dona[292].

Através do enunciado, percebemos os emaranhados que permeiam os contratos de aluguel de escravos, até mesmo para seus senhores. No caso da dita senhora, não houve prejuízo, pois, o fiador da escrava estava arcando com os prejuízos dela; mas, analisando o lado da escrava, como ela se situaria, já que também havia sido enganada? Através da nota publicada pelo periódico, alertando para que ninguém mais fizesse contrato algum com o referido senhor, percebemos que sua índole não era das melhores. Na sociedade urbana brasileira oitocentista, existiu uma diversificação de trabalhos para os escravizados, haja vista que estes realizavam diversas atividades artesanais e comerciais.

Muitos ofícios que os escravos possuíam aparecem listados nos registros de sepultamentos. Sua jornada de trabalho era estipulada por seus senhores; muitos destes eram ausentes do dia a dia das atividades, e, assim, detinham certa autonomia, desfrutando de algo próximo à liberdade, já que passavam praticamente o dia todo exercendo seus ofícios. Como poderia ser o caso dos escravos qualificados (pedreiros, alfaiates, torneiros) dos senhores analisados anteriormente, que sucumbiram à cólera. Poderiam eles estar transitando nesse universo comercial da grande Belém, exercendo suas ocupações até serem acometidos por aquele terrível mal.

---

[291] Jornal Treze de Maio, do dia 19 de Novembro de 1853. p.4.
[292] Jornal o Velho Brado do Amazonas. Quinta-feira, 19 de setembro de 1850 nº41 pág. 04.

De todas as epidemias que se propagaram pela província, a cólera foi a que mais acometeu os escravos. O fato que pode estar associado a isso é o modo de transmissão da doença, tendo em vista que ela estava ligada às más condições de alimentação e moradia da população, à insalubridade nos centros urbanos. A população mais pobre, portanto, era mais propensa a contraí-la, entre eles os escravizados. Esse fator sempre esteve relacionado às condições de vida que os cativos levavam desde a saída de suas terras até o desembarque no "Novo Mundo". É importante ressaltar que os surtos epidêmicos, além de afetarem a vida social dos escravizados, influenciaram também a vida econômica dos senhores, que, tendo os escravos como mão de obra, acabavam perdendo-os. Esse fato pode estar associado à falta de cuidado com aqueles que os serviam; os senhores podem ser exemplos disso. Não devemos esquecer ainda que os surtos remodelaram a vida da sociedade como um todo, auxiliando no processo de melhoria dos cuidados com a saúde, saneamento, melhorias nos portos, calçamentos, tratamento da água e retirada dos enterros das igrejas. A construção de cemitérios foi um fator de grande importância para a saúde da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historiografia vem postulando que o estudo da doença, para além do fator biológico, é de extrema importância para entender o contexto em que ela está inserida e como ela modificou a vida em sociedade. Segundo Jean-Pierre Peter e Jacques Revel[293], a doença deve ser compreendida como fator social, pois é um elemento de desorganização e reorganização social, na medida em que pode ser uma ferramenta de extrema importância para a compreensão dos impactos sociais, políticos e econômicos que causou quando acometeu tais sociedades.

Nesse cenário, buscamos compreender a importância dos portos como porta de entrada para as enfermidades que acometeram a sociedade belenense no período de 1850-1859, e como esses eventos mórbidos remodelaram a vida social naquele momento. A partir do momento em que as doenças tornam-se epidêmicas, o cenário político, social e higienista também se modificará, tendo em vista que, a partir daquele momento, veremos a atuação do Estado nesse cenário doentio, buscando cuidar da vida em sociedade, principalmente em função do contexto econômico.

Nesse contexto, foi de extrema importância entender como a medicina social auxiliou o Estado, intervindo diretamente na vida em sociedade, controlando e, ao mesmo tempo, cuidando dos indivíduos que estavam sujeitos a doenças, estabelecendo esse controle e cuidado através de medidas profiláticas como quarentena, isolamento, fiscalização nos portos. Mesmo não sendo tão eficazes por falta de fiscalização em alguns pontos, foram a maneira então encontrada pelo Estado para cuidar da saúde da população e evitar a proliferação de moléstias. Outra medida de grande importância, e que gerou embates, foi a retirada dos enterros do interior das igrejas como forma de evitar a propagação de enfermidades.

No cenário epidemiológico, foi possível compreender a dimensão que as epidemias (febre amarela, varíola e cólera) alcançaram e como modificaram a vida da população. Dependendo da enfermidade que acometeu a sociedade, foi viável entender que, de certa forma, algumas tinham preferência por determinada classe social. A febre amarela, por exemplo, foi uma doença que, de certa forma, não preocupou os senhores de escravizados; porém, sua análise não deixa de ser importante, pois a partir dela foi possível entender as modificações causadas nas sociedades na tentativa de frear seu surto. Já a varíola, sendo uma enfermidade que sempre retornava à província, nos fez questionar tais motivos, tendo em vista que o processo de

[293] REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. **O corpo: o homem doente e sua história.** In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História**:** novos objetos. Rio de Janeiro, 1976. p. 144.

vacinação já estava em andamento, inclusive para escravizados. Então, é plausível entender que talvez seu alcance não tenha sido total, ou que algumas pessoas não aceitavam a vacina por motivos pessoais, por desconfiança no método. Por esse fato, quando a doença retornava, mesmo já conhecida, ainda assim acometia boa parte da população. Aqueles que não morreram, talvez por já estarem vacinados, carregaram consigo os sinais da doença pelo resto da vida, como foi mostrado na análise da enfermidade nos corpos dos escravizados. A cólera foi, sem dúvida, a moléstia que mais perturbou os senhores de escravizados. Por ser uma doença nova, era preciso entender o cenário de disseminação e buscar uma possível tentativa de conter o avanço da doença, para não perderem seus investimentos, pois aquela enfermidade estava prejudicando a vida econômica de muitos donos de escravizados, tendo em vista que sua mão de obra estava sendo perdida com o avançar da doença.

Foi plausível demonstrar, ainda, a atuação da imprensa da época, buscando informar a sociedade sobre as ações do governo, os caminhos das epidemias, bem como auxiliar na propagação de informações a respeito das doenças e de como o Estado agia em combate a elas. Não devemos esquecer que alguns desses veículos de informação buscavam ser tendenciosos quando divergiam a respeito do posicionamento do governo em relação às epidemias, e esse fato nos mostra suas respectivas políticas e que ambos seguiam posicionamentos ideológicos.

Portanto, quando estudamos a história da saúde e da doença da pessoa escravizada, buscamos compreender o cotidiano daqueles sujeitos que mais sofreram com a proliferação de enfermidades. A eles foram atribuídos estereótipos que, por séculos, ficaram enraizados na sociedade, como os responsáveis pelo surgimento e disseminação de qualquer nova enfermidade. Podemos demonstrar, por meio de fontes e com o auxílio da historiografia recente, que esses personagens foram as principais vítimas e que, na maioria das vezes, foram negligenciados pelos que deveriam cuidar de sua saúde. A partir dos dados ilustrados, foi perceptível entender que a saúde, a doença e as condições físicas da pessoa escravizada têm vários significados que vão além da condição biológica do cativo. As circunstâncias a eles impostas, tais como moradia, vestimenta, alimentação e ambiente de trabalho, foram, de fato, as principais responsáveis pelas mortes e pela proliferação de determinadas doenças.

FONTES

Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

Arquivo Palma Muniz

Fundo Santa Casa de Misericórdia do Pará

Série: Livro Registros de Sepultamentos do Cemitério da Soledade 1850

Livro Registros de Sepultamentos do Cemitério da Soledade 1851

Livro Registros de Sepultamentos do Cemitério da Soledade 1852

Livro Registros de Sepultamentos do Cemitério da Soledade 1853

Livro Registros de Sepultamentos do Cemitério da Soledade 1854

Livro Registros de Sepultamentos do Cemitério da Soledade 1855

Livro Registros de Sepultamentos do Cemitério da Soledade 1856

Livro Registros de Sepultamentos do Cemitério da Soledade 1857

Livro Registros de Sepultamentos do Cemitério da Soledade 1858

Livro Registros de Sepultamentos do Cemitério da Soledade 1859

Jornais disponíveis na Biblioteca Fran Pacheco do Grêmio Literário e Recreativo Português, Amazônia-Bibliografia.

• Jornal Correio dos Pobres 1851-1853.

• Jornal Treze de Maio 1843-1853-1854.

• Jornal Periódico Gazeta Oficial 1858

• O Velho Brado do Amazonas 1850-1853

• Jornal o Planeta 1851

Jornal disponível na Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da USP.

• Colono Nossa Senhora do Ó 1855-1857.

Observação: Jornais disponíveis no CD-ROM do Grupo de Pesquisa de Escravidão e Abolicionismo na Amazônia.

Jornal disponível no site da Hemeroteca Digital

• Jornal Treze de Maio 1855-1856

Relatórios de Presidente de Província 1850-1855.

-Discurso Recitado pelo Exmº. Snr. Doutor. João Antonio de Miranda Presidente da Província do Pará, na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial. No dia 15 de agosto de 1840. Pará na Typographia. Santos & Menor, Rua d' Alfama N. 15-1840.

-Discurso Recitado pelo Exmº. Snr. Dr. João Maria de Moraes Vice-Presidente da Província do Pará, na Abertura da Segunda Sessão da Quarta Legislatura da Assembleia Provincial. No dia 15 de agosto de 1845. Impresso no Pará na Typographia. Santos & Filho, Rua de S. João, conto na Estrada de S. José-1845.

-Relatório feito pelo Exmo. Snr. Conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, Presidente desta Província e entregue ao 1º Vice Presidente em exercício Dr. Angelo Custodio Corrêa no dia 1 de agosto de 1850. Typographia de Santos & filhos, 1850.

-Relatório do presidente da Província do Gram-Pará, o exmo. Sr. Dr. Fausto Augusto d'Aguiar, na abertura da segunda sessão ordinária da sétima legislatura da Ass. Provincial no dia 15 de agosto de 1851. Pará, Typ. De Santos & filhos, 1851.

-Relatório apresentado ao Exmo. Snr.Jose Joaquim da Cunha, Presidente desta Província do Gram Pará pelo Comendador Fausto Augusto d' Aguiar por ocasião de entregar-lhe a Administração da Provincia no dia 20 de agosto de 1852. Typographia de Santos & filhos.

-Falla ao Exmo. Snr. Conselheiro Sebastião rego Barros, Presidente desta Província do Gram-Pará dirigida a Ass. Legislativa Provincial na Abertura da Mesa da Assembleia. No dia 15 de agosto de 1854. Typographia de Santos & filhos 1854

-Exposição Apresentada pelo Exmo. Snr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros, Presidente da Provincia do Gram Pará, por ocasião de passar a Administração da mesma Provincia ao 1 Vice Presidente o Exmo. Snr. Dr. Angelo Custodio Correa. Typographia de Santos & filhos 1855.

-Exposição apresentada pelo Exmº. Senr. Doutor. João Maria de Moraes 4º Vice- Presidente da Província do Grão-Pará, por ocasião de passar a Administração da mesma Província ao 3º Vice-Presidente o Exmº Senr. Coronel Miguel Antonio Pinto Guimaraes. Typ. De Santos & Filhos. 1855.

REFERÊNCIAS

-AMANTINO, Marcia. As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no Jornal do Comercio (RJ) em 1850, Rio de Janeiro, história, Ciências, saúde-Manguinhos, v.14, n.4, p.1377-1399 out-dez. 2007.

-AMANTINO, Marcia. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal "O Universal"- 1825 a 1832. Locus revista de história, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 59-74, 2006.

-ALDEN, Dauril. O significado da produção de cacau na região Amazônica no fim do período colonial; um ensaio de História Econômica comparada. Belém: UFPA/NAEA;1974.

-ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. As águas e a Cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX. Tese apresentada a banca examinadora da Pontífica Universidade Católica do PUC/SP, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em História Social. 2010.

-ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. As águas e a Cidade de Belém no século XIX. -NPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

-ALMEIDA, Maria Antónia Pires de. As epidemias nas notícias em Portugal: cólera, peste, tifo, gripe e varíola, 1854-1918. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.21, n.2, abr.-jun. 2014, p.687-708.

-BARBOSA, Benedito Carlos Costa. No tempo das bexigas: rastros de uma epidêmica moléstia no Grão-Pará Colonial (1755-1819). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2019.

-BARBOSA, Keith de Oliveira. Doenças, mortalidade e senzalas: caminhos e percursos. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

-BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria. História das Políticas de Saúde no Brasil: a trajetória do direito à saúde (capítulo 1 do livro: *Políticas de saúde: a organização e a operacionalização do SUS*). FIOCRUZ e Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2007. Organizadores: Gustavo Corrêa Matta e Ana Lúcia de Moura Pontes.

-BATISTA, Luciana Marinho. Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c.1850- c. 1870. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2004.

-BELTRÃO, Jane Felipe. Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004.

-BELTRÃO, Jane Felipe. Cólera e Gentes de *Cores* ou o Acesso aos Socorros Públicos no Século XIX. PHYSIS: Ver. Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, 14 (2), 2004.p. 257-282.

-BECKER, Carolina Bitencourt. Os escravos e sua relação com a história da saúde na fronteira meridional do Rio Grande do Sul do século XIX.

-BEZERRA NETO, José Maia A Belém dos escravos: meados do século XVIII aos últimos anos da década de 1880. 165-181. Belém do Pará: história, cultura e cidade: para além dos 400 anos/ SARGES. Maria de Nazaré, LACREDA. Franciane Gama. Org. 2ed. Ver. E ampl. Belém: Açai, 2016.

-BEZERRA NETO, José Maia. Escravidão Negra no Pará: (séculos XVII-XIX). 2º ed. Belém: Paka Tatu,2012.

-BEZERRA NETO, José Maia. *Fugindo, sempre fugindo: escravidão, fugas escravas e fugitivos no Grão-Pará (1840-1888).* Dissertação apresentada a banca examinadora da Universidade Estadual de Campinas- SP, 2000

-BEZERRA NETO, José Maia. Por Todos os Meios Legítimos e Legais: As lutas contra a Escravidão e os Limites da Escravidão (Brasil, Grão Pará; 1850-1888). Tese de Doutorado- 64 Programa de Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.

-BRITO, N. A. de; "La dansarina: a gripe espanhola e o cotidiano na cidade do Rio de Janeiro": História, Ciência e Saúde- Manguinhos, IV (1):11-30 mar-jun.1997.

-BRITO, Roberta Kelly Lima de. A Introdução da navegação a Vapor na Amazônia no século XIX: o processo de formação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas.2017.

-CARVALHO, D.M. Doenças dos Escravizados, Doenças Africanas?. XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006.

-CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos no atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). Revista Brasileira de História, vol. 26, nº52. Dezembro de 2006.p, 80-114.

-CHAMBOULEYRON, Rafael. BARBOSA, Benedito Costa. BOMBARDI Fernanda Aires. SOUSA Claudia Rocha de. "Formidável Contágio": epidemias, trabalho e recrutamento na Amazônia Colonial (1660-1750). História, Ciência e Saúde- Manguinhos, Rio de Janeiro v.18, n.4, out-dez. 2011,p. 987-1004.

-CHALHOUB, Sidney. (Org.). Artes e Ofícios de Curar no Brasil: capítulos de história social no Brasil. Campinas, SP: Editora Unicamp,2003.

-CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial. Companhia de Letras, 1996.

-COSTA, Magda Nazaré Pereira da. Caridade e Saúde Pública em Tempos de Epidemia. Belém 1850-1890. Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

-CROSBY, Alfred. W. Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900/ tradução José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari- São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

-DIAS, Elaine Cristina Jorge. As condições físicas e de saúde dos escravizados nos anúncios de jornais da Paraíba oitocentista (1850-1888). Temporalidades – Revista Discente – UFMG. 2012.

-EDLER, Flávio Coelho. FREITAS, Ricardo Cabral de. A "realidade do saber e da habilidade que se inculca": clima, médicos e saúde pública no Brasil, 1808-1835. Fundação Oswaldo Cruz. Centro de Documentação em História da Saúde, Manguinhos.

-ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

-EL-KAREH, Almir Chaiban. A Companhia brasileira de paquetes a vapor e a centralidade do poder monárquico. Revista História econômica & história de empresas/ABPHE, São Paulo, vol.2, 2002.

-EUGÊNIO, Alisson. Reflexões Médicas Sobre as Condições de Saúde Escrava no Brasil no Século XIX. Afro-Ásia, 42 (2010), 125-156.

-FARIAS, Rosilene Gomes. Recife nos tempos do cólera. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 7. N* 82. Julho de 2012.

-FONSECA, M.R.F. A saúde pública no Rio de Janeiro Imperial. In: PORTO, Â. SANGLARD, G.,FONSECA, M.R.F., and COSTA, R.G.R., orgs. *História da saúde no Rio de Janeiro*: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958) [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008,

-FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. As doenças dos escravos: um campo de estudo para a história das ciências da saúde. In. NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. CARVALHO, Diana Maul de. (orgs). Uma História Brasileira das Doenças. Rio de Janeiro: maud X,2006,p.253-273.

-FOUCAULT, Michel. Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina. Rio de Janeiro: Forence Universaitária, 2011.

-FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade.* 2005.

-FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder**.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1979.

-FRANCO, Odair. História da Febre Amarela no Brasil. Rio de Janeiro, 1968.

-FURTADO, Luciana Martins. Nas Pedras do Caes: cidade, cotidiano e trabalho Belém do Pará (1852-1912). Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2015.p.

-GOMES, Silvia Pereira. Em busca do Paraíso: por um lugar no céu. Considerações sobre as atitudes diante da morte na segunda metade do século XIX no Pará (1850-1890). Monografia. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

-GOMES, Flávio. PIMENTA, Tânia S. Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016. 65.

-HENRIQUE, Marcio Couto. Escravos no Purgatório: o leprosário do Tucunduba (Pará, século XIX. História, Ciências, Saúde- Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 19, supl., dez. 2012, p.153-177.

-HENRIQUE, Marcio Couto. Escravos da Misericórdia. Amazôn., Rev. Antropol. (Online) 5 (2). 386-410, 2013.

- JESUS, A. M. C. O corpo escravo: suas condições físicas e de saúde nos anúncios de fuga do jornal A Matutina Meiapontense (1830-1833). Congresso Internacional de História. Jataí-GO. UFG.

-JARDIM, David Gomes. *Algumas Considerações sobre a hygiene dos escravos*. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1847.

-LAURINDO JÚNIOR, Luís Carlos. A Cidade de Camilo: escravidão urbana em Belém do Grão-Pará (1871-1888). Belém: PPHIST/UFPA, 2012, Dissertação de Mestrado em História Social da Amazônia.

-MAIO, Marcos. SANTOS, Ricardo Ventura, org. Raça como Questão: história, ciência e identidades no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2010.

-MARTINS, Roberta Sauaia. "Do sarampão as perniciozissimas bexigas": epidemias no Grão-Pará setecentista (1748-1800). Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFPA, Belém. 2017.

-MATOS, Maria Izilda Santos de. *Santos: porto, deslocamentos e representações.* Revista Porto. n. 02. 2012.

-MATTOS, Débora Michels. Do que eles mais padeciam...Doenças e escravidão na Ilha de Santa Catarina 1850-1859. In: PIMENTA, Tânia Salgado;GOMES, Flávio. (org). Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016.

-MATTOS, Débora Michels. Nas páginas dos jornais, peculiares experiências de vida: Saúde e escravidão na Ilha de Santa Catarina da segunda metade do século XIX – anúncios de fuga, notas de suicídio e denúncias de maus-tratos. XXVII SIMPÓSIO NNACIONAL DE HISTÓRIA. Natal- RN 22 a 26 de julho de 2013.

-MATTOSO, Katia M. de Queirós. Ser escravo no Brasil. 2º Ed. São Paulo. Brasiliense. 1998.

-NASCIMENTO, Dilene Raimundo do, CARVALHO, Diana Maul de e MARQUES, Rita de Cássia (orgs.). Uma história brasileira das doenças. 2. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

-OLIVEIRA, André Luiz. História da saúde no Brasil: dos primórdios ao surgimento do SUS. Encontros Teológicos nº 61 Ano 27 / número 1 / 2012.

-PALHA. Bárbara. Escravidão Negra em Belém: Mercado, Trabalho e Liberdade (1810-1850). Belém: PPHIST/UFPA, 2011, Dissertação de Mestrado em História Social da Amazônia.

-NEVES, Jayme; MENDONÇA, João Silva; LOPES, Paulo Francisco; PEÇANHA, Paulo Mendes; FILHO, Sylvio Rodrigues Torres; TAVARES, Walter. *Cólera Risco e Desafio.* Merck. 1991.

-PENTEADO, Antonio Rocha. O Sistema Portuário de Belém. 1973.

-PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. Práticas de Saúde, doenças e sociabilidades escravas na Imperial Fazenda de santa Cruz, da segunda metade do século XIX. História- Revista Eletrônica do Arquivo Público do estado de São Paulo, nº 35, 2009. 66 .

-PIMENTA, Tânia Salgado. GOMES, Flavio. Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil (org). Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016.

-PINTO, Maria Roseane Corrêa. Organizando a Vida e Preparando a Morte: cotidiano, morte e enterramentos de negros em Belém (1850-1888). Monografia. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 1998.

-PORTER, Roy. Cambridge História da Medicina. Livraria e Editora Revinter Ltda. 2008.

-PORTO, Ângela. Fontes para a História da Saúde dos Escravos no Brasil. 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. 2009.

-PORTO, Ângela. O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas. História, Ciências, Saúde- Manguinhos, Rio de Janeiro, v.13, n.4,p.1019-27, out-dez.2006.

-PORTO, Ângela. Fontes e debates em torno da saúde do escravo no Brasil do século XIX. Revista Latinoam. Psicopat. Fund, São Paulo, V. 11, n.4, p.726-734, dezembro 2008.

-REIS, João José. A morte é uma festa: ritos fúnebres e a revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

-REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História:** novos objetos. Rio de Janeiro, 1976.

-RIBEIRO, Kátia Maria Coimbra. Primeiros Momentos do Cemitério da Soledade (1848-1858). Monografia. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

-RODRIGUES. Jaime. De Costa a Costa: escravos e tripulantes no tráfico negreiro (Angola-Rio de Janeiro, 1780-1860). Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, SP. 2000.

-RODRIGUES, Jaime. Reflexões Sobre o Tráfico de Africanos, Doenças e Relações Raciais. História e Perspectivas, Uberlândia (47): 15-34. Jul/dez. 2012.

-SANJAD. N: "Cólera e medicina ambiental no manuscrito "Cholera-morbus" (1832), de Antonio Correa de Lacerda (1777-1852). História, Ciência e Saúde- Manguinhos, vol. 11 (3): 587-618, set-dez,2004.

-SCHMACHTENBERG, Ricardo. *Código de Posturas e Regulamentos: Vigiar, Controlar e Punir*. IX Encontro Estadual de História. Seção Rio Grande do Sul. ANPUH-RS.

-UJVARI, Stefan Cunha. A história da humanidade contada pelo vírus, bactérias, parasitas e outros microrganismos. 2º Ed. 3ª reimpressão- São Paulo: Contexto, 2014.

-UJVARI, Stefan Cunha. A história e suas epidemias- A convivência do homem com os microorganismos. 2º Ed.- Rio de Janeiro: Editora Senac Rio: Editora Senac São Paulo, 2003.

-SALES, Mábia Aline Freitas. Viagem das coisas e das ideias: O movimento das embarcações e produtos estrangeiros nos meados da Belém oitocentista. Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2012.

-SALES, Mabia Aline; FARIAS. Willian Gaia; MOURÃO. Leila. O Movimento do Porto: A entrada de embarcações estrangeiras nos meados da Belém oitocentista**.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • (p.1-17). São Paulo, julho 2011.

-SALLES, Vicente. O Negro no Pará sobre o regime da escravidão. 3ed.rev.ampl. Belém IAP; Programa Raízes, 2005.

-SOUSA, Claudia Rocha de A "Enfermidade era dilatada e os enfermos infinitos": os efeitos epidêmicos no estado do Maranhão e Grão-Pará (1690- 1750)- Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFPA, Belém. 2017.

-VIANNA, Arthur. As Epidemias no Pará. 2º Ed. Belém: UFPA, 1975